



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO — UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA — CCSST
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO — PPGCOM

ARIEL SANTOS DA ROCHA

A COR DO APAGAMENTO: Quem fala no Dia da Consciência Negra na mídia
hegemônica do Maranhão

IMPERATRIZ — MA
2022

ARIEL SANTOS DA ROCHA

A COR DO APAGAMENTO: Quem fala no Dia da Consciência Negra na mídia hegemônica do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Thaísa Bueno

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rocha, Ariel Santos da.

A cor do apagamento : quem fala no Dia da Consciência Negra na mídia hegemônica do Maranhão / Ariel Santos da Rocha. - 2022.

126 f.

Orientador(a): Thaísa Bueno.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

1. Dia da Consciência Negra. 2. Fontes Jornalísticas. 3. Imirante. 4. O Estado do Maranhão. 5. Racismo. I. Bueno, Thaísa. II. Título.

ARIEL SANTOS DA ROCHA

A COR DO APAGAMENTO: Quem fala no Dia da Consciência Negra na mídia hegemônica do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Thaísa Bueno

Data: 27 de outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Thaísa Bueno (Presidente da Banca — Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão — PPGCOM/UFMA

Prof. Dr. Lucas Santiago Arraes Reino (Membro Interno)
Universidade Federal do Maranhão — PPGCOM/UFMA

Prof.^a Dr.^a Juliana Fernandes Teixeira (Membro Externo)
Universidade Federal do Piauí — PPGCOM/UFPI

Para minha mãe, que sempre faz muito pelos outros, mas deveria fazer mais por si mesma.

AGRADECIMENTOS

Penso sobre todas as coisas que poderiam ter sido melhores, mas, também penso sobre todas as outras coisas que foram menos ruins que o esperado. Agora, chego a esta conclusão: foi como pôde ser, no que foi possível ser, e me sinto até satisfeita por ter sido algo. Foi isso, é isso, será isso. Agradeço pelo simples fato de ser.

Puro e simplesmente sinto que venci algo e, parando bem para pensar, venci a mim mesma. Deixo para trás outra pessoa e, declarando assim para o mais clichê e brega permitido, sigo a partir de agora sendo alguém melhor para mim. Desejo ser alguém melhor para o mundo ao meu redor também.

Não espero grandes feitos, meu nome não entrará para história, minha existência é menos que um grão de areia no curso do Universo. Mas espero que esse trabalho contribuía para algo, nem que esse algo seja minúsculo, nem que seja para alguém realizar um Ctrl+C e Ctrl+V da citação de uma obra das referências bibliográficas nas normas da ABNT desta dissertação. Tudo bem, eu posso conviver com isso.

Dessa maneira, imensa e imensuravelmente, agradeço aos meus eternos amores felinos Adam Khalil (*in memoriam*) e Tintin, mas sem esquecer meu pequeno amor canino Rocky, apesar de toda a guarda compartilhada. Sem o afeto desinteressado, genuíno e puro deles, esse caminho seria mil vezes mais tortuoso.

Às minhas amigas Gessiela Nascimento, Isabel Babaçu e Quezia Alencar, por todo o companheirismo durante esta jornada. Os lamentos conjuntos, as alegrias compartilhadas e os afetos fortalecidos foram essenciais, indispensáveis e singulares durante esses anos de mestrado e, também, além deles.

À minha orientadora Thaísa Bueno, por toda a atenção e paciência. Apesar de meus deslizes, atrasos e incertezas, nunca desistiu de mim e me incentivou a continuar. Obrigada por estar do meu lado nessa vida acadêmica, desde a graduação. Não é possível colocar em palavras toda gratidão que preciso transmitir, mas fica registrado o meu mais sincero obrigada.

À professora Livia Cirne de Azevêdo Pereira, por ter me dado uma oportunidade lá em meados de 2015 e me proporcionar em seu projeto de pesquisa uma bolsa de iniciação científica naquela época, além de me auxiliar nos primeiros passos na pesquisa acadêmica.

À Leila Sousa, que além de professora, sempre foi um exemplo de pessoa para mim. Obrigada pelo carinho, suporte e todo o aprendizado ao longo dos anos.

Aos amigos Amanda Queiroz, Denise Falcão, Junior Rodrigues, Pedro Maia, Suzete Gaia e Victor Pereira, por me proporcionarem as abstrações necessárias durante a produção deste trabalho.

Aos companheiros Adriano Borges e Thaise Castro pelos nossos momentos especiais no Centro de Cultura Negra — Negro Cosme. Sempre lembro com carinho dos nossos almoços no Restaurante Popular, das pausas para fazer o cafezinho e jogar papo fora, assim como nossos lanches na padaria e todo nosso ritual no dia.

Aos meus amigos Islene Lima, Rafael Pestana e Regilson Borges. Obrigada por todo o apoio necessário na minha tentativa para conciliar, na medida do possível, o meu trabalho na Assessoria de Comunicação na Prefeitura de Imperatriz com o mestrado.

Aos meus pais, Delcimeire Gomes e Wilson Rocha, por sempre me proporcionarem condições necessárias para os estudos e minha sobrevivência na Terra. Espero um dia conseguir compensar por todas as coisas feitas por eles para eu ter uma vida confortável.

Aos estimados amigos do Beco da Solidão: Antônia Reis, Bianca Silva, Djosci Junior, Eduardo Renan Pires, Juliana Vicente, Renata Coelho e Teresa de Lisieux. Amigos que me acompanham desde o primeiro período do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) — Campus Imperatriz.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMA de Imperatriz e aos colegas dessa jornada. Ao Grupo de Pesquisa em Comunicação e Jornalismo (GCiber) e todos os companheiros da vida de pesquisa.

Do fogo que em mim arde

*Sim, eu trago o fogo,
o outro,
não aquele que te apraz.
Ele queima sim,
é chama voraz
que derrete o bivo de teu pincel
incendiando até às cinzas
O desejo-desenho que fazes de mim.*

*Sim, eu trago o fogo,
o outro,
aquele que me faz,
e que molda a dura pena
de minha escrita.
é este o fogo,
o meu, o que me arde
e cunha a minha face
na letra desenho
do autorretrato meu.*

(Conceição Evaristo)

RESUMO

A atividade jornalística está essencialmente ancorada na apuração das informações por meio das fontes, seja dos diversos tipos disponíveis — cidadão comum, instituições, órgãos, documentos oficiais, grandes bancos de dados e entre outros. Assim como os setores da sociedade estão atentos na importância de se disponibilizarem nesse campo midiático como fontes a serem acionadas pelos veículos, mas, também, não estão em uma posição de passividade, já que criam suas próprias possibilidades de comunicação, com o reforço de meios independentes e alternativos. Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta traçou um panorama da cobertura sobre o Dia da Consciência Negra em veículos tradicionais do Maranhão e realiza um aprofundamento do espaço da data a partir da análise debruçada nas fontes jornalísticas presentes nas páginas do site *Imirante.com* e o antigo impresso *O Estado do Maranhão*. Medina (2007) reforça a importância da simultaneidade de vozes no Jornalismo, Primo (2017) ressalta a importância de se colocar a prática para além do jornalista como centro e Canavilhas (2017) chama atenção para a necessidade do aproveitamento do que o cidadão comum na sociedade pode acrescentar na produção jornalística. Tendo em vista tais direcionamentos a respeito do campo jornalístico e conectando essas questões à importância das fontes nas rotinas, trabalhamos com duas perguntas. A primeira é o que se vê quando se olha para a cobertura que os dois veículos da mídia hegemônica maranhense realizam sobre o dia 20 de novembro e a segunda é o que se constata ao conferir as vozes acionadas sobre o tema. Para responder os dois questionamentos, eles se configuraram nas duas fases de execução da pesquisa, que se utiliza da Análise de Conteúdo para a coleta de dados, tratamento das informações captadas e a análise das constatações encontradas. Dessa forma, o *corpus* dessa pesquisa contempla em 94 matérias jornalísticas levantadas em 19 anos do recorte temporal da pesquisa (2002 a 2021), com metade do material sendo uma reprodução na íntegra de conteúdo de outros veículos. Para a análise das fontes, o trabalho aqui feito atentou-se para apenas as matérias de autoria própria dos jornais. Assim sendo, em um primeiro momento, já conferimos que o espaço do tema da celebração no jornal é bem reduzido, refletindo diretamente na quantidade de vozes e fontes acionadas: apenas 69 fontes jornalísticas foram utilizadas, o que não contempla uma diversidade de fontes e variedade de enfoques no que diz respeito ao material de autoria própria dos jornais. Ainda como constatação encontrada, ressaltamos a falta de aprofundamento nas matérias que pautam o dia, assim como a configuração da cobertura se estabelece como simplista. Poucas vezes as fontes foram utilizadas para fins de enriquecer a produção de forma mais firme pelos jornais, pois, em sua maioria, são fontes institucionais com espaço para reverberarem eventos, assim como as fontes oficiais também presentes não são postas em um lugar de contraponto. Por fim, completamos, entre os achados deste estudo, que o cidadão comum quase não tem espaço durante quase duas décadas de levantamento das matérias que pautam o Dia da Consciência Negra, questões raciais publicadas no dia 20 de novembro ou que pautem a data mesmo em outros dias durante os anos do recorte, com a celebração como gancho.

Palavras-chave: Dia da Consciência Negra. Fontes Jornalísticas. Racismo. Imirante. O Estado do Maranhão.

ABSTRACT

Journalistic activity is essentially anchored in the collection of information through sources, whether of the various types available — ordinary citizens, institutions, bodies, official documents, large databases and others. Just as sectors of society are aware of the importance of making themselves available in this media field as sources to be activated by the vehicles, they are also not in a position of passivity, as they create their own possibilities of communication, with the reinforcement of means independent and alternative. In this sense, the research proposed here outlined an overview of the coverage of the Dia da Consciência Negra in traditional vehicles in Maranhão and carries out a deepening of the space of the date from the analysis based on the journalistic sources present in the pages of the website Imirante.com and the former printed O Estado do Maranhão. Medina (2007) reinforces the importance of the simultaneity of voices in Journalism, Primo (2017) emphasizes the importance of putting the practice beyond the journalist as a center and Canavilhas (2017) draws attention to the need to take advantage of what the common citizen in society can add to journalistic production. In view of such directions regarding the journalistic field and connecting these issues to the importance of sources in routines, we work with two questions. The first is what you see when you look at the coverage that the two vehicles of the Maranhão hegemonic media carry out on November 20th and the second is what you see when you check the voices raised on the subject. To answer the two questions, they were configured in the two phases of research execution, which uses Content Analysis for data collection, treatment of the captured information and the analysis of the findings found. In this way, the corpus of this research includes 94 journalistic articles raised in 19 years of the time frame of the research (2002 to 2021), with half of the material being a reproduction in full of content from other vehicles. For the analysis of the sources, the work done here focused on only the articles authored by the newspapers. Therefore, at first, we have already seen that the space for the theme of the celebration in the newspaper is very small, directly reflecting the number of voices and sources used: only 69 journalistic sources were used, which does not include a diversity of sources and variety of approaches with regard to the material authored by the newspapers. Also as a finding, we emphasize the lack of depth in the matters that guide the day, as well as the configuration of the coverage is established as simplistic. The sources were seldom used for the purpose of enriching the production more firmly by the newspapers, since, for the most part, they are institutional sources with space to reverberate events, as well as the official sources also present are not put in a place of counterpoint. Finally, we conclude, among the findings of this study, that the common citizen has almost no space during almost two decades of survey of the subjects that guide the Dia da Consciência Negra, racial issues published on November 20th or that guide the date even in other days during the years of the clipping, with the celebration as a hook.

Key words: Dia da Consciência Negra. Journalistic Sources. Racism. Imirante. O Estado do Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Trabalhos publicados de 2006 a 2021.....	22
Figura 2 — Última capa do jornal O Estado do Maranhão circulada.....	56
Figura 3 — Layout da página inicial do portal de notícias Imirante.com.....	57
Figura 4 — Demonstração das etapas que compõem a primeira análise e exploração do material.....	59
Figura 5 — Mapa da descrição e cronologia dos processos realizados para as fases da coleta de dados.....	61
Figura 6 — Gráfico de distribuição das publicações ao longo de quase duas décadas que compõem o período de análise.....	73
Figura 7 — Diferença entre a quantidade de matérias que saíram nos dois veículos sobre ou relacionadas ao Dia da Consciência Negra e questões raciais.....	75
Figura 8 — Proporções da quantidade das matérias divididas por origem e abrangências entre os veículos.....	76
Figura 9 — Matéria publicada no O Estado do Maranhão sobre a questão do racismo como crime no estado e a falta de punição judicial aplicada.....	80
Figura 10 — Os formatos das matérias divididos por veículo e origem.....	81
Figura 11 — Texto reproduzido na íntegra do site Agência de Notícias sobre uma pesquisa que aponta as taxas de assassinato da população negra no Rio de Janeiro.....	84
Figura 12 — Os temas das matérias apresentados de maneira geral e específicos por veículos.....	85
Figura 13 — Gráficos com a distribuição das matérias autorais e fontes captadas nos veículos.....	87
Figura 14 — Distribuição de matérias autorais dos jornais durante os anos.....	88
Figura 15 — Gráficos com a divisão das fontes acionadas por espécie e gênero.....	91
Figura 16 — Gráfico que demonstra o quantitativo a classificação das fontes jornalísticas.....	92
Figura 17 — A partir de dois personagens, a matéria realiza uma exposição das vivências de duas pessoas negras inseridas na sociedade, em um contexto racial.....	98

Figura 18 — Matéria autoral a respeito da valorização da Cultura Negra, pontua pela presidente do órgão do movimento em Imperatriz a partir das percepções do censo realizado pelo

IBGE.....100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Focos dos estudos dos trabalhos que tratam as fontes jornalísticas.....	23
Tabela 2 — Levantamento das matérias captadas, com a distribuição ao longo dos anos.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Conceitos, definições e atribuições das fontes, de acordo com alguns autores e pesquisadores.....	28
Quadro 2 — Descrição das categorias e variáveis utilizadas no formulário de coleta das matérias, para fins de entendimento dos critérios de inclusão.....	63
Quadro 3 — Explicação das categoriais variáveis para tratamento das fontes, com os critérios de inclusão e extração de informações.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FONTES E A INFORMAÇÃO: ELEMENTOS ESSENCIAIS NA PRÁTICA JORNALÍSTICA	20
1.1 O estado da arte dos estudos focados nas fontes jornalísticas em 16 anos de levantamento no Brasil	20
1.2 A relação das fontes com a informação jornalística	27
1.3 As fontes jornalísticas: classificações e atribuições na rotina produtiva	32
1.3.1 Função mercadológica do jornalismo	38
2 O IDEAL BRANCO NO BRASIL E O RACISMO NA COMUNICAÇÃO	42
2.1 Os efeitos do branqueamento e o racismo nas representações midiáticas na imprensa corporativa	42
2.2 O Dia da Consciência Negra como dispositivo de reflexão	49
2.3 A mídia alternativa como possibilidade	51
3 PERCURSO METODOLÓGICO	54
3.1 Um pouco da história do Imirante.com e do O Estado do Maranhão	54
3.2 Etapas da pesquisa	57
3.3 Ferramentas e classificação das categorias para a coleta de dados	62
4 APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS E A ANÁLISE DOS DADOS	70
4.1 Sobre a coleta de dados e o panorama geral dos achados	70
4.2 O espaço destinado às fontes relacionadas ao Dia da Consciência Negra	86
5 APONTAMENTOS FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A — FORMULÁRIO DE MATÉRIAS	120
APÊNDICE B — FORMULÁRIO DA COLETA DAS FONTES ACIONADAS	122

INTRODUÇÃO

Pode ser que ao pensar no Oriente Médio, remeta-se involuntariamente à palavra terrorismo e, ao olhar para o continente africano, aos elementos fome e extrema pobreza. Para ambos os exemplos, há casos para ilustrar. No cinema, propagou-se o clichê relacionando muçulmanos ao terrorismo, principalmente após ao 11 de setembro de 2001. Com a repercussão do atentado, homogeneizou a visão que os estadunidenses possuem sobre a região. Em 2003, quando visitou a Namíbia, país no sudoeste da África, o até então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, ao discursar na despedida de sua viagem diplomática, mostrou-se positivamente surpreso com o país. Lula comentou que a capital *Windhoek* nem mesmo parecia estar localizada naquele continente, por ser muito limpa, organizada e esteticamente bonita¹.

Mas os exemplos não ficam em lugares distantes do nosso mapa. Em abril de 2022, uma entrevista da cantora brasileira Anitta para a *Nylon Magazine*, em sua guinada na carreira internacional, gerou polêmica sobre estereótipos relacionados aos brasileiros, que afetam principalmente as mulheres. A revista destacou na capa da edição a seguinte fala atribuída à cantora: “No Brasil, todo mundo quer se divertir e transar e eu quero trazer essa energia para cá”. A artista relatou que a fala foi tirada do contexto e a revista se retratou². Contudo, a frase funciona como um reforço à ideia do turismo sexual, atrelada ao país, que diretamente afeta as mulheres e decorrem na reprodução de uma imagem sexualizada.

Esses são exemplos de estereótipos negativos, que rondam as principais representações construídas por meio daquilo que é noticiado na mídia. Dessa forma, ao sermos expostos a esse tipo de conteúdo, com uma abordagem homogênea sobre o outro, daquilo que difere do nosso convívio diário e distante da cultura da qual pertencemos, a principal referência costuma ser o fluxo de material produzido pela imprensa.

Como alerta desse problema decorrido das versões “singulares”, em 2009, no *TED Talks*, Chimamanda Ngozi Adichie proferiu a conferência intitulada *O perigo de uma história*

¹ Notícia disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/11/031107_lulanamibiadi1.

² Notícia disponível em: www.uol.com.br/splash/noticias/2022/04/15/revista-muda-capa-com-anitta-apos-reclamacao-da-cantora-por-manchete.htm.

*única*³. Em sua fala, a escritora nigeriana, militante feminista, traz à discussão, em linhas gerais, as consequências da disseminação de apenas uma versão dos fatos, construída a partir de uma visão ocidental e eurocentrada, contaminada por preconceitos, senso comum e generalizações negativas. Não que os estereótipos reproduzidos sejam totalmente mentirosos, como a palestrante confere, porém, o maior problema apontado por Chimamanda ainda é que esses estereótipos são incompletos e isso decorre em uma grande consequência: as construções e disseminações de histórias únicas. De acordo com ela, o fenômeno de uma história única está relacionado ao poder, já que é a estrutura de poder no mundo que vai definir as histórias, pois “como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder” (ADICHIE, 2009, PALESTRA NO *TED TALKS*).

Ao relacionar a questão da história única dentro do processo de produção jornalística, podemos citar a escolha de certos enfoques e, principalmente, as fontes acionadas, como reforçadores dessa construção de apenas uma versão dos acontecimentos. Devemos refletir sobre o que tange o direcionamento do que é pautado, a diversidade das fontes acionadas como porta-vozes e a pluralidade dos discursos oferecida por quem fala.

A diversidade no jornalismo é um aspecto manifestável e passível de observação em pontos como quem comanda as empresas de comunicação e os veículos, as pessoas presentes nas redações, o público para qual o conteúdo produzido é direcionado e nas fontes recorridas. A diversidade, ao que se refere as pautas abordadas e as pessoas utilizadas como fontes, se estabelece em algo que deve dialogar com os mais diversos setores da sociedade. É levar em consideração o que os tipos de pessoas distintas, inseridas em realidades diversas, pensam e compreendem do mundo ao seu redor e do local o qual pertencem.

Dessa forma, a atividade de noticiar, desenvolvida como principal característica do fazer no campo jornalístico, é o agrupamento de fragmentos sobre os fatos e acontecimentos, reproduzidos por parte daqueles que presenciaram e/ou viveram o ocorrido. Há também os que só ouviram falar do fato e repassam esse conhecimento a ser investigado. Segundo Orozimbo e Oliveira (2007, p. 113), o jornalista tem o dever de produzir um discurso, a partir dos fragmentos, o mais fiel e próximo possível do acontecimento. Apesar dessa constatação assinalada, os autores afirmam a incapacidade da já consolidada ideia da “impossibilidade de uma objetividade absoluta” no jornalismo, pois o relato dos fatos, através dos fragmentos, sempre possui influência da visão de mundo do jornalista e até mesmo das pessoas que fazem

³ Palestra disponível em: www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg.

parte do processo de construção da atividade jornalística, na posição de fonte. Então, entra na equação a influência no andamento do conteúdo e o enfoque que será tomado na notícia, a partir da escolha das fontes e a seleção dentro dessa escolha, com a preferência por quem será acionado. Também reflete a preferência do jornalista, além da forma de hierarquizar as informações e a designação de quem terá o espaço, os recortes das falas concedidas e o tipo de informação prestada pela fonte que será colocada, até mesmo em que momento será apresentada. Ou seja, quem fala e quando fala.

Consecutivamente, o campo do jornalismo moderno é marcado por uma diversidade e variedade de fontes disponíveis para os profissionais, assim como a prática vive um momento amplamente demarcado pelo acesso facilitado de informações e dados. Nesse sentido, não poderia existir prática jornalística sem as fontes, sejam elas de quais tipos forem. É, de fato, uma esfera de relação marcada por diversas forças, interesses e vínculos, expressada, seja pela necessidade do cidadão que serve como fonte ao relatar uma problemática nos serviços públicos, ou do próprio jornalista que necessita do ponto de vista de alguém para validar, diante do público, aquela informação em sua notícia.

A verdade é que a fonte possui um lugar de destaque na produção informativa, pois é ela que supostamente deve sustentar a veracidade de um fato e estabelecer uma maior proximidade com a realidade do público consumidor. Contudo, há um ponto a se destacar, pois as fontes e suas declarações podem se apresentar como questionáveis em alguns momentos. A exemplo disso, podemos citar o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que conforme o site de *fact-checking Aos Fatos*, proferiu 4.899 declarações falsas ou distorcidas em 1.137 dias no cargo⁴ (entre 2019 e 2022), mesmo sendo uma fonte oficial, considerada o tipo mais confiável entre os jornalistas. Barone Junior (2016) explica que, por vezes, o que essas fontes dessa natureza repassam são automaticamente colocadas como verdades, porque, perante ao jornalista, as fontes oficiais possuem um *status* atrelado à sua posição de representantes da sociedade.

Essas fontes poderosas, que se destacam pelo nível de *status* atribuído e são colocadas em posição de privilégio, possuem certa legitimidade embutida nos discursos que proferem. Essa ocorrência é colocada como Teoria dos Definidores Primários, onde tais figuras privilegiadas têm influência na produção jornalística e conseguem colaborar para possíveis distorções realizadas através de suas opiniões (PENA, 2006).

⁴ Informações referentes até dia 11 de fevereiro de 2022, disponíveis em: www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/.

Recorrer a diferentes fontes também concede um nível de pluralidade à informação e, com isso, repassa as versões distintas que um mesmo acontecimento tem. Sousa (2005) é incisivo ao afirmar que sem as fontes de informação, não seria possível produzir boa parte do conteúdo jornalístico. Partimos do cenário onde várias investigações acadêmicas e pesquisadores se debruçaram para traçar classificação, tipificação, funcionalidades ou definições das fontes (GIEBER; JOHNSON, 1961; SIGAL, 1973; GANS, 1980; PINTO, 2000; LAGE, 2001; SOUSA, 2005; ERBOLATO, 2008; FONTCUBERTA, 2010; SCHMITZ, 2011).

E, um fator que chama a atenção mediante ao grande fluxo de informação disponível com o desenvolvimento das tecnologias computacionais e das modificações nas rotinas produtivas, é a busca recorrente por fontes com potencial jornalístico. São as ditas oficiais, que falam pelas instituições e órgãos governamentais ou públicos e possuem setor específico para lidar com a imprensa, por terem mais interesse em oferecer facilidades no acesso.

Os computadores, *smartphones* e outras plataformas digitais, como sites, redes sociais e entre diversos aparatos tecnológicos, são elementos já intrínsecos na rotina produtiva, os quais não há uma necessidade de adaptação em si, eles já fazem parte da existência e da prática profissional há muito tempo. Contudo, uma das discussões recorrentes é sobre a pluralidade de fontes, não apenas da amplitude de acesso, por meio do computador e de todo aparato que os dispositivos móveis oferecem. Chama-se atenção para quem pode ou é permitido falar. Sobre a polifonia no jornalismo e a necessidade dos contrapontos, Medina (1978, p. 37) coloca que a “seleção das fontes de informação terá de se enriquecer através da pluralidade de vozes e, ao mesmo tempo, da qualificação humanizadora dos entrevistados descobertos”. Não se trata apenas de amontoar uma relação de fontes diferentes, mas sim recorrer à multiplicidade de pontos de vistas, que auxiliará na interpretação do mundo, a partir dos contrapontos expostos com fontes que diversificam as pautas.

Considerando tais itens, essa pesquisa nasce de uma inquietação pessoal da autora, relacionada a quem pode falar, quem tem espaço e que tipo de espaço é concedido na mídia. Tendo em vista tais questionamentos, busca-se analisar as fontes jornalísticas inseridas na produção, e, sobretudo, nas vozes evidenciadas.

O ponto central desse estudo é a cobertura do Dia da Consciência Negra, com a busca da compreensão de quais são as fontes jornalísticas acionadas nas matérias publicadas sobre a celebração no dia 20 de novembro e/ou em outros dias, desde que tragam a data comemorativa em questão como pano de fundo. Para a execução da pesquisa e captação dos

dados, elegemos o portal de notícias *Imirante.com* e o antigo jornal impresso *O Estado do Maranhão*⁵ como objetos de investigação, que nos proporcionaram o levantamento de um *corpus* que abrange 19 anos de produção, que vai de 2002 a 2021. Ambos os veículos pertencem ao Grupo Mirante de comunicação do Maranhão, com sede na capital São Luís.

Nesta dissertação, analisamos a produção noticiosa dos dois veículos jornalísticos, para saber o que esses jornais publicam sobre a data, quais os aspectos daquilo que tem destaque a respeito da celebração e, principalmente, compreender quem tem espaço para falar sobre ou no dia. Os veículos foram escolhidos porque representam uma voz hegemônica na mídia regional, sendo os meios tradicionais mais importantes da imprensa maranhense, possuindo relação direta com a família Sarney, de significativa dominância política no estado. Há de se ressaltar o seguinte questionamento: quem recebe destaque relacionado ao Dia da Consciência Negra? A partir da compreensão do “que” está presente nas páginas do portal e do impresso, conseguimos também compreender “quem” tem lugar.

Assim sendo, o trabalho feito aqui tem o seguinte movimento: se parte da análise das fontes acionadas, para que assim se possa identificar quais tipos de fontes são recorridas e quais delas possuem espaço dentro da cobertura do Dia da Consciência Negra. A questão central é entender e mapear quais tipos de fontes são citadas em quase duas décadas, para conferir o direito à fala e analisar as construções feitas temporalmente.

A hipótese a ser verificada é que ambos os veículos não conferem muito espaço relacionado a data e, tampouco, trazem em suas fontes acionadas uma diversificação ou variedade nas vozes com espaço nas páginas do portal e impresso. Em relação às datas de cunho comercial e religioso, acreditamos que o Dia da Consciência Negra, celebração de cunho social, é preterida, ganhando pouca atenção ou uma cobertura superficial.

Essa hipótese de superficialidade se ancora no mito da democracia racial reverberado no Brasil, com uma suposta igualdade atribuída pela mistura entre as raças que originaram a população do país. O ideal branco que rege o mundo e o menosprezo pela cultura originária do povo negro são elementos que delineiam a sociedade brasileira, impactando as representações construídas na mídia e o espaço desvalorizado concedido a essa população.

A priori, o objetivo geral é traçar um panorama da cobertura da data e, posteriormente, a partir desse levantamento de dados, com algumas identificações pontuadas, realizamos o aprofundamento das fontes acionadas em matérias identificadas como relacionadas a temática,

⁵ Durante a realização dessa pesquisa, o impresso *O Estado do Maranhão* deixou de circular. Sua última edição impressa circulou nos dias 23 e 24 de outubro de 2021, com a posterior migração de todo o seu conteúdo para o portal *Imirante.com*

sendo elas autorais no *Imirante.com* e *O Estado do Maranhão*. A partir do acionamento das fontes, como principais perguntas de pesquisa, questionamos quem tem espaço nos jornais e que tipo de espaço é conferido a quem é recorrido sobre o dia em questão. Logo, baseia-se nos acionamentos das fontes para verificar os objetivos específicos, os quais são a pretensão de conferir a pluralidade das fontes e o espaço atribuído a elas no contexto da data.

O significativo período de análise, além de pontuar a primeira menção a data em 2002, é marcado por mudanças nos aparatos tecnológicos, que facilitam a comunicação entre os indivíduos, assim como também as ocorridas na estrutura social. Nos últimos 20 anos, vários setores da sociedade e os movimentos minoritários ganharam destaque nas pautas midiáticas, como movimentos para a igualdade de gênero e raça, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, povos indígenas, *etc.*

A escolha de investigar o Dia da Consciência Negra está ancorada nas questões históricas e culturais envolvidas na celebração no Brasil. Sustentamos a escolha por conta da importância de verificar quais elementos recebem destaque no dia em questão, pois, o Maranhão é o terceiro estado do Brasil com mais autodeclarados pretos e pardos, segundo a estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feito em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, divulgado em 2013. Esses dados são do Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo a Cor ou Raça, divulgado na 3ª Conferência Nacional de Igualdade Racial, em Brasília. Em decorrência da atenção que há de ser concentrada em uma data comemorativa, acredita-se que deve ser atribuída uma espécie de *status* e, sendo assim, podemos verificar quem está autorizado a desfrutar desse espaço supostamente disponibilizado.

Também encontramos a necessidade de desenvolver investigações sobre fontes jornalísticas a partir de uma perspectiva regional. No campo da Comunicação, os estudos da temática estão focados, geralmente, em veículos de abrangência nacional e concentrados no eixo Sul-Sudeste da produção acadêmica, como será possível observar no capítulo 1, com o levantamento realizado sobre o tema. Além de oferecer um diagnóstico das fontes em quase 20 anos, um estudo longitudinal irá proporcionar observar se há mudanças nas fontes utilizadas e também em certos tipos de vozes evidenciadas.

O percurso desta dissertação divide-se em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta um mapeamento das investigações focadas nos estudos sobre as fontes jornalísticas, com o levantamento dos trabalhos publicados em língua portuguesa. Também traz a discussão teórica acerca das fontes e sua relação com a informação, além de esquadrihar sobre as

conceituações das fontes jornalísticas, a importância na prática jornalística e a afetada esfera de relação estabelecida entre as fontes e os jornalistas. O intuito é explanar o debate sobre as operações desses elementos tão essenciais para a lógica profissional do campo.

Com o capítulo 2, abordaremos sobre como o projeto de braqueamento forjou uma estrutura onde o ideal branco é o padrão normativo em uma população de maioria composta por negros e pardos. As representações construídas ao longo dos séculos, principalmente com o projeto de extermínio do negro pós-abolição, marginalizou a existência desse povo e promoveu um movimento de desvalorização de sua cultura. Em suma, tentamos compreender como todos esses fatores possuem efeitos práticos nas representações construídas sobre raça e racismo na mídia e decorrem no silenciamento das fontes negras.

No capítulo 3, vamos apresentar os objetos analisados, comentando sobre suas histórias, fundação e transformações. Versa sobre o percurso metodológico, onde apresentaremos elementos relacionados ao desenvolvimento do estudo, detalhando o processo de elaboração das categorias de análise, na perspectiva da Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011) e Bauer (2011). No capítulo 4 são apresentados os dados e as análises, de acordo com a proposta definida do percurso metodológico, onde discutimos os resultados da pesquisa, com o debate das unidades detectadas. Nas considerações finais é traçado um resumo das principais componentes levantados a partir da análise da cobertura sobre a data e também do que se tem mediante o mapeamento das fontes acionadas, com algumas constatações encontradas a partir das informações descobertas.

Essa pesquisa trabalha com duas perguntas basilares, as quais são: o que se vê quando se olha para a cobertura que os jornais fazem do Dia da Consciência Negra e o que é constatado ao conferir as vozes acionadas sobre o tema? Com isso, pretendemos contribuir para a compreensão de como esse momento de reflexão da Consciência Negra tem se estabelecido em grandes veículos tradicionais do Maranhão, para assimilar quais elementos constroem a cobertura da celebração e como se apresentam as fontes utilizadas.

1 FONTES E A INFORMAÇÃO: ELEMENTOS ESSENCIAIS NA PRÁTICA JORNALÍSTICA

Neste capítulo de abertura, iremos primeiramente abordar uma linha do tempo das investigações dos trabalhos em língua portuguesa, publicados no Brasil, que tratam sobre as fontes jornalísticas. Serão delineadas algumas considerações obtidas com o levantamento de trabalhos realizados sobre o tema. O objetivo desse mapeamento inicial é apresentar alguns caminhos já tomados por pesquisadores. Também, no decorrer desse capítulo, nos aprofundaremos no que é fonte, quais as principais conceituações e principais autores que tratam do tema no campo jornalístico. Além disso, é discorrido sobre as questões que operam e afetam o relacionamento das fontes jornalísticas com os jornalistas e explicaremos sobre as rotinas produtivas e aspectos da atuação profissional.

1.1 O estado da arte dos estudos focados nas fontes jornalísticas em 16 anos de levantamento no Brasil

Antes de iniciarmos as reflexões teóricas sobre as temáticas escolhidas para essa dissertação, iremos nos debruçar, de forma breve, nos estudos sobre as fontes no contexto da prática jornalística e das rotinas produtivas. Especificamente, o objetivo desse tópico em questão é construir um apanhado, o mais geral possível, do que se aborda quando se discorre sobre fontes jornalísticas nas pesquisas desenvolvidas na área da Comunicação, em particular no Jornalismo. Como primeiro passo do levantamento, foram reunidos os trabalhos publicados entre 2005 e 2021, considerando as teses, dissertações na plataforma online da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e artigos publicados em revistas científicas.

Apesar do período de anos captados no apanhado configurar-se em significativos 16 anos de produções, não há o objetivo e tampouco a capacidade desse mapeamento ser apresentado como completo e definitivo no que diz respeito a tudo realizado sobre fontes jornalísticas no campo da pesquisa no Brasil. A pretensão é evidenciar os usuais caminhos já tomados por outros pesquisadores, observando como o tema é tratado academicamente ao longo do tempo.

Dessa maneira, apresentamos aqui o que se tem por pesquisas chamadas de “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, que são estudos de caráter bibliográfico e visam discutir

as produções acadêmicas, para traçar o mapeamento dos aspectos destacados por esses estudos (FERREIRA, 2002). Esse tipo de levantamento é o tipo de pesquisa que permite fazer um percurso claro sobre um tema, possibilitando conhecer quais foram as principais formas de abordagens executadas ao longo dos anos. Monta uma espécie de linha de tempo, na qual identifica o trajeto científico, os principais aspectos delineados e quais momentos determinados contornos eram mais comuns.

Ferreira (2002, p. 258) classifica dois momentos que constituem esse tipo de mapeamento em questão. O primeiro é quando o pesquisador quantifica a produção acadêmica e identifica os dados bibliográficos, “[...] com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção”. Já o segundo momento é quando o pesquisador começa a elaborar possibilidades, identificar percursos metodológicos e abordagens teóricas, como também iniciar o processo de relacionar elos entre os trabalhos. Nesse segundo momento, o pesquisador “[...] deve buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Para a realização do levantamento aqui apresentado, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e o *Google Scholar*, para a coleta dos artigos. Importante ressaltar que foram considerados apenas os artigos científicos publicados em revistas científicas brasileiras de estudos nas áreas de Comunicação, Jornalismo e/ou Mídia. No catálogo da Capes, aplicaram-se os filtros de refinamento pela área de concentração em Comunicação e Informação, sendo considerados as teses e dissertações desenvolvidas nessas áreas relacionadas ao refinamento.

No que diz respeito as palavras procuradas em todas as duas plataformas, foram os termos “fonte” e “jornalismo”, com variações⁶. No levantamento inicial foram avaliados e coletados apenas os trabalhos publicados entre 2005 e 2021, que eram possíveis termos acesso completo ao documento, na íntegra, através do *download*. Decisão válida tanto para as teses e dissertações, como para os artigos científicos. Esse ponto em questão foi essencial, porque permitiu ir além da leitura do resumo da pesquisa, dando possibilidade de uma inspeção mais aprofundada e rigorosa do trabalho completo, caso fosse preciso.

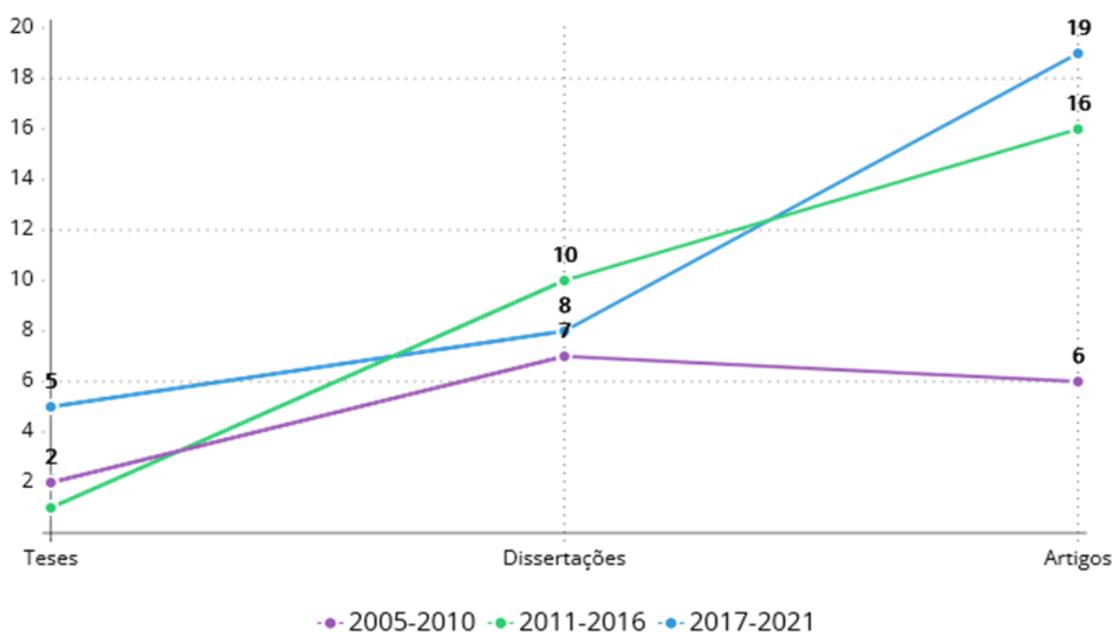
Detalhando sobre os dados quantitativos do estado da arte das fontes jornalísticas no campo da pesquisa científica, foram captados 74 estudos no levantamento, com os seguintes números distribuídos: oito teses, 25 dissertações e 41 artigos. Assim que o *corpus* do

⁶ Quatro variações dos termos foram executadas na procura, são elas: fontes jornalísticas; fonte jornalística; fonte e jornalismo; fontes e jornalismo.

mapeamento foi construído, formaram-se alguns questionamentos norteadores: i) quais os principais enfoques desses trabalhos, ii) de quais regiões são os veículos pesquisados nos trabalhos desenvolvidos, iii) a existência de trabalhos que estudem veículos oriundos do Maranhão e iv) se há pesquisas que relacionem as fontes jornalísticas com questões que envolvem minorias e movimentos sociais.

O recorte temporal da amostra de pesquisas sobre fontes em 16 anos de publicações pode ser observado na figura abaixo:

Figura 1 — Trabalhos publicados de 2006 a 2021



Fonte: Autoria própria, 2022

A partir dos dados apresentados na figura do gráfico acima, é possível conferir as pesquisas que tratam das fontes jornalísticas mais frequentes nos últimos quatro anos, tendo um maior volume entre 2017 e 2021. Essa predominância se dá por conta do número de artigos, que teve um aumento considerável nas suas publicações em periódicos nesse período. Para detalhar melhor o que está visível no gráfico, nessa época em questão foram 32 trabalhos captados, nos quais são 19 artigos, oito dissertações e cinco teses.

Identifica-se que a linha do tempo dos trabalhos segue uma progressão crescente na presença do tema nas pesquisas. Entre 2011 e 2016, o volume de pesquisas foi de 27 peças captadas, dividindo-se em uma tese, dez dissertações e 16 artigos, com o último tipo sendo destaque mais uma vez. Já ao olharmos o primeiro período, de 2005 a 2010, há a menor

quantidade de trabalhos, com 15 estudos publicados: duas teses, sete dissertações e seis artigos científicos.

É possível conferir, através desta progressão da quantidade de trabalho realizados, que o tema ganhou a atenção dos pesquisadores no decorrer dos anos. Tal constatação pode ser relacionada com as complexidades conferidas às fontes jornalísticas e no trato entre as fontes e os profissionais da área. Afetam diretamente esse campo questões como as transformações tecnológicas, a própria lógica relacional no mundo contemporâneo que compete mais urgência nas relações sociais, as modificações nas rotinas produtivas, a emergência das *fake news* e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19.

Com a exposição e detalhamento dos materiais ao longo dos anos, tornou-se possível conferir o desenvolvimento do tema, que ganhou uma significativa atenção por parte dos pesquisadores em mais de uma década. A partir da identificação do tema e recorte dos trabalhos, formularam-se alguns enfoques principais, com base em uma observação. A tabulação dos dados obtidos com a organização dos trabalhos coletados, feita manualmente em uma tabela do *Excel*, permitiu agrupar as teses, dissertações e artigos em seis principais focos de estudos, são eles:

Tabela 1 — Focos dos estudos dos trabalhos que tratam as fontes jornalísticas

FOCO	QUANTIDADE
Pluralidade e seleção de vozes acionadas	30
Representação, enquadramentos e construção de sentido	19
Relação e contato dos jornalistas com as fontes	15
Fontes no ciberespaço, novas classificações e mudanças nas fontes a partir das transformações tecnológicas	06
Processo de apuração e credibilidade das fontes	02
Direito das fontes e ética jornalística	02

Fonte: Autoria Própria, 2022

No que se refere a proposta da pesquisa dessa dissertação, logo de início a colocamos no foco de estudo que compete à análise de representação, conferência dos enquadramentos e a observação da construção de sentido executada. Além de conferir quais fontes são acionadas nessas matérias relacionadas ao Dia da Consciência Negra, para verificar em um primeiro

momento a cobertura realizada e também a variedade de vozes presentes, o objetivo é conferir que espécie de espaço é destinado à essas fontes.

Sobre os demais estudos catalogados no estado da arte aqui presente, iremos discorrer sobre alguns nesse capítulo, para melhor compreensão do que tem se falado nos trabalhos.

Moraes (2014), por exemplo, analisa as marcas discursivas do cidadão em textos televisivos do telejornal. Para tanto, o autor buscou conhecer quais são as fontes convocadas para participar das reportagens e como elas são dispostas em relação ao princípio do foco no cidadão, no programa *Repórter Brasil*, da *TV Brasil*. A pesquisa observou que diante de um diferente conjunto de fontes convocadas nas matérias, prevalece a presença das fontes ditas especialistas para legitimar a narrativa. Porém, também existe uma tentativa de incluir as fontes populares e os atores sociais anônimos como protagonistas das pautas, os tornando como detentores da “última palavra” em algumas matérias.

Fazendo algo semelhante ao elaborar um estudo que parte da análise das fontes jornalísticas convocadas, Rodrigues (2017) trata em sua pesquisa a cobertura política em veículo impresso, pelo ponto de vista dos estudos de enquadramento (*frame analysis*). O autor tenta entender quais são os enquadramentos jornalísticos do primeiro ano de mandato do ex-governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (mandato de 2015 a 2019), a partir das citações de fontes em textos do jornal *Zero Hora*. Um dos apontamentos no qual o autor chegou foi que a organização do enquadramento é polarizada. Com base na classificação da maior parte das fontes convocadas nas matérias — representações sindicais, “oficiais” atuantes no governo e ligadas a entidades empresariais — os enquadramentos possuem dois vieses: o negativo, no qual o governo prejudica a sociedade e, também, o positivo, no qual sugere que o Poder Executivo se esforça para ser eficiente.

Dessa maneira, Moraes (2014) e Rodrigues (2017) investigam as fontes jornalísticas na tentativa de compreender aspectos relacionados à construção de sentidos, segundo a utilização e aproveitamento das que foram convocadas para as matérias. Quem também realiza essa identificação e mapeamento das fontes é Pereira (2018), porém, com intuito de verificar as estratégias utilizadas pelos sites de revistas *Caros Amigos* e *Veja*, para aproximar e estabelecer contratos de leitura. A autora observa a funcionalidade empregada e também se debruça nas falas acionadas pelas fontes recorridas em matérias relacionadas à Reforma do Ensino Médio brasileiro. A observação constatou que a seleção dos tipos de fontes e das falas inseridas seguem as linhas editoriais dos veículos.

Em diante, também há entre essas produções mais aprofundadas, trabalhos que executam uma atualização das classificações de fontes e sugerem até mesmo uma nova categorização. Rutilli (2014) pesquisa a relação com as fontes em ambiente de convergência e propõem em seu estudo uma atualização e adequação de algumas categorias classificadas por Pinto (2000), a partir das reflexões constatadas na análise das fontes nesse espaço digital. A exemplo de uma nova categorização, Gehrke (2018) estuda as fontes documentais utilizadas em notícias de Jornalismo Guiado por Dados (JGD), com um mapeamento de quais são acionadas nas notícias de alguns veículos, para então propor uma tipologia de fontes neste processo do jornalismo.

A Pesquisa de Sanglard e Neves (2019) está focada em conferir a cobertura jornalística sobre a ditadura militar no Brasil, com base na análise de quais fontes tiveram espaço e na identificação do impacto da Comissão Nacional da Verdade e outras comissões na cobertura. As autoras apontaram haver uma pluralidade de pontos de vista, mas que boa parte dos veículos analisados acionam, em sua maioria, as fontes ditas oficiais e as especializadas.

Dupéré (2015) analisa a evolução do direito e da capacidade dos jornalistas do Reino Unido em proteger o anonimato de suas fontes. A pesquisa discorre a partir do caso *Wikileaks* e traz uma discussão interessante a respeito de como a organização em questão confere um modelo alternativo para o sigilo das fontes na era digital. Esse é um dos trabalhos que tratam de forma central sobre o direito das fontes de informação, porém, o debate das condutas, leis e legislações comentadas pela autora são os britânicos. Logo, podemos ressaltar que há uma pouca frequência no que diz respeito aos trabalhos com foco nos direitos das fontes desenvolvidos de acordo com o âmbito do Brasil nesses anos. Pois, nesse sentido de evocar mais trabalhos focados nos direitos das fontes, Pinto (2000) ressalta a importância e a necessidade da reflexão a respeito da responsabilidade do público e os direitos das fontes de informação.

Com base nesse pequeno levantamento de 74 achados no total, as fontes são investigadas em jornais impressos, sites jornalísticos e telejornais. Sobre as regiões dos veículos pesquisados e se há investigações sobre veículos do Maranhão nos artigos, dissertações e teses, foram identificados dentre os trabalhos coletados para o mapeamento seis ocorrências de objetos de abrangência da Região Nordeste. Contudo, não há ocorrências de estudos focados em veículos maranhenses. Diante dessas constatações, é possível afirmar que os trabalhos focados nas fontes jornalísticas são executados em veículos de abrangência

nacional ou das Regiões Sul e Sudeste, como foi viável conferir no refinamento das informações coletadas a partir dos estudos captados.

Sobre o questionamento se há pesquisas relacionando as fontes jornalísticas que envolvem minorias e questões sociais, foram constatados cinco trabalhos que se debruçam com esses focos: uma tese, três dissertações e um artigo científico. A primeira ocorrência é uma dissertação de Darde (2006), onde o pesquisador faz um mapeamento dos temas abordados e da pluralidade de vozes/fontes em 310 textos jornalísticos sobre HIV/Aids publicadas nos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* em 2004. O autor verificou que não há equilíbrio nas vozes utilizadas, porque a fala de pessoas vivendo com HIV/Aids quase não esteve presente nos jornais estudados e existe um domínio das fontes oficiais.

Leal e Carvalho (2015) também trabalham o tema HIV/Aids em um artigo, no qual eles partem da pergunta “quem fala o quê?” nas notícias. Os autores propõem uma reflexão acerca das pesquisas realizadas a respeito da cobertura jornalística sobre homofobia e HIV/Aids, quanto à compreensão de que um amplo conjunto de pesquisas e estudos acerca do jornalismo já indicam, direta ou indiretamente, o esgotamento da imagem da “fonte” jornalística.

Ainda no seguimento da ótica da discriminação e abordagem sobre minorias sociais, a dissertação de Insfran (2017) tem a proposta de entender a cobertura sobre as temáticas ligadas à população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual (LGBT), entre 2013 e 2016, no jornal *Canção Nova Notícias* da *TV Canção Nova*. O trabalho realiza um levantamento das fontes acionadas, mapeando os atores sociais que se posicionam contra, a favor ou se apresentam neutros nas matérias.

Já na tese de Melo (2008) é abordado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como fonte e se analisa a construção mediática na cobertura jornalística feita por alguns telejornais. Apesar de constatar que o movimento ocupa um lugar de fala no discurso mediático, o MST não provoca transformações no seu enquadramento na mídia. Encerrando, Coelho (2019) discute os caminhos para a inclusão de crianças com deficiência nas narrativas midiáticas diante da constatação da invisibilidade das vozes e rostos dessas crianças nas revistas *Crescer e Pais&Filhos*.

Por intermédio da breve explanação dos estudos focados em questões, minorias e movimentos sociais, o tema “fontes jornalísticas” não apareceu sendo relacionado às questões raciais. Portanto, verificou-se, mediante a este estado da arte, que as fontes não são observadas no campo da pesquisa sob o prisma da representatividade negra ou no que diz

respeito à discriminação racial contra pessoas negras. Pelo menos no que foi possível verificar a partir do recorte percorrido em todo o mapeamento de 16 anos presente neste tópico.

1.2 A relação das fontes com a informação jornalística

Embora as fontes estejam, como apresentado, como um tema de certo modo recorrente nas investigações jornalísticas, apesar de algumas lacunas, o fato é que a fonte jornalística é parte fundamental da prática no jornal. As fontes são essenciais para o processo de apuração jornalística, Solosky (2016) coloca que são elas as responsáveis pela precisão dos fatos repassados através das notícias. Ao nos depararmos com tal constatação do teórico, convocamos a obrigação que a fonte tem relacionada à credibilidade no relato dos fatos, enquanto o jornalista está comprometido com a seleção de fontes confiáveis e com a apuração acurada das informações que o informante apresenta. “Fontes são aqueles que têm algo a dizer e informar, os produtores das ações sociais — dos atos e falas noticiáveis”, compreende Chaparro (1996, p. 148), ressaltando que elas “são a base essencial da ação jornalística... Sem elas, não há notícia nem noticiário”.

Assim sendo, reforçam-se as fontes jornalísticas como praticamente a origem de toda a informação contida na produção informativa do jornalismo. Então, “a produção de textos noticiosos está essencialmente assentada sob a consulta a fontes, seja com a finalidade de confirmar informações ou esclarecer acontecimentos” (SOUZA, 2018, p. 02). Dessa forma, Schmitz (2011) traz duas definições distintas de fonte: a primeira definição diz respeito à fonte de informação, que qualquer informação está disponível a alguém; já a segunda definição é a de fonte de notícia, que, por sua vez, requer uma forma ou meio de transmissão para consolidar a informação.

Trazendo à baila a variedade das conceituações, apresentamos o que outros pesquisadores discutem sobre as fontes, com o quadro 1, onde é possível conferir o que alguns autores atribuem ao que elas são, suas definições dentro da construção da notícia e a importância que elas agregam na atividade jornalística. A seleção dos autores contidos no quadro foi feita a partir da leitura flutuante dos trabalhos obtidos no estado da arte das pesquisas sobre fontes jornalísticas. O exame dos teóricos e conceitos mais utilizados nos trabalhos catalogados auxiliou a construir a relação aqui feita. Contudo, vale lembrar, que o quadro apenas se configura em uma possibilidade de se contatar o que parte dos autores e

pesquisadores abordam relacionado as fontes, sem pretensão de ser transformar em um delineamento definitivo sobre o tema.

Quadro 1 — Conceitos, definições e atribuições das fontes, de acordo com alguns autores e pesquisadores

AUTORES	DEFINIÇÕES
Gans (1980)	Indivíduos que os jornalistas entrevistam ou observam para levantar pautas ou informações para complementar sua produção jornalística.
López (1995, p. 29 tradução de BRONOSKY e MORAES, 2018)	“[...] um canal — pessoa ou instituição — que proporciona dados substanciais ou complementares — ao ser testemunha direta ou indireta — para poder produzir notícias, reportagens, crônicas, notas.”
Lage (2000, p. 01)	“são instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público.”
Martínez-Costa (2002, p. 43 tradução de RUTILLI, 2014)	“[...] Fontes de informação podem ser: as agências de notícias, uma assessoria de comunicação de qualquer empresa ou instituição, uma pessoa que esteja ligada ao fato jornalístico, os tribunais, agentes sociais, associações de moradores, hospitais, <i>etc.</i> , embora também são consideradas fontes aqueles documentos que podem ser consultados pelo próprio jornalista, tais como arquivos, livros, revistas e publicações, <i>etc.</i> ”
Santos Diéz (2004, p. 148 tradução de RUTILLI, 2014)	“as fontes são um fator chave para dar enfoques diferentes sobre um fato, desenvolvimento de uma análise e compreensão.”
Alcântara; Chaparro; Garcia (2005, p. 25)	“É da fonte que o jornalista colhe o relato, o testemunho, a opinião, o conteúdo com que realiza a sua arte maior, a narrativa da atualidade. Da fonte brotam o acontecimento da notícia, a fala da explicação, a revelação da novidade, o detalhe poético para o requinte literário. Da fonte vem a polêmica que ativa o interesse do leitor e o saber que a reportagem socializa.”

Damas (2008, p. 66 tradução de RUTILLI, 2014)	“ferramenta mais poderosa de investigação, determinante tanto para uma reportagem como para o jornalismo.”
Linhares (2010, p. 51)	“A atividade do jornalismo depende da existência das fontes. Assim como a produção de um trabalho científico requer a busca do conhecimento por meio da pesquisa que se faz almejando qualidade e quantidade do material, no jornalismo quanto mais fontes o jornalista possui, maiores são as possibilidades de construir a notícia com mais fundamentos e riqueza de detalhes.”
Schmitz (2011, p. 09)	“São pessoas interlocutoras de organizações e de si próprias ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.”

Fonte: Formulado de acordo com Gans (1980); López (1995); Lage (2000); Martínez-Costa (2002); Santos Diéz (2004); Alcântara; Chaparro; Garcia (2005), Damas (2008), Linhares (2010) e Schmitz (2011)

A partir do que Schmitz (2011) distingue entre fonte de informação e fonte de notícia, compreende-se, então, que dois indivíduos estabelecendo uma conversa casual, trocando pontos de referências do dia a dia ao seu redor e conhecimentos agregados entre si, são duas fontes de informação. Porém, isso não quer dizer que as informações fornecidas e obtidas por meio da conversa possuem potencial jornalístico ou há interesse público nisso. Em contrapartida, quando o indivíduo tem para expor algo com certa relevância e interesse público, fazendo assim alguma diferença na realidade social pertencente, seja para agregar, refutar ou reafirmar algo dentro da informação jornalística, aí temos uma fonte de notícia. Neste último caso definido, a fonte vai recorrer ou ser recorrida pelo produtor da notícia, cabendo assim ao jornalista fazer a triagem e o direcionamento adequado daquilo que tem dentro da sua ação profissional. Também, não se ignora que complementar a ideia de Schmitz (2011), podemos concluir que uma fonte de informação pode se converter numa fonte de notícia.

Dessa maneira, a partir dessa escolha feita pelo profissional jornalista, surgem as implicações de que a seleção das fontes pode gerar mais ou menos diversidade, pontos de vistas apresentados e transparecer as linhas editoriais do jornal. Há também a constatação de que não existe um acesso igualitário das fontes à mídia. Pois ocorre que:

Intuitiva e empiricamente podemos dizer que as fontes não são iguais. Elas não são iguais em posição. Não são iguais em relevância social. Não são iguais em poder de influência. Não são iguais nos meios a que recorrem. Não são iguais no volume de produção de informação direcionada para os jornalistas, nem na qualidade das mensagens que emitem etc. Mais: podemos afirmar que quaisquer mensagens de quaisquer fontes, uma vez enquadradas, tratadas, apresentadas, difundidas, pelos *news media*, são, à partida, passíveis de ter efeitos, nomeadamente ao nível da construção social da realidade, particularmente da outorgação de sentidos e da edificação de referentes. Em última análise, porém, tudo dependerá da resposta do consumidor da informação. (SOUSA, 2002, p. 58)

Isso nos leva a ideia de que o relacionamento entre as redações e fontes jornalísticas é intenso, estabelecido dentro das rotinas produtivas de forma bem mais profissional, mas também operando com mais tensões. Para Chaparro (2009), isso tudo traz vantagens e proveitos para ambas as partes. Apesar disso, os jornalistas ainda adotam uma postura de suspeitas ao lidar com as fontes, pois, tratar a fonte com desconfiança é uma disposição antiga dos profissionais do campo. Rondam há muito tempo essas instruções fornecidas para o contato apreensivo com as fontes dentro do fazer jornalístico. Sobre isso, elenca-se a crítica de que:

Em sua arrogância, a cultura jornalística trata as fontes como interfaces suspeitas. Faz isso há séculos. E continua a fazê-lo, em suas manifestações formais, como, por exemplo, nos manuais de redação, que orientam os jornalistas a olhar as fontes com desconfiança. (CHAPARRO, 2009, s/p).

Mas não seria essa postura desconfiada uma maneira de se proteger dos deslizes cometidos a partir do entusiasmo diante das fontes? É possível embasar tal observação ao evocarmos as ocorrências da vida real, como é o Caso Escola Base, iniciado em março de 1994 e encerrado por falta de provas no ano seguinte, no município de São Paulo (SP), Brasil. O caso tratava-se de acusações falsas contra os donos e trabalhadores do local de abuso sexual infantil, de uma cobertura tendenciosa da imprensa e a tentativa de promoção pessoal de um agente policial na mídia, ao ser evidenciada como principal fonte no caso.

Outro ocorrido mais recente evocado é a morte da cantora brasileira Marília Mendonça em um desastre aéreo na cidade de Piedade de Caratinga (MG), no dia 5 de novembro de 2021. Na ocasião, enquanto as equipes de socorro trabalhavam no resgate das possíveis vítimas, a imprensa fazia a cobertura em tempo real no local do acidente. A assessoria de imprensa da artista, após as primeiras imagens do acidente na mídia, informou que a cantora estaria bem e com vida, informação essa que por sua vez não foi confirmada pelo Corpo de Bombeiros, que no caso seria a fonte oficial para a ocorrência. A situação ocasionou em um

equivoco e, horas mais tarde, imagens do corpo da cantora sendo retirado sem vida da aeronave foram transmitidas ao vivo por diversas emissoras de TV, com a consequente confirmação pelos bombeiros da morte de Marília e de mais quatro ocupantes do avião.

Contudo, é necessário reforçar que os deslizes são isolados e todos aqueles que ocorreram no curso da história, sendo assinalados como erros, são pegos como exemplos e modificam profundamente certos aspectos do fazer jornalístico desde então.

Embora respaldada diante de um assunto, no entanto, uma fonte sempre constrói relações de poder, tem interesses particulares na divulgação de um fato ou uma intenção a partir do contato que estabelece com o repórter. Por essa razão, o que um declarante diz é importante ser checado com outros envolvidos na história. (STACCIARINI, 2019, p. 64)

Dando prosseguimento a ideia da importância das fontes, Chaparro (2007) concorda que as fontes são vitais para os jornalistas, pois existe nesse vínculo entre as duas esferas uma clara relação de dependência. Sem elas, não é possível expor os fatos e acontecimentos com a profundidade necessária ou dar um certo tipo de personificação, que gera proximidade com o público. Além disso, como já é de conhecimento geral, as fontes atribuem mais credibilidade aos fatos colocados com seus relatos, por isso, não podem ter sua credibilidade negativamente colocada em prova. Sumariando, as fontes exercem influência nas rotinas de produção, seja nos processos conscientes ou inconscientes adotados pelos jornalistas, já que “[...] a perspectiva das fontes influencia, inevitavelmente, a decisão jornalística — e quanto mais competente elas se tornam, mais capazes são de determinar enfoques, relevâncias e até títulos, na narração jornalística” (CHAPARRO, 2007).

Sobre essa questão de relação vital entre jornalistas e fontes, há ainda a atribuições de imparcialidade no acionamento de quem vai ter espaço na notícia:

Ao destacar a fala de um entrevistado, na maioria das vezes, retira-se uma possível responsabilidade dos efeitos daquele discurso vinculado a fala do jornal ou do repórter. Dessa forma, a citação de um trecho entre aspas credita e vincula a informação ao nome da pessoa responsável pela declaração, livrando o veículo ou o profissional do carimbo de parcialidade. (STACCIARINI, 2019, p. 58)

Ainda segundo Chaparro (2009), o bom repórter configura-se naquele que sabe perguntar, com duas acepções atribuídas: lucidez e direcionamento correto. O autor ressalta que é preciso que o profissional tenha clareza sobre aquilo que ainda não se sabe e precisa vir à tona, assim como é necessário entender o que deve ser questionado e direcionar corretamente a quem pode sanar as indagações de forma precisa.

Ao apresentar a estrutura elementar da comunicação, Lage (2006) considera que a mensagem parte de uma fonte, é codificada por um canal e segue para o receptor. Para Pinto (2000, p. 278) essas fontes são “pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios — falas, documentos, dados — por aqueles preparados, construídos, deixados”. Dessa forma, tendo em vista a variedade das fontes, há também uma diversificação nas suas definições.

Diante daquilo que foi exposto neste tópico em questão, com o intuito de fornecer um panorama a respeito do que são as fontes jornalísticas, em linhas gerais, pretendemos simplificar e condensar a compreensão a partir dos conceitos apresentados. Temos então por fontes jornalísticas pessoas (cidadãos comuns, notáveis, pessoas com *status* social, *etc.*), organizações (que vão de instituições públicas, empresas privadas, organizações políticas e governamentais, *etc.*) e também as de caráter documental (banco de dados, boletins, documentos, *etc.*). Compreendemos que os jornalistas não possuem a capacidade de estarem presentes em todos os acontecimentos ou construir os fragmentos desses acontecimentos a partir de todas as realidades sociais existentes. Logo, as fontes acionadas pelos profissionais são esses elementos-chave que vão auxiliar na construção e compreensão dos fatos a serem repassados ao público. São, de fato, ferramentas de apuração e, por conta de toda a questão que envolve credibilidade, interesses e até mesmo local de vivência, as fontes precisam ser selecionadas com o intuito de oferecer contrapontos e pontos de vistas diferentes. Entendemos também que o sentido da relação entre fontes e jornalistas não funciona apenas em uma mão única, pois, as fontes, na atualidade, por muitas vezes se apresentam como “agentes” a serem recorridos, de maneira colaborativa, como peças que possuem a expressividade de procura dos veículos e se colocam no papel de fonte. Elas se apresentam, por muitas vezes, ativas na construção dos relatos dos acontecimentos.

O jornal é um espaço de formação de sentido, no qual se interpretam os acontecimentos e tem a função de mostrar a realidade, a sua apreciação dessa realidade, a partir do amontoado de fragmentos coletados. O acionamento das fontes é parte dessa construção, pois, através delas e dos seus discursos proferidos, o jornal passará a sua visão do mundo. Já o jornalista se insere nesse espaço como mediador do processo de interpretação da realidade e na organização discursiva.

1.3 As fontes jornalísticas: classificações e atribuições na rotina produtiva

Sobre o que tange a natureza das fontes, Sousa (2005) considera fonte tudo aquilo que detém dados relevantes para os jornalistas na produção da matéria. O autor define uma série

de classificações para as fontes, a partir do lugar que elas se originam e o *status* que ocupam. Nesse sentido, as fontes podem ser internas de um órgão, externas, como é o caso do público em geral e mistas, que nessa situação configuram-se em outros jornalistas. Também podem ser oficiais estatais, que são fontes diretamente do Governo, oficiais não estatais, que podem ser sindicatos ou partidos e ainda tem as oficiosas, que são pessoas ligadas às fontes oficiais, mas não estão repassando informações necessariamente em nome delas ou com uma autorização.

Pinto (2000) e Chaparro (2009) constroem classificações semelhantes a respeito da tipificação de fontes. O primeiro autor relaciona o tipo de fonte de acordo com a natureza (pessoal ou documental); origem (pública ou privada); duração da relação (eventual ou permanente); lugar (local, nacional ou internacional); nível de envolvimento no acontecimento (primária ou secundária); atitude (ativa ou passiva), identificação (explicitada ou confidencial) e estratégia de atuação (proativa ou reativa). Já Chaparro (2009) classifica as categorias em organizadas (instâncias que produzem conteúdo informativo relevante), informais (falam por si), aliadas (aquelas que possuem uma boa relação de proximidade com os jornalistas), especialistas (falam sobre certos temas), de referência (têm conhecimentos em determinado campo), documentais (documentos de credibilidade) e bibliográficas (livros, revistas, artigos, etc.).

Tendo em vista os níveis das fontes disponíveis, podemos reforçar, de acordo com as definições das categorias postas anteriormente, a complexidade e profundidade concedidas a cada tipo de fonte. De fato, elas são o centro de boa parte da atividade jornalística. Por conta disso, Primo (2017, p. 52) acredita que devemos enxergar a prática para além do jornalista, isso quer dizer, “olhar o jornalismo sem colocar o jornalista no centro”. Querendo ou não, as fontes são as protagonistas do fazer jornalístico. Dessa maneira, Canavilhas (2017) chama ainda a atenção para o aproveitamento do conhecimento que o cidadão comum possui sobre determinados assuntos, que muitas vezes é superior ao que o jornalista tem. Fica a cargo do profissional selecionar e organizar as informações que o cidadão pode oferecer como fonte. Esse conhecimento da pessoa comum na sociedade, por vezes, é subestimado pelo profissional jornalista e vai de encontro com o teor de arrogância no qual Chaparro comenta anteriormente. Contudo, precisamos separar duas coisas aqui: arrogância é diferente de desconfiança. Não é pecado, muito menos errado, tratar com desconfiança tudo aquilo que chega às mãos do jornalista na redação, ainda mais considerando os contextos das tecnologias

digitais, com a massiva presença das *fake news*⁷. Então é preciso ter em mente todo o processo da apuração jornalística, sem deslumbres e com aprofundamento da etapa de checagem. Há de se considerar que por vezes o próprio jornalista, como mediador da ação de construção da realidade, coloca como menor o relato comum do cidadão.

Por sua vez, é certa a variedade das fontes pode garantir a diversidade das informações, assim como também a pluralidade das mesmas no relato jornalístico. Mas, Chagas e Kischinhevsky (2017, p. 19) reforçam que a necessidade de pluralidade e diversidade no jornalismo não são feitas somente com o fato de acionar entrevistados diferentes, pois a “construção da notícia demanda a escuta de fontes que possam opinar em diferentes vias e assim fornecer informações que agreguem os diversos interesses particulares para a busca do interesse público”.

A questão das equipes reduzidas nas redações e a exigência pela produção rápida de conteúdo para publicação fazem, por vezes, com que profissionais falhem em alguma etapa do processo de apuração das informações que chegam até eles (FREIRE; FERNANDES, 2018). Apesar da variedade de fontes ser uma das características do jornalismo atual e as tecnologias digitais representarem um acesso muito mais fácil a elas, há uma predominância das fontes ditas oficiais e das que estão em nome de organizações com fins lucrativos.

Aqueles que detêm o poder econômico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes, e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos (GANS, 1980, p. 81)

De fato, essas fontes mais poderosas estão mais dispostas a serem ouvidas e, por conta da corrida contra o tempo para a publicação, os jornalistas acabam dando preferência e pouco contrapõem as informações repassadas.

Com as constantes modernizações no campo do jornalismo, os profissionais se encontram, cada vez mais, dentro de uma lógica de produção praticamente industrial, com metas cada vez maiores, e prazos cada vez menores. Isso, associado à posição hierárquica que certas fontes possuem frente à sociedade e a facilidade de acesso que elas têm, a redação faz com que o discurso proferido dentro da profissão seja, por muitas vezes, apenas uma repetição das ideias hegemônicas. (NEVES; PASSOS, 2018, p. 02).

⁷ Compreendemos as *fake news* conforme as definições de Shu *et al.* (2017, *apud* Recuero e Gruzd, 2019), tidos como elementos falsos ou parcialmente falsos, que se utilizam da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos, construídos com o intuito de enganar e criar falsas percepções.

Sobre optar por fontes mais próximas e recorrentes, que concedem em mais facilidade no acesso e, com isso, atribui mais agilidade na produção jornalística:

Hoje, com recursos ainda mais escassos, é comum que os repórteres estabeleçam uma relação mais direta com fontes capazes de atender às demandas da imprensa de forma mais produtiva (em geral rapidamente e com informações claras, que exijam pouca mediação do discurso). Tal estratégia leva o jornalista, no entanto, ao longo do tempo, a confiar num número restrito de fontes, que atendam mais adequadamente às necessidades das rotinas produtivas. (COSTA JÚNIOR, 2017, p. 18)

Em contrapartida, as fontes mais poderosas, que desfrutam de uma posição social privilegiada, seja um governante do alto escalão, chefes de autarquias, pessoas a frente de grandes setores comerciais e entre outros, dispõem dessa certa legitimidade incrustada nos discursos que proferem. Tal fato é posto a partir do que se chama de Teoria dos Definidores Primários, onde tais fontes privilegiadas possuem influência na construção das notícias, e, conseguem, por meio do poder que possuem, contribuir para possíveis distorções realizadas através de suas opiniões (PENA, 2006), das quais os jornalistas possuem certa dependência. Essas fontes institucionalizadas, com suas primeiras interpretações sobre os fatos, definem o direcionamento das notícias, pois, na maioria das vezes, são as primeiras figuras a serem procuradas para as entrevistas.

Segundo a lógica de Hall (1993), essas fontes apresentam pontos de vistas, perceptivas e compreensões tão poderosas acerca dos acontecimentos, que na maioria das situações, ao serem os primeiros contactados, definem os significados atribuídos à esses acontecimentos. Contudo, não se pode afirmar ser consequência apenas do comodismo ou simples submissão às opiniões de poderosos da pirâmide. Pena (2006) atribui essa preferência dos jornalistas a dois fatores: defesa e tempo limitado. Pois o jornalista fica ancorado nas declarações de outra pessoa ao recolher uma informação que valide seu material, dando pouca margem para a iniciativa da busca de uma confirmação e, por vezes, procura mais validação ou até mesmo opiniões contrárias a partir de outras fontes institucionalizadas. Sobre o tempo limitado, o autor explica que entra na equação o *deadline*, já que “o jornalista dará preferência a uma fonte que considere avalizada e não se arriscará a perder a reportagem ou reproduzir a opinião de quem não tem um epíteto definições sobre o assunto” (PENA, p. 155).

Logo, as instituições também estão atentas à importância de estarem sendo pautadas na mídia e estarem em evidência, por conta disso, as fontes estão cada vez mais profissionalizadas dentro dessa lógica organizacional. Sobre essa relação entre fontes e jornalistas, Anjos (2018) enuncia que ela se estabelece em uma lógica de interesses, na qual existe a busca por espaço para dispor de seus discursos. Esse caminho resulta na maior

vontade das fontes, na qual a organização das fontes “leva a ações de proatividade diante dos veículos de comunicação. Nos moldes atuais, empresas, organizações e até mesmo órgãos do governo buscam se posicionar diante da mídia por meio das assessorias de imprensa que objetivam” (SOUZA, 2019, p. 36).

Gans (1980 apud COSTA JÚNIOR, 2017) define a relação entre jornalistas e fontes como uma espécie de “cabo de guerra”, com cada lado trabalhando para predominar com sua versão dos acontecimentos. Tal proposta do autor se encaixa quando falamos das fontes populares e testemunhais, pessoas comuns inseridas na sociedade, sem nenhum grau de especialização quando olhamos para as fontes oficiais, especialistas ou com interesse econômico as movendo? Sobre essa questão, se por um lado os órgãos oficiais, instituições e todo tipo de setor público e privado, se organiza e profissionaliza as fontes com potencial, os sujeitos comuns fazem o movimento de buscarem os canais de divulgação para seus anseios e pautas.

O cidadão comum também está muito mais atento a esse processo de estar disponível como fonte, porém sem deter o grau de profissionalização das fontes organizadas. Vale lembrar que quando falamos nessas fontes organizadas, não são todas elas que estão motivadas por interesses econômicos, baseados em uma classe específica dominante. Coletivos sociais, líderes comunitários, associações de moradores e entre outros também buscam visibilidade midiática e se organizam em prol de duas causas: seja para viabilizar seus projetos, trazer à tona causas coletivas, como o líder comunitário que deseja melhorias para o bairro, denúncias/divulgação de eventos, *etc.*

Ainda no tocante desse relacionamento entre os jornalistas e as fontes, podemos dizer que é, na maioria das vezes, um terreno marcado por uma luta não muito justa, ainda mais quando falamos de fontes populares. Nesses casos do cidadão comum, o poder de negociação está mais nas mãos dos profissionais, porém, tudo depende do que é posto em jogo na barganha e de diversos outros aspectos que delimitam a conexão entre essas duas esferas. “As relações estabelecidas entre jornalistas e fontes dependem do peso da informação fornecida, da confiança depositada pela fonte no jornalista e do tempo disponível para a elaboração da notícia” (DARDE, 2013 p. 83). A escolha de que fontes de informação utilizar não deixa também de apontar o viés político, opinativo e temático que o jornalista tomou para o conteúdo jornalístico produzido (BITTENCOURT, 2006).

Sobre esse papel de mediador do jornalista, na ação jornalística: em sua essência, o jornalismo procura representar a realidade dos fatos, realidade essa que se trata de uma

vivência testemunhal, composta pela cobertura direta dos acontecimentos ou o relato do ocorrido por meio de fontes (SILVA, 1997). Podemos afirmar, portanto, que o jornalismo, enquanto uma prática social, que é realizada em condições de produção específicas, capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e dando nome para situações e sentimentos do presente. Quando o jornalismo difunde as várias vozes que compõem os eventos, ele explicita que faz parte de um determinado tempo histórico e que é produzido por sujeitos desse mesmo momento histórico (BERGER, p. 283).

Essa mediação entre os atores sociais e as práticas de comunicação do cotidiano coloca o jornalismo como o campo da construção da realidade social, pois, o conteúdo produzido contribui para a formação do entendimento, “[...] um conhecimento que vai agregar, questionar ou negar a relação e comportamento que o usuário mantém no espaço coletivo das complexas sociedades contemporâneas” (GADINI, 2007, p. 80). Sendo assim, Pereira Junior (2008, p. 32) propõe a teoria de que “na prática diária os jornalistas constroem representações da economia, da política e da cultura, que contribuem fortemente para a construção do mundo pela sociedade”.

Azevedo (2006, p. 98) lembra que a mídia de massa tem um papel estratégico na visibilidade de questões públicas. O que vai definir que atores, temas e demandas aparecerão, vai depender do “grau de pluralidade externa existente no sistema de mídia ou da pluralidade interna praticada em cada jornal, revista ou emissora de TV e rádio”.

Não raro, referem-se à imprensa como o “quarto poder”, em decorrência da sua capacidade de influenciar a opinião pública, e aos profissionais jornalistas como “cães de guarda”, que estariam sendo guiados pelo seu compromisso com a sociedade e com a comunidade que o cerca. Pereira (2004, p. 03–04) interpreta que essas são concepções romantizadas, que idealizam a profissão e a colocam em um *status* diferente das demais. Tais pontos de vista, líricos e poetizados a respeito do jornalista, levam à crença de que “ele estaria, por princípio, comprometido com a sociedade — que lhe delega o poder de fiscalizar as instituições em seu nome — e com os valores democráticos” (Idem). Mas, sobretudo, os profissionais jornalistas são trabalhadores comuns, que atuam dentro da lógica capitalista do salário como pagamento por sua mão de obra e do seu trabalho.

Gomes (2018, p. 339) coloca como exemplo do poder que a comunicação tem em conceder visibilidade justamente à relação entre governo e cidadãos. O autor descreve que a população prefere se informar a respeito de políticas públicas e ações dos governos regentes pelo jornalismo. Tendo em vista essa concepção da confiança depositada pela sociedade nos

meios de comunicação e no jornalismo que eles produzem, os políticos montam suas agendas e tomam decisões de acordo com o que "o jornalismo reflete como vontade e prioridades dos cidadãos, pela opinião publicada por profissionais da imprensa e outros membros influentes da comunidade política" (GOMES, 2018, p. 339).

De fato, a mídia tem o poder de produzir sentidos, assim como expandi-los para os outros e validá-los perante os indivíduos. Berger (1997, p. 282) ressalta que esse poder da mídia é resultado da sua condição de mediação, que dá foco para acontecimentos que chamaram a atenção de jornalistas, porém não é apenas dando uma visibilidade ao intermediar as vozes do ocorrido, mas sim em "selecionar, enfatizar, interferir através de palavras e imagens na construção simbólica dos acontecimentos".

Dessa forma, Rodrigues (1997) coloca que o discurso é o principal produto da mídia, sendo o resultado final de suas ações e, todas as outras funções desempenhadas pela mídia, possuem o discurso como objetivo e produto final. O autor evidencia que apesar de se apresentar como tal, o discurso midiático não é acabado e nem tão pouco atua sem interrupções ou com espaços vagos — ele é um discurso que tem um andamento constante e que encadeia enunciados.

1.3.1 Função mercadológica do jornalismo

Podemos avaliar que ele, o discurso midiático, é um dispositivo que tem o poder de validar a existência das coisas, pois se configura na "instituição por excelência destinada a dar visibilidade pública às outras instituições" (RODRIGUES, 1997, p. 227). Porém, é preciso levar em consideração que as empresas jornalísticas desde o século passado e sobretudo no nosso século XXI, são um negócio financeiro, organizadas economicamente e operadas para ter lucro. Berger (1997, p. 274) explica que a tendência dominante dos jornais é desempenhar uma função mercadológica, além de estreitar os seus vínculos com os poderes econômico e político. Essa atuação voltada para o lucro ficou mais evidente no decorrer do desenvolvimento do sistema capitalista no mundo, mas a autora cita, apesar de enfatizar que é predominante esse tipo de desempenho dos jornais, que há alguns que "tendem a uma postura mais independente e, assim, menos submetidos à intenção de lucro e ao comprometimento com o poder". Foi a partir dos anos 70 que essa ideia do jornalismo como profissão voltada somente para os interesses do mercado ficou mais forte:

O 'jornalismo de mercado' colocaria em xeque todo o ideal romântico que perpassa a profissão. De certa forma, há uma radicalização do caráter mercantil da imprensa, intrínseca à própria produção noticiosa. Essa radicalização é resultado de alterações não só no jornalismo, mas em toda estrutura social. (PEREIRA, 2004, p. 08)

Já tais jornais, classificados como mais independentes ou independentes de fato, estão mais comprometidos com as causas sociais, dando visibilidade às minorias e aos movimentos sociais e as demandas que parecem não possuir espaço na mídia tradicional. A exemplo podemos citar o *Amazônia Real*⁸, que é uma agência de jornalismo independente e investigativo, criada por jornalistas mulheres em 20 de outubro de 2013, em Manaus (AM). O veículo atua através de um site e produz matérias com o foco em dar visibilidade para a Amazônia, as questões indígenas, agrárias, econômicas, meio ambiente, política e cultura, tudo isso através das fontes que utiliza e dos enfoques escolhidos para suas produções.

A iniciativa *Amazônia Real* se mantém por meio do apoio da *Fundação Ford* e da *Aliança pelo Clima e Uso da Terra* (CLUA), além de receber doações de pessoas físicas. É um veículo que tem o objetivo de dar visibilidade à diversidade de vozes das populações tradicionais da região amazônica. Tem o compromisso com a produção jornalística que atua sob os conceitos e práticas de justiça social, justiça ambiental e direitos humanos. Sobre essa variedade de vozes, eles colocam como definição que a:

Amazônia Real defende que grupos sociais como povos indígenas, populações tradicionais, tais como quilombolas, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores e trabalhadoras rurais, ativistas ambientais, ambientalistas, mulheres e homens da floresta, são sujeitos e protagonistas de suas próprias narrativas, sem necessidade ou interferência de mediadores. (AMAZÔNIA REAL, 2021)

O jornalismo funciona como um mediador entre as causas públicas, o cidadão comum, e as instituições governamentais ou não governamentais. Contudo, por essas questões de interesse econômico, político e até mesmo individual, nem todas as demandas da sociedade são abarcadas pela cobertura jornalística dos grandes veículos. Esse problema tem impulsionado cada vez mais o surgimento de grupos que trabalham para pautar e dar visibilidade a assuntos deixados de lado pela grande mídia, como é o exemplo citado da *Amazônia Real*.

Resumindo, a notícia se tornou um meio propício para colocar em destaque determinados grupos ou pessoas (LOCK, 2005). E os motivos por trás desse destaque podem ir do indispensável interesse público e para o exercício da sua cidadania ou

⁸ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>.

simplesmente constituir cunho promocional, feito para impulsionar através dos veículos de comunicação a imagem coletiva ou individual de uma figura.

Ainda ressaltando as transformações do campo do jornalismo moderno, a relação entre os profissionais e aqueles que fornecem as informações essenciais para o fazer jornalístico foi profundamente modificada pelo desenvolvimento das tecnologias digitais. Os dispositivos modificaram o contato estabelecido entre essas duas esferas, estreitando assim o elo de ligação entre os jornalistas e as fontes, mas também contribuindo para manter um vínculo recíproco. As fontes procuram diretamente as redações e se colocam à disposição para servir nesse papel de fornecedora de informações, como já citado anteriormente sobre a disponibilidade em se color no papel de fonte. Lock (2005, p. 10) destaca que:

A notícia, seja porque está sendo construída pelos jornalistas em um processo de forte vocação interacionista, seja porque também está sendo confeccionada fora das redações por jornalistas e outros profissionais, parece ter ingressado num estágio que faz dela um produto no qual se abriga a participação cada vez mais intensa das fontes.

Com base em uma análise de quais tipos de fontes são acionadas nas páginas do *O Estado do Maranhão* e do portal *Imirante.com*, no Dia da Consciência Negra, o foco central é ver se há uma variedade de fontes recorridas e se essas fontes colaboram para a diversificação de representações. A discussão é ressaltada pois as empresas jornalísticas estão inseridas em um contexto pós-industrial, onde as transformações sociais e tecnológicas deram outros arranjos às dinâmicas estabelecidas nas redações. O grande fluxo de informação disponível exige que o jornalista aplique mais energia na validação e organização dos dados que chegam até ele no processo de apuração. De acordo com Flew *et al.* (2012), quando as informações circulavam em um volume menor, os esforços estavam concentrados na busca e agrupamento dos dados, agora, com a abundância de informação no contexto da prática jornalística, processar esses dados torna-se o item mais importante.

Na prática atual, aplicativos de trocas de mensagens como *WhatsApp* e *Telegram* – principalmente o primeiro, que é o mais popular no Brasil — são ferramentas utilizadas como suporte na produção de conteúdo jornalístico. Se antes do desenvolvimento das ferramentas tecnológicas associado a computação, os jornalistas nas primeiras horas do dia iniciavam seus expedientes realizando ligações para diversos órgãos entre outras instituições, a fim de levantar as pautas do dia. Agora eles precisam estar inseridos em grupos para troca de informações, conseqüentemente contatar fontes pessoas e não-pessoas.

(...) a tecnologia incentiva e pode criar condições para novas práticas no processo de apuração jornalística. O telefone permite que seja feita uma entrevista a quilômetros de distância, alterando o contato presencial estabelecido entre um jornalista e um entrevistado por um não presencial (MANCINI & VASCONCELLOS, P. 72, 2016)

Tendo em vista que as formas de contato estão menos distantes e hoje em dia basta uma postagem nas redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, ou em grupos de *WhatsApp*, na procura de fontes específicas, não é uma tarefa complexa encontrar fontes diversificadas na sociedade. O acesso a essas pessoas não funciona como um motivo para não as procurar, já que os dispositivos para contato e as tecnologias estreitaram as possibilidades de relacionamento e vínculo entre fontes e jornalistas e abriram um leque de possibilidades de quem recorrer. Mas a questão é: o jornalista, diante de todas as implicações da precariedade das redações, do *deadline*, busca pelo furo e exigência por produtividade, diante da influência dos órgãos, instituições e iniciativa privada nas redações, consegue aproveitar esse leque disponível?

2 O IDEAL BRANCO NO BRASIL E O RACISMO NA COMUNICAÇÃO

Neste capítulo abordamos sobre como o projeto de branqueamento executado no país findou até os dias atuais, uma estrutura na qual o ideal branco é o tido como o padrão normativo em uma sociedade majoritariamente composta por negros e pardos. As representações constituídas ao longo dos séculos, principalmente com o projeto de extinção do negro na sociedade brasileira no pós-abolição, colocou os elementos pertinentes a população negra como menos importantes, marginalizou a existência desse povo e promoveu um movimento de desvalorização de sua cultura. Brevemente, objetivamos compreender como todos esses fatores possuem efeitos práticos nas representações construídas sobre raça e racismo, que decorrem no silenciamento das fontes negras e na baixa representação na mídia.

2.1 Os efeitos do branqueamento e o racismo nas representações midiáticas na imprensa corporativa

Muniz Sodré (1998) explica que a sociedade é regida esteticamente por uma referência branca e essa marca simbólica se empenha como uma superioridade imaginária, frequente em estratégias de diferenciação social. Alinhado a isso, Costa (2012) realiza um estudo sobre como a imagem da pessoa negra é apresentada na publicidade impressa publicada em 2009 nas revistas *Veja* e *Época*. A partir da análise dessas propagandas, é possível conferir que essa superioridade imaginária é refletida na hora de eleger elementos que irão promover os produtos e as ideias. Se confere no estudo, que de um universo de 104 edições, de 52 peças publicitárias, em apenas 14,3% delas havia negros nas publicidades com pessoas as figurando — 9% com arranjo multirracial e 5,3% exclusivamente com pessoas negras.

Quando refletimos sobre esse cenário da publicidade, não é surpresa que as marcas ainda tendem a procurar o padrão normativo da sociedade na representação de seus produtos e o público alvo da prestação de seus serviços. Por mais que a análise de Costa (2012) tenha se concentrado em 2009, a representatividade de pessoas negras ainda continua como algo menor em relação a busca da referência branca que Sodré (1998) cita. Mais recente, a pesquisa de Moreno Fernandes (2022) faz um levantamento da representatividade do negro, de 2018 a 2020, em publicidade de diversas marcas famosas do mercado vinculadas também na revista *Veja*. A constatação é de que apesar de uma considerável presença de pessoas

negras, elas continuam sendo tratadas como uma minoria da população no país, como se o Brasil fosse de fato embranquecido.

Nesse panorama, o ideal branco é valorizado e tal ação não é vista como uma questão a ser reparada, pois, grande parte da população brasileira julga que o país vive em uma suposta democracia racial. Isso se dá justo pelo país por não ter sido marcado por conflitos raciais abertos e impedimentos legais voltados para a população negra, como ocorreu em outros países (BERNARDINO-COSTA, 2002) no século XX.

Tal mito ganhou ambiente propício para se estabelecer a partir da abolição da escravatura e da Proclamação da República, com a suposta instauração jurídica de uma ordem minimamente livre e igualitária (FERNANDES, 1965; BERNARDINO-COSTA, 2002). Os negros libertos tinham a possibilidade de participar do processo eleitoral, porém, o voto dos analfabetos era anulado, o que excluía grande parte daqueles que foram escravizados outrora.

Ambos os acontecimentos (Abolição e Proclamação) foram essenciais para que a ideia do mito de uma democracia racial fosse fortificada. Aliado ao mito, uma política de branqueamento da sociedade foi se arquitetando, reforçada pela elite, por conta da diminuição da população negra — causada pela taxa de natalidade e expectativa de vidas mais baixas —, com a figura do mestiço sendo algo transitório (BERNARDINO-COSTA, 2002).

A extinção do negro no Brasil, no pós-abolição, se materializava em um projeto, inclusive abraçado pelo governo. Domingues (2002) relata esse fenômeno do branqueamento em São Paulo, com a diminuição significativa de pretos e mulatos na população da capital entre 1872–1934, por uma série de questões de ordem social. O “apagamento” das características africanas a partir dos cruzamentos entre brancos e negros, diluindo cada vez mais as referências fenotípicas da raça negra, era colocada como algo positivo. Dessa forma, a classe dominante postulou a maneira que o mestiço seria tratado na sociedade, que, por sua vez, era baseada no grau de pigmentação de sua pele:

[...] era classificado como quase-branco, semibranco ou sub-branco e tratado de forma diferenciada do negro retinto, porém não era considerado um quase-negro, semi negro ou subnegro. Em outras palavras, podemos afirmar que a mestiçagem era via de mão única. No cruzamento do branco com o negro, necessariamente, contava-se com o “clareamento” gradual e permanente da pessoa, mas jamais se cogitava a hipótese de que a mestiçagem gerava o “enegrecimento” da população. (DOMINGUES, 2002, p. 568-569)

Carone (2003) interpela como a mistura entre raças não foi um movimento natural, algo de ordem espontânea, mas sim o resultado de toda a violência e exploração na qual o

negro era submetido pelos colonizadores portugueses. No período pós-abolição, não houve medidas voltadas para os libertos. Os imigrantes europeus foram inseridos como mão de obra em postos remanescentes, pois, mesmo antes da abolição, havia liberais que defendiam a vinda do trabalhador estrangeiro branco para ocupar os espaços, já que eram tidos como racialmente superiores e mais produtivos em relação aos negros (CARONE, 2003). Ainda misturada a crença que esse movimento beneficiaria o processo de branquear o país, a partir dos cruzamentos entre as raças.

A ideologia do branqueamento era, portanto, uma espécie de darwinismo social que apostava na seleção natural em prol da “purificação étnica”, na vitória do elemento branco sobre o negro com a vantagem adicional de produzir, pelo cruzamento inter-racial, um homem ariano plenamente adaptado às condições brasileiras. (CARONE, 2003, s/p).

Não obstante, a população negra sofria diretamente com as condições degradantes impostas na sociedade, como a falta de trabalho, saúde precária e a instalações em moradias insalubres, o que afetava diretamente na sobrevivência do grupo. Aliado a isso, esse processo de branqueamento se manifesta também na ordem moral, com a supressão das manifestações culturais de raízes negras, reforçando o preconceito a partir das idealizações negativas da classe dominante branca, aplicada as representações construídas (DOMINGUES, 2002). A imprensa voltada para a população negra daquela época, inclusive, era uma forma de disseminar essa carga negativa atribuída os aspectos da cultura e valores negros.

Além dessas questões morais da ideologia do branqueamento no início do século XX, as questões estéticas tinham grande expressividade. A branquitude se tornou o padrão de beleza, implicando nessa busca do negro pela revogação de seus traços afro, tidos como inferiores, reforçados principalmente pela publicidade, seja por dispositivos para o alisamento dos cabelos ou cremes branqueadores. O objetivo era a anulação dos traços negroides e uma aproximação da aparência branca. Apesar de investigar o contexto paulista, o aporte realizado por Domingues (2002) infere que esse movimento de atribuição da ideologia do branqueamento se manifesta como uma forma dos negros evitarem as aflições causadas pelo racismo.

[...] a ideologia do branqueamento no início do século XX em São Paulo deformou as relações raciais: contribuiu para desenvolver, no branco, um certo complexo de superioridade e, no negro, em contraposição, um complexo de inferioridade. Os brancos, independente da classe social, produziram uma auto-representação positiva e concebiam seus valores como naturalmente superior. Já alguns negros, construíram uma auto-imagem negativa e passaram a se avaliar como inferiores. Na verdade,

estabeleceu-se um círculo vicioso: quanto mais profundos os traumas do racismo, mais o negro ajustava seu comportamento e atitudes de acordo com a ideologia do branqueamento; quanto maior os ataques racistas, mais profundos eram os traumas (DOMINGUES, 2002, p. 592)

Logo, se desenvolveu a crença que o Brasil é um país sem raça definida, demarcado culturalmente pela miscigenação, pela mistura entre o indígena nativo, o negro sequestrado da África e o europeu colonizador. Esse fator, do ponto de vista de Bernardino-Costa (2002), é motivo de orgulho entre a população, que se identifica na sua maioria como fruto dessa mistura e a valoriza. Por conta da tal miscigenação, não haveria na estrutura social distinções de raça para que com isso houvesse discriminações, preconceitos e impedimentos sociais que atinjam uma raça específica, pois todos seriam, no caso, “iguais”.

Até então, o Bernardino-Costa (2002) resgata que são acusados de racismo aqueles que comentam sobre políticas raciais para negros e pontuam essa distinção na sociedade, para fins de uma justiça social:

A partir dessa maneira de encarar a realidade, em que se define como racista aquele que separa, evitou-se, do ponto de vista oficial, reconhecer o tratamento diferenciado de brasileiros em decorrência da raça, mesmo se este reconhecimento pudesse significar uma oportunidade para a correção de desigualdades. Assim, por exemplo, o movimento social dos negros é acusado de racista, uma vez que diferencia os negros dos brancos. (BERNARDINO-COSTA, 2002, p. 256)

No caso do jornalismo, o cenário segue o mesmo rumo da publicidade explicitado inicialmente. Rogério Ferro (2012) relata uma reunião de pauta ocorrida na redação de um telejornal brasileiro. De como um jovem que se enquadrava em todos os critérios para ser o personagem principal de uma reportagem a respeito do sobrepeso e obesidade entre os brasileiros em fase de crescimento, foi descartado quase que por todos os envolvidos na produção daquele material. O motivo foi pura e simplesmente por conta de sua cor de pele, o jovem era um rapaz negro. Como justificativa, os reprovadores assinalam que “ilustrar uma reportagem a partir de um negro poderia causar um ruído na mensagem”. Os receptores “estranhariam” a presença de uma família de afrodescendentes como personagem principal de uma “história comum” (FERRO, 2012, p. 64).

Todo esse reflexo pode ser analisado a partir do que levantamentos aqui nesse tópico sobre a questão da tentativa de embranquecimento da população, o que acarreta no ideal branco sendo o valorizado, o visto como o padrão positivo a ser representado. Por mais que se fomenta um movimento que dita não existir o racismo, que tente anular tal questão elencando

a miscigenação e a expressividade do número de negros e pardos entre a população brasileira, essa representação do negro, por parte da mídia, é desfavorável e, por muitas vezes, mal feita.

A abolição da escravatura no Brasil teve fim há *apenas* 134 anos (13 de maio de 1888). Se frisa o *apenas* em um sentido de tão pouco tempo na história recente do país, pois, não raro, gerações de nossos avós conviveram com ex-escravizados e, podemos até refletir sobre ancestrais diretos de boa parte da população brasileira que foram escravizados, como bisavós ou tataravós, assim sucessivamente. Basta iniciarmos um questionamento a respeito de nossas origens e, não obstante, podemos perceber que poucos de nós, pretos, pardos ou qualquer “mistura” que o Brasil acredite fomentar, tampouco sabemos com certeza da nossa linhagem.

Por conta dos valores e visão de mundo europeus, Sodré (2015) explica que a construção de uma representação negativa do africano e de seus descendentes, desde o século XIX, era evocada como um sujeito distante da imagem ideal produzido do que se tem do trabalhador livre. A mídia auxilia a construir e estimular os imaginários racistas, pelo qual Sodré (2015) elenca quatro fatores em que esse movimento da mídia se baseia: negação, recalçamento, estigmatização e a indiferença. Para relatar melhor sobre essa questão, a mídia tem tendência a negar o racismo, o enfocando quando aparece como objeto noticioso em situações de conflitos raciais; ela também despreza os aspectos positivos das características e das manifestações culturais da origem negra; desqualifica os traços fenotípicos como elementos de discriminação; e, por último, reduz a presença de pessoas negras nos veículos e redações em sua maioria as colocando em posições de bastidores.

Com esse cenário, e indo ao encontro do que Ferro (2012) comenta sobre o tipo de ação da não-recorrência por personagens negros como fontes, destaca-se o quanto isso contribui diretamente na construção defasada da visibilidade que a população negra ganha. O reforço de estereótipos ainda versa uma influência negativa na construção da imagem da população negra (Idem). Principalmente no telejornalismo brasileiro, que é onde se concentra os estudos de Ferro (2012), esse movimento alimenta e apresenta a figura do negro em dois extremos: “o negro criminoso e carente, por um lado e, por outro, o negro de sucesso, o exemplo de superação” (FERRO, 2012, p. 68). Chimamanda Adichie, quando aborda ainda sobre o risco de uma história única, reforça que os estereótipos possuem influência nas construções efetuadas, pois, “é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão” (ADICHIE, 2009, PALESTRA NO TED TALKS).

Então, é diante desse mito de uma democracia racial, que os casos de elevação social do mulato são generalizados e Bernardino (2002) aponta que essa generalização é um dos maiores suportes que o mito da democracia racial possui. Não obstante, uma cultura meritocrática permeia fortemente aspectos da nossa sociedade atual, onde até mesmo negros em ascensão social são colocados como exemplos para invalidar a presença do racismo.

Charaudeau (2006) coloca que a significância de um fato depende do olhar do sujeito, das redes e conexões que ele processa sobre o fato. Esse processamento ocorre através de seus sistemas de pensamentos, visões e crenças de mundo. O fato gera a informação, que quando produzida, é posta em circulação e “consumida”. A informação, no que lhe concerne, é a matéria-prima do jornalismo. De acordo com Fonseca (2010), para ser transformada em produto noticioso, a informação precisa ter algumas características, que a autora relaciona partindo de outros autores, sendo a veracidade, a atualidade e o interesse público como as características mais conhecidas entre as exigidas.

Em seguida, compreendemos que existe o fato e ele é uma realidade, a partir da reflexão dos elementos que compõem esse fato, se extrai o acontecimento. Então, temos o produto noticioso, que Charaudeau (2006) define como um agrupamento de informações que possuem associação entre si, originadas de uma fonte que as forneceram, e as informações possuem natureza de novidade.

Mas qual seria a linha tênue desse processamento citado acima? Mesmo se enquadrando nos principais critérios exigidos, por vezes, a informação não ganha espaço. Podemos então relacionar isso também ao interesse dos veículos e dos operadores da produção jornalístico, da linha editorial seguida pelos meios, como já é de discussão ampla no campo da Comunicação. Os meios de comunicação hegemônicos não possuem interesses nas pautas raciais além do elemento excepcional e tampouco possuem desejo em tornar a questão que compõem toda essa discussão em um eixo da cobertura comum, diário.

Para enfrentar o racismo na mídia, além da transparência na abordagem do assunto, na discussão pública dos erros cometidos pelos veículos, Ajzenberg (2002) elenca que a cobertura das realidades que expressam a existência do racismo é uma maneira. Essa cobertura deve “buscar elementos concretos para mostrar, noticiar, informar sobre aquilo que acontece efetivamente no país” (AJEZENBERG, 2002, p. 32). Mas ele reforça que essa mudança não vem dos próprios veículos, há de se destacar o papel da sociedade em pressionar os meios de comunicação. É nesse sentido que entram as organizações, entidades, partidos políticos e ONGS que lutam contra a discriminação.

Porém, existe mais algumas questões que englobam esse cenário de uma vontade de mudança ou pressão elaborativa dos dispositivos de luta pela causa na sociedade civil.

O jornalismo como conhecemos hoje é um fenômeno focado na informação (TRAQUINA, 2005), sendo guiado por valores estabelecidos na “busca da verdade, a independência, a objetividade e a prestação de serviço público” (SCHMITZ, 2010, p. 02). Apesar disso, o Brasil figura em 111º lugar no ranking de Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa 2021 da organização *Repórteres sem Fronteiras* (RSF), tendo caído quatro posições em relação ao ano anterior. Outro fator que abala esses pilares do jornalismo é o fato de 50% da mídia do país ser controlada por cinco famílias, que estão à frente dos principais veículos de comunicação. Esse apontamento sobre a concentração da mídia é do Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor*), financiado pelo governo da Alemanha e feito em conjunto com a ONG brasileira *Intervozes* e a RSF. A concentração da mídia pode impedir a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes.

Há 26 anos atrás, o jornal *O Globo*, pertencente ao Grupo Globo, destacou na primeira página a seguinte manchete: “Governo dará privilégio a negro” (OLIVEIRA, 2002). Essa abordagem de um dos maiores impressos do país se deu um dia após o presidente do Brasil na época, Fernando Henrique Cardoso, na homenagem dos 300 anos da morte do Zumbi dos Palmares em 1995, admitir existirem dispositivos discriminatórios e a necessidade de o Estado agir para corrigir a questão (Idem). Era a primeira vez que um chefe do Executivo Federal reconhecia tal cenário.

Mas essa postura racista da mídia não pertence a um lugar no passado. Como conferimos ao longo da discussão, ela permeia e permanece mesmo no fazer contemporâneo, pois não foi superada. Houve transformações, os meios homogêneos não continuam os mesmos em sua totalidade, porém, se destaca que a mídia tradicional ainda comete alguns dos mesmos erros relacionados à cobertura e desinteresse, com o interesse econômico sendo um dos principais regentes.

O racismo institucional não está apenas no processo de produção jornalística, na escolha das fontes baseada na pigmentação da pele, exclusão de pautas sobre questões raciais, a falta de importância atribuída a um assunto por conta da profundidade em na abordagem ou até mesmo na omissão de certos temas. O racismo está presente também nas rotinas produtivas estabelecidas, pela preferência em quem vai ser contratado pelos veículos e outras questões de gestão, que, por sua vez, não contemplam o antirracismo ao “se estabelecer

políticas de equidade de poder ou mesmo de combate a condutas internas” (GUENA E SANTOS, 2022, p. 122).

Porém, todo esse cenário não é insuperável. Como alternativa para tirar o racismo da comunicação/jornalismo no Brasil, Guena e Santos (2022) elencam a implantação de poderosas políticas, com a presença dos Estados e dos setores privados. Diagnósticos e saídas já foram dados a partir do Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Conferência Nacional de Comunicação (2009). Sobre a comunicação:

está submetida no Brasil a uma lógica moderno-colonial, aliada ao mercado financeiro e ao comércio. Abrir espaços nessa lógica depende de uma forte mobilização dos setores interessados, bem como da participação do poder público, pouco afeita hoje a debates dessa natureza, mais alinhada aos processos ditatoriais de controle da comunicação (GUENA; SANTOS, 2022, p. 131-132).

Devemos também considerar os veículos alternativos de mídia negra, que estão construindo novas referências e fortificando representações distintas das que comumente observamos no dia a dia. É uma alternativa que abre seu próprio caminho frente ao cenário racista e das representações defasada. Discorreremos agora um pouco sobre essa questão no próximo tópico.

2.2 O Dia da Consciência Negra como dispositivo de reflexão

O Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, foi instaurado como contraponto ao dia 13 de maio de 1888, data em que foi assinada a Lei Áurea, documento que declarava por vias legais a extinção da escravização no Brasil. E por que não celebrar na data de abolição? Além de ser o aniversário da morte do grande líder da resistência escrava, Zumbi dos Palmares, o motivo pela escolha do dia 20 de novembro se baseia pelo fortalecimento de representações que coloquem o povo negro como centro.

Para entender um pouco mais, Silva (2014) ressalta que a liberdade proveniente da abolição não se concretizou como algo real e da forma como a sociedade brasileira tende a acreditar. Como já comentado anteriormente a respeito das condições que esses ex-cativos foram submetidos e todos a política de extermínio do povo negro, o 13 de maio não concede uma representação focada na figura do escravo.

Sempre houve resistência por parte do Movimento Negro em busca da abolição, a Lei Áurea não é definidora de toda a história encabeçada pela luta que o negro escravo empenhou, pois, como Silva (2014) levanta, o apoio dos burgueses só se concretizou quando se delineou uma oposição teórica entre escravidão e capitalismo. No pós-abolição, a luta continuou, pela busca de educação, direitos básicos e entre outras coisas que configuram a demanda pela representação social.

Apesar de existir oficialmente desde 2003, com a Lei 10.639 que inclui no calendário escolar o dia e define as diretrizes para o ensino de história e cultura afro-brasileira, a celebração do Dia da Consciência Negra era idealizado desde da década de 70 pelo Movimento Negro no Brasil. Se constitui desde então como um momento de valorização da comunidade negra, de ferramenta no enfrentamento contra a discriminação racial, do empenho na construção de representações positivas e da celebração da cultura afro-brasileira.

Como Zorzi (2019) traça sobre a instauração da celebração, a atividade a favor de implementar nacionalmente o Dia da Consciência foi iniciado pelo Grupo Palmares de Porto Alegre (RS), entidade de ativismo político e cultural do movimento negro do país, em 1971. Para o movimento, um dos objetivos principais “era deslocar as comemorações do treze de maio, data em que se lembra o fim formal da escravidão no Brasil, para uma data que deveras celebrasse o legado e o passado negros no país” (ZORZI, 2019, p. 29).

A Lei Federal Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar para a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Contudo, a data como marco comemorativo só foi instituída oficialmente no Brasil todo pela Lei Federal Nº 12.519, do dia 10 de novembro de 2011, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, estabelecendo o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

A data é feriado em alguns lugares do país, de acordo com suas leis municipais e estaduais. Em São Luís, capital do Maranhão, o dia passou a ser feriado com a Lei Municipal Nº 309, do dia 12 de junho de 2013. Mas, em 2014, a lei municipal foi considerada inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Só 2017, com a Lei Estadual Nº 10.747, de 12 de dezembro, criada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo então governador Flávio Dino, 20 de novembro passou a ser feriado em todo o estado. Em 2019, após uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA), Federação

das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e Associação Comercial do Maranhão (ACM), o TJ-MA suspendeu o feriado estadual do Dia da Consciência Negra.

Tendo em vista tal cenário de mudanças nas leis municipal e estadual, o Dia da Consciência Negra é celebrado, porém não ganha atualmente o *status* de feriado em todo o Maranhão — apenas o município de Pedreiras, há 281 quilômetros da capital São Luís, tem o dia como feriado⁹.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 215, postula que o Estado brasileiro garanta a todos os cidadãos o exercício integral de seus direitos culturais, assim como apoia e incentiva a valorização dessas manifestações culturais. No inciso 2.º do artigo, a lei ainda determina o estabelecimento de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. Em contrapartida, no calendário do país há feriados cristãos rigorosamente respeitados pela cultura popular e legislação brasileira, como no caso da Sexta-Feira da Paixão, que antecede o Domingo de Páscoa, também o Dia da Nossa Senhora Aparecida (Padroeira do Brasil), 12 de outubro, e Dia dos Finados, 2 de novembro. Não há questionamentos que coloquem tais feriados cristãos em vias de se estabelecer uma legitimidade ou não, o que não ocorre com o Dia da Consciência Negra no Maranhão, que, por muitas vezes, não tem sua relevância conferida à condição de reflexão e importância no calendário de celebrações.

2.3 A mídia alternativa como possibilidade

São constantes as mudanças que o campo do jornalismo enfrentou e continua enfrentando, com assíduas as transformações ao longo de seu tempo de existência. Para Orozimbo e Oliveira (2007), apesar dessas mudanças, que concernem às rotinas produtivas, das referências noticiosas e da atuação dos jornalistas, se aguarda honestidade, isenção e credibilidade de quem transmite os fatos, para a criação de um retrato, partindo do agrupamento de fragmentos, concedidos através do relato de quem presenciou.

Para fins de marcos temporais, as técnicas de redação jornalística começaram a ser implantadas no jornalismo brasileiro depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945),

⁹ Feriado é estabelecido pela Lei Municipal Nº 1.254 do dia 28 de novembro de 2008. Como justificativas, o Executivo Municipal de Pedreiras coloca a cidade ter como padroeiro um santo negro, o São Benedito, e também existirem vários descendentes de negros entre sua população. No documento, objetivo da lei é propor celebrar as conquistas da população negra e também fornecer uma reflexão a respeito.

importadas dos veículos impressos dos Estados Unidos. Antes dessa absorção de métodos estadunidenses, as fontes noticiosas na produção jornalística, geralmente, eram acionadas entre pessoas de relevância na sociedade, como políticos, empresários ou qualquer outro notável em meio a comunidade, com certo *status* social.

Com a consolidação das características do jornalismo no modelo industrial, incorporando aspectos das técnicas de redação, programação gráfica e outros procedimentos de produção sistematizados nas práticas jornalísticas no Brasil a partir da década de 1970 (LAGE, 2001), as fontes tiveram um teor mais popular. A figura pública do cidadão na sociedade, como fonte, em mais evidência. Focado na informação, com a notícia sendo o principal produto da atividade jornalística, as fontes populares ganharam mais influência na produção informativa. A exemplo da convocação de indivíduos comuns na sociedade, os perfis jornalísticos — texto focado em personagens — eram feitos sobre pessoas famosas, mas foi depois do *new journalism*, desenvolvido entre as décadas de 60 e 70, que se começou a pensar a recorrer por pessoas anônimas, com histórias interessantes.

Apesar das modificações perpassadas e todo o teor do que deveria se basear a conduta jornalística, a mídia homogênea é responsável por ainda difundir estereótipos discriminatórios. Em meio a falta de uma representação que fortaleça imagens positivas e mais complexas, a imprensa negra compõe um movimento contra-hegemônico que não é recente. De acordo com Pinto (2006, p. 28), a imprensa negra no Brasil diz respeito “aos jornais que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil”.

O que a mídia negra faz é ressignificar o processo comunicativo como estratégia de combate e enfrentamento ao racismo, subvertendo, na prática, as convenções técnicas do que deve, ou não, ser feito no jornalismo. Isso, me parece, é uma proposta de construção cultural distinta do que temos até aqui (PINHEIRO, 2018, p. 14).

Nesse contexto de luta contra racismo que a mídia alternativa se propõe a atuar, há exemplos de veículos brasileiros, como o Alma Preta e a Revista Afirmativa. Segundo a análise dos editoriais que Pinheiro (2018) nos dois veículos, compreende-se que esses são meios empenhados para elaborar um sistema de representação voltados para os seus pares, que sofrem com a discriminação racial no cotidiano. Fazem isso através da dedicação em produzir sentidos distintos, novos, por meio de elementos já conhecidos da cultura e, com isso, derrubam os imaginários construídos sobre determinado setor, sobre determinadas culturas (PINHEIRO, 2018).

Apesar de os veículos alternativos serem uma proposta específica para a produção e distribuição de conteúdo, analisamos nessa dissertação a produção noticiosa dos dois veículos tradicionais da mídia hegemônica do Maranhão, com o intuito de estabelecer o diagnóstico da presença da celebração em meios de comunicação importantes da região. O objetivo é constatar se dentro de um recorte temporal, com mudanças significativas na estrutura social, veículos tradicionais também ofereceram modificações na forma de tratar O Dia da Consciência, concedendo espaço para a data e para fontes que retratam o marco.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo são apresentados os objetos estudados, discorrendo um pouco sobre a história do *Imirante* e de *O Estado do Maranhão*. Pertencentes ao Grupo Mirante, também apresentamos brevemente a relação dos dois veículos com a família Sarney, assim como permearemos a questão do grupo político como oligarquia. Posteriormente, destrinchamos sobre a metodologia, todo o percurso de pesquisa e as etapas para a captação de dados, assim como as ferramentas e dispositivos elaboradas para coleta das informações. Vale dizer que o conglomerado é o mais forte do estado, tendo a emissora TV Mirante afiliada da Rede Globo.

3.1 Um pouco da história do *Imirante.com* e do *O Estado do Maranhão*

O jornal *O Estado* era o principal impresso em circulação no Maranhão até 2021, inclusive tendo sido escolhido como recorte deste estudo por conta da sua relevância. O veículo circulou ativo entre 1973 e 2021. A história do periódico começa com a do seu antecessor, o *Jornal do Dia*, que segundo Conceição e Costa (2008), Gomes e Conceição (2011) e Silva e Rocha (2017), circulou pela primeira vez no dia 8 de março de 1953, sob a direção do escritor e jornalista Arimathéia Athayde. Mas, o próprio *O Estado*, coloca em diversas situações que a fundação do *Jornal do Dia* se deu em 1959, inclusive em seu histórico no site (*O Estado*, 2003; 2009; 2015). Contudo, de acordo com o levantamento realizado por Cunha (2017), existem exemplares impressos do jornal de 1953 a 1958 e de 1960 a 1973, sendo sua última edição datada em 29 de abril de 1973.

Como explicação desse impasse, ainda de acordo com Conceição e Costa (2008), a direção do jornal mudou diversas vezes e, até 1958, teve o que os autores chamam de primeira fase do periódico encerrada, ficando sem circular por pouco mais de um ano, até o jornal ser adquirido por Alberto Aboud (1922-1980), industrial e político ludovicense. A partir do dia 1º de outubro de 1959 é iniciada uma nova fase do *Jornal do Dia*, momento tido pelo *Grupo Mirante* e *O Estado do Maranhão* como marco de sua fundação. Apesar desses impasses no que seria a data de estabelecimento do periódico, o próprio *Grupo Mirante* considera que a história foi iniciada junto com essa segunda fase.

Voltando no tempo, ainda para entender a trajetória do veículo e seu tradicionalismo na comunicação da região, em 1968, quando ainda era governador do Maranhão, José Sarney

conseguiu comprar metade das ações do *Jornal do Dia* e pouco depois adquiriu as outras partes, se tornando o proprietário (CONCEIÇÃO; COSTA, 2008). A aquisição se deu por interesses políticos e, a partir de 1973, o jornal passa a ter seu título atual, como ficou conhecido nos dias de hoje (CONCEIÇÃO; COSTA, 2008). *O Estado* foi o primeiro veículo do antigo *Sistema Mirante de Comunicação*, atualmente Grupo Mirante (SOUSA; PINHO, 2015). A primeira edição do jornal, com o nome modificado, circulou em 1º de maio de 1973, com o jornal gerido por José Sarney, que na época ocupava o cargo de senador da República, e o poeta Bandeira Tribuzi. Inclusive, a primeira manchete do jornal reformulado se referia a um anúncio feito pelo senador Sarney, a respeito da instalação da indústria siderúrgica no Maranhão.

Logo, se consolidou como o principal e mais antigo impresso do Maranhão, pertencente ao grupo político da tradicional família Sarney desde o início de sua criação como *O Estado do Maranhão*. Também foi o primeiro jornal no estado a lançar sua versão online em 1995 e um dos pioneiros das regiões Norte e Nordeste a inovar no uso de cores nas impressões em 1999¹⁰, além das capas e contracapas. Em 2011, *O Estado* lançou uma versão para aplicativo no iPad, passando a ser também o primeiro veículo impresso maranhense com acesso pela plataforma.

O Estado do Maranhão configurava entre os jornais impressos mais lidos do país em 2016, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia daquele ano, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). O jornal maranhense ocupava a 20ª posição, com mais dez jornais, entre mais de 200 veículos, tendo a pesquisa sido realizada em 740 municípios.

A última versão impressa do jornal circulou no final de semana dos dias 23 e 24 de outubro de 2021 e os profissionais jornalistas que atuavam em sua produção foram transferidos para atividades digitais, migradas e inseridas ao portal *Imirante*. *O Estado* tinha tiragem diária e encerrou com mais de 21 mil edições publicadas.

¹⁰ Segundo Gomes e Conceição (2011), o jornal voltou ao padrão sem cores três meses depois, pois a iniciativa tinha alto custo nas tiragens.

Figura 2 — Última capa do jornal O Estado do Maranhão circulada



Fonte: O Estado do Maranhão, 2021

Já o portal de notícias *Imirante.com* foi lançado em setembro de 2000. De acordo com informações do próprio *Imirante*, o portal alcançou somente no primeiro semestre de 2020

mais de 36 milhões de acessos. O site disponibiliza conteúdo jornalístico e também das outras empresas de comunicação do *Grupo Mirante*, como TV, Rádio e passou a agregar o conteúdo do antigo impresso do conglomerado. Focado em assuntos locais e regionais, o portal também publica conteúdo de abrangência nacional e internacional.

Figura 3 — *Layout da página inicial do portal de notícias Imirante.com*



Fonte: Imirante.com, 2022

Sediado em São Luís, capital, a criação do *Imirante* está atrelada à criação da emissora de TV do *Grupo Mirante*. *O Estado do Maranhão* é o marco inicial das atividades comunicacionais do grupo, que foi posteriormente se expandindo para rádio com a concessão pública no nome de Fernando Sarney, filho de José Sarney, no início da década de 1980 (GOMES; CONCEIÇÃO, 2011). Por conseguinte, foi lançada a *TV Mirante* em 1987, sendo essa última passando a ser afiliada da *Rede Globo* a partir de 1991. Dessa forma, a história do portal é iniciada com a solicitação da própria Globo para a criação de um site com conteúdo local. Além das produções no próprio portal, o material está subdividido em cinco seções, que são: *Na mira*; *Mirante Esporte*; *Mirante AM*; *Mirante FM* e *O Estado do Maranhão*, o que permitiu também diferenciar entre o material postado no portal e no impresso.

3.2 Etapas da pesquisa

Importante ressaltar os percalços enfrentados no processo de seleção dos veículos para a execução da pesquisa aqui proposta e da coleta de dados, antes de se chegar até a escolha do *Imirante* e *O Estado do Maranhão* como objetos empíricos de estudo da dissertação.

Inicialmente, pretendia-se averiguar as fontes jornalísticas em veículos locais de Imperatriz, a segunda maior cidade maranhense, o principal município do Sudoeste do estado e da Região Tocantina. Porém, houve impedimentos pela falta de acesso ao volume, ao longo do tempo, do acervo das produções provenientes desses veículos locais, como é o caso da falha tentativa de obtenção das edições do jornal *O Progresso*, o mais antigo diário impresso da cidade ainda em funcionamento, fundado em maio de 1970.

Adiante, foi necessário modificar o caminho da pesquisa e passou-se a sondar o possível estudo das fontes nos principais telejornais de emissoras imperatrizenses. Contudo, enfrentamos as mesmas dificuldades ao tentarmos obter o acesso aos programas completos dos telejornais *Na Hora D*, da *Difusora Sul*, e *JMTV 1ª Edição*, da *TV Mirante Imperatriz*, que passam ambos ao meio-dia. A partir dos obstáculos supracitados, optou-se então por executar a pesquisa e o levantamento de dados no *O Estado*, jornal editado em São Luís, capital maranhense, que mantinha em seu acervo online, em site oficial, as edições publicadas desde 2003. O jornal foi selecionado pelo motivo de oferecer acesso mais sólido e ininterrupto às suas publicações mais antigas, o que permitiria a realização de um estudo longitudinal.

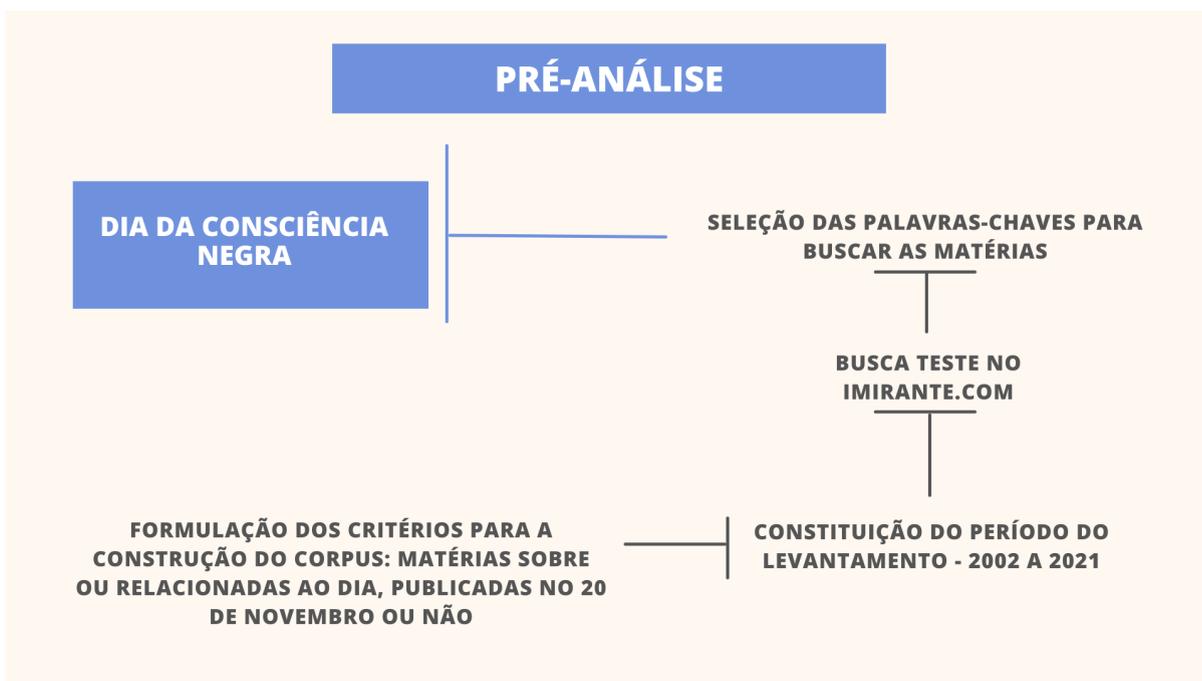
Mas, quando se passou a organizar a execução da pesquisa no veículo, o jornal informou o encerramento de suas atividades impressas em outubro de 2021. A pesquisadora passou a enfrentar dificuldades ao acessar o acervo com as edições já publicadas no site próprio do jornal e ficou impedida de dar continuidade à captação. As matérias mais antigas não puderam ser mais acessadas, mesmo que a autora da dissertação fosse uma antiga assinante, ficando possível apenas conferir o índice de publicações do dia em alguns casos. Como *O Estado* informou que as atividades do impresso seriam migradas para o portal de notícias *Imirante.com*, assim como o volume de material, o recorte da pesquisa passou a mirar também o site jornalístico, já que ambos pertencem ao *Grupo Mirante*.

Após apresentar os percalços e dando prosseguimento às possibilidades, a proposta da dissertação foi finalmente estabelecida em sondar e analisar as vozes acionadas como fontes jornalísticas em matérias sobre ou relacionadas ao Dia da Consciência Negra, postadas no *Imirante.com* e *O Estado do Maranhão*, entre 2002 e 2021. Vale dizer que a escolha dos objetos atende aos objetivos, porque são a imprensa de referência no Maranhão e repetem padrões, pois, com o fim do impresso, o portal de notícias passou a comporta o conteúdo do jornal não mais em circulação.

Realiza-se nesse estudo uma análise de caráter empírico, que como frisa Carneiro *et al.* (2011) sobre as pesquisas desse aspecto, o empirismo utiliza a sabedoria adquirida a partir das compreensões do objeto de estudo. No que tange essa análise empírica, utiliza-se da Análise de Conteúdo (AC) como metodologia para tratamento dos dados. De acordo com a perspectiva de Bardin (2011), a AC consiste em uma análise sistemática do material coletado, servindo como verificação, a fim de confirmar ou explicar hipóteses levantadas. Esse método também possibilita que seja feito um elo entre o formalismo estatístico e a análise quantitativa dos materiais, isso uma vez que a análise de conteúdo é uma técnica híbrida (BAUER, 2005).

Para a execução das captações do material aqui estudado, primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória que compõe a busca preliminar no site do portal *Imirante.com*, a partir de uma procura das matérias sobre ou relacionadas ao Dia da Consciência Negra (2002–2021). Segundo a definição de Bardin (2011), essa etapa inicial é conferida como a fase da pré-análise, na qual prepara e organiza as primeiras ideias, para conduzir o desenvolvimento das ações que vão se suceder na pesquisa. Compõem essa parte, de acordo com o autor, a escolha dos dados a serem inspecionados, a formulação das hipóteses e o delineamento dos objetivos.

Figura 4 — Demonstração das etapas que compõem a primeira análise e exploração do material



Fonte: A autora, de acordo com Bardin (2011)

Doravante, a abordagem é quanti-quali, pois, através do percurso metodológico delineado, temos a finalidade de primeiro realizar uma coleta geral das matérias informativas autorais, sobre o Dia da Consciência Negra ou relacionadas à data, publicadas no dia 20 de novembro ou em qualquer outro dia, como também coletar e identificar todas as fontes acionadas em cada dessas publicações próprias. Depois, trazer à baila a análise mais afunilada das matérias que possuem referências a temática comemorativa e se aprofundar na análise das fontes, através de suas falas no site e jornal, e das figuras que são evidenciadas.

A partir da escolha do trabalho com foco na data, como é possível observar na figura acima que tece sobre a pré-análise, algumas palavras-chave foram formuladas para auxiliar na busca no portal, tendo sido realizada uma busca teste para conferir o panorama dos dados disponíveis. Após o teste no portal de notícias, foi conferido o período composto pelo levantamento e também o critério principal para a captação das matérias. Dessa forma, seriam contabilizadas, primeiramente, todas as matérias sobre o dia ou relacionadas à data, que tenham sido postadas no dia em questão ou não.

Para entender o percurso da coleta de dados, o primeiro passo foi a pesquisa exploratória do material. A autora estabeleceu os seguintes termos a serem buscados na barra de procura do portal de notícias *Imirante.com*. São eles: 1) **Dia da Consciência Negra**, 2) **Consciência Negra**, 3) **Racismo**, 4) **Negros** e 5) **Negras**. Tais termos foram estabelecidos conforme a percepção daquilo que estaria mais próximo para se ter uma elucidação das perguntas estabelecidas no objetivo da pesquisa. Por conta do recorte focado no Dia da Consciência Negra, os dois primeiros termos — **Dia da Consciência Negra** e **Consciência Negra** — de busca se configuram como basilares na captação das matérias. **Racismo**, **negros** e **negras** funcionam como buscas complementares, nas quais foram captadas as matérias que relacionavam as questões com a data, portanto, as que foram postadas especialmente no dia 20 de novembro.

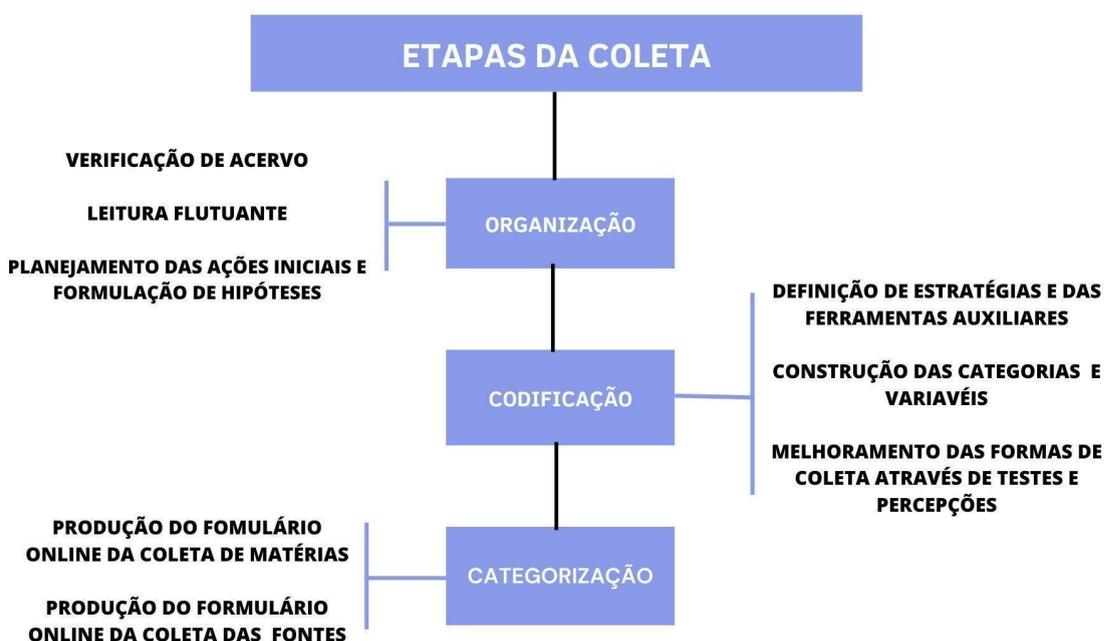
Com isso, após os primeiros passos da pesquisa exploratória e antes da exploração propriamente dita do material, percebeu-se a necessidade de traçar o caminho da categorização da coleta dos dados, para a identificação das matérias e consequentes fontes, através da confecção de um livro de código. Na AC, essa etapa da elaboração de um livro de códigos compõe a fase da codificação, definida por Bardin (2011), com a aplicação da enumeração dos elementos, que possibilita verificar componentes como presença ou ausência e, também, a frequência das coisas, dentro da captação de dados. Com o objetivo de ser uma

ferramenta de auxílio na coleta, com variáveis categóricas, com intuito de estabelecer critérios de inclusão e/ou exclusão de determinados conteúdos, a partir de seus aspectos.

Assim, compomos o método de coleta de dados a partir da inspeção do campo de execução e colocando em ação as experimentações pensadas inicialmente. No decorrer das observações levantadas, questões mais práticas foram reconfiguradas de acordo com as percepções da autora do que ficaria mais adequado, para acomodar da melhor forma possível o trabalho posterior.

Evocando o objetivo central do trabalho, que é levantar os tipos de fontes recorridas em matérias relacionadas da data elencada para o recorte, assim como apurar as vozes acionadas e se elas oferecem diversidade. Tendo em vista tais propostas, o livro de código foi construído com variáveis categóricas para abarcar os temas das matérias, formatos das produções, tipos de fontes existentes nas matérias e entre outras categorias. Já a coleta de dados começou a ser executada de forma manual, com auxílio de planilhas eletrônicas do *Excel*, contudo, no decorrer da coleta de dados, foi sendo verificada a necessidade de exclusão de algumas variáveis, assim como também a utilização de formulários online do *Google Sheets*. Esses novos delineamentos para o prosseguimento da coleta de dados deram mais agilidade ao trabalho de captação e o automatizou, em certos níveis, dando mais segurança à uma captação correta.

Figura 5 — Mapa da descrição e cronologia dos processos realizados para as fases da coleta de dados



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Bardin (2011)

Foi a partir dessa etapa, que Bardin (2011) chama de fase da exploração do material, com a reflexão sobre os métodos exploratórios utilizados para a extração dos dados, que o processo de aplicação dos procedimentos adotados na pré-análise pôde ser melhorados. Dessa maneira, o livro de códigos e as planilhas manuais do *Excel* foram substituídos por formulários online a serem preenchidos de acordo com as categorias variáveis. Para a melhor precisão, foram montados dois formulários diferentes: um de coleta de matérias e outro específico para fontes jornalísticas acionadas nessas matérias.

3.3 Ferramentas e classificação das categorias para a coleta de dados

O formulário da coleta de matérias leva apenas em consideração as matérias informativas, com a distinção entre o que pertence ao portal e o impresso, portanto, foi excluído da captação das matérias tudo de cunho opinativo. Durante a pesquisa exploratória, destrinchada na figura 4, percebeu-se que os jornais reproduzem matérias na íntegra de outros veículos e meios de fora do Maranhão. A partir dessa identificação através do formulário, foi possível selecionar o material no qual a análise dos dados seria aprofundada no acionamento de fontes daquilo tido por produções autorais dos veículos.

Esse primeiro formulário em questão abarca a diferenciação entre o *Imirante* e *O Estado*; título; subtítulo; data; relacionando ao Dia da Consciência Negra, se saiu no dia 20 de novembro e/ou é sobre a data; se é uma autoria própria; abrangência e autor. Posteriormente, o formato da matéria, com as variáveis nota, notícia, reportagem, entrevista e outro - para eventuais ocorrências de formatos do gênero que não se encaixam nos quatro principais.

Ao nos propormos identificar os formatos existentes, tal categoria auxilia no processo de elucidação do questionamento central do trabalho. Foi possível relacionar o espaço das fontes, também a partir do valor atribuído aos tipos de matérias, pois os formatos possuem níveis de importância e atribuem mais “respeito” às fontes. Para entender um pouco melhor a constatação, o texto da notícia se configura em algo mais simples do que a reportagem, pois é um gênero textual mais objetivo, impessoal, com cunho informativo e linguagem mais clara. As fontes são acionadas com o intuito de informar e/ou narrar sobre o acontecimento o mais direto possível. Já nas reportagens, o objetivo também é informar, contudo, configura-se com

uma função social mais de formadora de opinião. De acordo com as classificações de reportagem, elaboradas por Gonçalves *et al.* (2016), com base na conceituação de Yanes (2004), a reportagem pode ser objetiva, retrospectiva, profundidade e de investigação.

Consequente, a identificação do tema da matéria, com 12 variáveis: polícia/segurança pública; educação; saúde; infraestrutura; esporte; meio ambiente; economia; variedades/cultura; movimentos sociais/minorias; acidentes/tragédias; política e outro quando não se encaixar com qualquer das anteriores. Por último, há o espaço de preenchimento de observações, quando necessárias.

Quadro 2 — Descrição das categorias e variáveis utilizadas no formulário de coleta das matérias, para fins de entendimento dos critérios de inclusão no livro de códigos

FORMULÁRIO DE MATÉRIAS	
CATEGORIAS	EXPLICAÇÃO E CRITÉRIOS
Saiu em qual veículo do Grupo Mirante?	Identificação inicial se a matéria saiu no <i>Imirante.com</i> ou <i>O Estado do Maranhão</i> ;
Link	Para guardar o link da matéria a fim de consulta posterior;
Título	Título da matéria informativa;
Fio	Subtítulo da matéria informativa, junto com o título, permite conferir o gancho da matéria de maneira mais ágil;
Data	Dia, mês e ano de publicação da matéria captada;
Dia da Consciência Negra	Se a matéria saiu na data, no dia 20 de novembro, e/ou é sobre o Dia da Consciência Negra. Como nem tudo captado foi postado no dia 20 em questão, essa categoria fornece essa diferenciação;
Autoria	Se a matéria é autoral de um dos veículos ou é uma reprodução na íntegra;
De onde é a reprodução	No caso das reproduções, identificar de qual veículo é a reprodução;
Abrangência	Se diz respeito ao Maranhão (São Luís, Imperatriz, Caxias e entre outras cidades maranhenses), nacional ou internacional;

FORMATOS JORNALÍSTICOS	
Nota	Texto pequeno, objetivo e com o propósito de passar a informação o mais rápido possível. Tem em média dois parágrafos;
Notícia	Texto relatando um fato, com um lead, informações secundárias e mais detalhes. É um texto mais técnico, com o relato mais preciso e objetivo dos fatos;
Reportagem	Matéria mais contextualizada, com lead criativo e mais experimentações. É o tipo de texto maior, com mais acionamento de fontes de informação para sua construção;
Entrevista	Diálogo entre jornalista e fonte, no formato pingue-pongue;
Outro	Quando forem textos informativos, que não se encaixam nos quatro formatos anteriores;
TEMAS	
Polícia/Segurança Pública	Ocorrências de crimes, denúncias sobre segurança pública, índices de segurança, notícias sobre criminalidade, conflitos de terra, polícia em geral;
Educação	Relacionado a qualquer assunto de educação pública ou privada;
Saúde	Relacionada a qualquer assunto de saúde pública ou privada;
Infraestrutura	Situação das vias e logradouros públicos, denúncias da população a respeito da infraestrutura urbana e questões de rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistemas de transmissão de energia, etc;
Esporte	Tudo referente ao mundo do esporte e competições;
Meio Ambiente	Referente ao meio ambiente, notícias informativas ou denúncias;
Economia	Índices, preços, emprego, mercado, safras, etc;
Variedade e Cultura	Celebridades, produtos culturais, festividades, e manifestações artísticas;
Movimentos Sociais/Minorias	Pertinente a qualquer movimento social e minorias sociais, como idosos, LGBTQ+, indígenas (conflitos entre aqui), etc;

Acidente e Tragédia	Ocorrências de acidentes e tragédias;
Política	Tudo referente ao universo da política, como votações, intrigas e entre outros assuntos pertencente a esse mundo;
Outro	Quando o tema da matéria não se encaixa em nenhuma das opções disponíveis anteriormente.

Fonte: Autoria própria, 2022

A partir do formulário especificamente das fontes, foram apenas captadas as fontes jornalísticas de matérias autorais do portal e do impresso. Sobre a coleta das fontes, pensou-se primeiro em comportar todo o processo de coleta em um só formulário, junto com as matérias, mas foi preciso ter em mente que há, na maioria das vezes, mais de uma fonte por matéria. Ao refletir sobre o tamanho e complexidade que ficaria a execução da coleta de todos os dados com apenas uma guia de categorização, tornou-se impraticável a extração das informações. Portanto, para cada fonte acionada na matéria, havia um preenchimento de informações referentes, na ficha. Esse formulário comporta especificações diferentes, como as variantes categóricas: data e se é do tipo pessoa ou não pessoa - leva-se em consideração a abrangência da natureza das fontes, que podem ser seres humanos ou instituições, relatórios, documentos e *etc.*

Observa-se também se a fonte é identificada ou sigilosa; coleta dos nomes quando identificadas; a identidade de gênero da fonte — com as variantes mulher, homem ou não identificado/outros, para os casos das fontes que não se encaixam nos padrões de gêneros normativos e também nas ocorrências das fontes não pessoas. Por seguinte, há a possibilidade da identificação da raça/cor da pessoa; sexualidade e função/profissão, quando assinalada no texto pelo jornalista ou pela própria fonte. Na categoria dos tipos de fontes, foram formuladas categorizações, de acordo com as conceituações das classificações das propostas de Lage (2000), Bacin (2006), Schmitz (2011), Kovach e Rosenstiel (2011) e Gehrke (2018). Ao que se refere aos tipos, eles são oficial; empresarial; popular/testemunhal; especialista; institucional; notável; de uso documental; e jornalista como fonte. As duas últimas categorias são a do tipo de fala — com citação e/ou paráfrase — e relação da fonte com a informação - se ratifica, ilustra, agrega, refuta e/ou opina.

Quadro 3 — Explicação das categoriais variáveis para tratamento das fontes, com os critérios de inclusão e extração de informações

FORMULÁRIO DE FONTES	
CATEGORIAS	EXPLICAÇÃO E CRITÉRIOS
Data	Dia, mês e ano de publicação da matéria captada;
Espécie	Se é do tipo pessoa ou não pessoa - leva-se em consideração a abrangência da natureza das fontes, que podem ser seres humanos ou instituições, relatórios, documentos e etc.;
Créditos	Se é identificada ou sigilosa;
Nome	Captação dos nomes das pessoas quando identificadas. Essa categoria permite conferir de forma sistematizada repetições ao longo do tempo;
IDENTIDADE DE GÊNERO	
Mulher	Quando a fonte for referenciada no gênero feminino, com pronomes femininos;
Homem	Quando a fonte for referenciada no gênero masculino, com pronomes masculinos;
Não Identificado/Outros	Quando não for possível identificar o gênero da fonte ou pertencer a um gênero diferente dos gêneros padrões normativos ou quando for um documento ou instituição, que compõem as fontes não pessoas;
PARTICULARIDADES	
Sexualidade	Quando a orientação sexual for identificada pelo jornalista ou pela própria fonte;
Raça	Quando a cor, etnia ou raça forem identificadas pelo jornalista ou pela própria fonte;
Profissão/função	Ocupação ou profissão assinalada, atribuída à fonte;

TIPOS DE FONTES

TIPOS DE FONTES	
Oficiais	Ocupantes de função ou cargo público que representa órgãos mantidos pelo Estado, de autarquias, fundações e empresas públicas, em níveis federal, estadual e municipal, políticos;
Empresarial	Corporação ou associação, no geral são fontes que representam os setores e possuem interesse comercial e financeiro;
Populares/testemunhas	Pessoas comuns, vítimas de determinada situação – crime, injustiça, política pública ineficiente ou utilizam o espaço dado para conseguir visibilidade e reivindicar melhorias. Pessoas que presenciaram determinado fato relevante e relatam essa situação como uma testemunha;
Especialistas	Detentoras de conhecimento de alguma área específica; acionadas para explicar ou interpretar um evento a ser relatado ou contextualizado;
Institucional	Representa organização sem fins lucrativos, partidos políticos, projetos sociais, movimentos políticos ou movimentos sociais, organizações religiosas;
Notável	Artista, esportista, pessoas que desempenham ou desempenharam atividades de grande reconhecimento social;
De uso documental	Notas, relatórios, decretos, memorandos, rankings, estudos, resoluções, leis e informações gerais sobre programas, projetos e iniciativas. Números para descrever um fenômeno, provêm de informações estruturadas em planilhas simples ou mais complexas, como as bases de dados disponíveis em portais da transparência. Comunicados ou declarações emitidas por pessoas e organizações e que são posteriormente consultadas como registro, que não ocorre por meio de entrevista direta;
Jornalista como fonte	Quando o jornalista é acionado como fonte na construção da matéria;
Oficiosa	São ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas a falar em nome dela ou dele. Evidenciam manobras escondidas pelas fontes oficiais, oferecem denúncias ou dão informações significativas sem a autorização das intuições, órgãos oficiais aos quais estão ligados
TIPO DE FALA	
Citação	Declaração na íntegra, com aspas;

Paráfrase	Explicação da fala, uma interpretação ou comentário a respeito do que foi dito;
RELAÇÃO DA FONTE COM A INFORMAÇÃO	
Ratifica	Confirma a informação, embasa, valida;
Ilustra	Serve como exemplo, demonstra, exemplifica;
Agrega	Acrescenta mais informações;
Refuta	Afirmar o contrário, desmente, nega;
Opina	A fala da fonte fornece opinião sobre o ocorrido, “eu acho, eu acredito”.

Fonte: Autoria própria, 2022

Ao perceber de forma mais detalhada as categorias que envolvem as matérias e fontes, foi possível desenvolver, a partir das categorias, alguns pontos para melhor compreensão do percurso metodológico do trabalho. Com a identificação da data e produção autoral da publicação, os textos foram sistematizados.

Como já citado, identificar os formatos, entre as notas, notícias, reportagens e entrevistas possibilita conferir níveis de importância assimilados às fontes acionadas, mediante o formato e a importância atribuída a esse formato. Quando identificarmos o tipo de fonte, assinalando se são pessoas ou não-pessoas, podemos conferir se o *Imirante* e *O Estado* dão espaço às instituições, órgãos e as fontes de base documental. No que se refere aos créditos e ao nome, para saber se a fonte está identificada ou na condição sigilosa, poderemos conferir a questão das fontes anônimas e também as repetições ao longo dos anos ao que se refere ao acionamento de fontes notáveis ou não. Na identificação de gênero, quando assinalada, podemos conferir o espaço dado a certas representações de gênero, se há mais homens que mulheres falando nas páginas do portal e do impresso e se, também, o jornal dá espaço a outras representações de gênero.

Aspectos relacionados ao tipo de fala proporcionam conferir características relacionadas ao jornalismo declaratório, considerado por Rubim e Colling (2006) como uma grande problemática na imprensa contemporânea. De acordo com os autores, é o tipo de jornalismo feito a partir das declarações que os profissionais coletam das fontes, sem precauções a respeito da veracidade dos fatos. Garcia (2003), no Manual do jornal O Globo, orienta que apesar da fonte considerar de fundamental importância tudo aquilo que ela repassa a um repórter, o jornalista tem o dever de não se impressionar e deve se questionar sobre

aquilo que lhe foi repassado. O jornalista precisa “se perguntar: quem falou tem autoridade para tanto (é reconhecido como especialista no assunto, parte legítima no debate, testemunha confiável no acontecido)?” (GARCIA, 2003, p. 39).

Com base nisso, vamos conferir a relação da fonte com a informação: se ela confirma a informação dada na matéria, se fornece um exemplo do ocorrido, com os detalhes de quem testemunha ou vivência uma situação, assim como se acrescenta mais informações àquilo que foi postulado pelo jornalista, se é uma fonte de oposição ou opina com sua declaração.

Quando olhamos para o Dia da Consciência Negra para averiguação das fontes, podemos levantar alguns questionamentos sobre as representações, que são respondidas a partir da coleta e análise de dados, com o apoio dos formulários. As questões são: quais pautas estão em voga relacionadas à população negra? As matérias relacionadas a essa temática trazem que tipo de conteúdo? Problematizações são colocadas em jogo? Como representam o negro nessa data?

Com esses elementos norteadores, ao olhar para o Dia da Consciência Negra, colocamos também em evidência que ao entender as fontes dessa data celebrativa, entende-se também o que a sociedade supostamente valoriza, o que a mídia privilegia e como esses elementos representam a sociedade de alguma forma. Assim como Dalmonte (2010) sugere, de acordo com a leitura que faz de Franciscato (2005), o jornalismo tem o papel de estruturar e organizar o presente e, com isso, de estabelecer uma relação de proximidade entre o leitor das notícias. Nesse caso, não se trata apenas do presente do momento do ocorrido, mas das formas e contornos que são dados a um acontecimento, no qual o receptor da informação se nota muito mais conectado ao mundo ao seu redor (DALMONTE, 2010).

4 APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS E A ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo é apresentado o material coletado durante a investigação dos objetos de pesquisa. Os dados e a análise são exibidos em duas partes, sendo a primeira um panorama dos achados nos dois veículos, com o *corpus* geral do estudo. Na segunda parte, são evidenciados os dados depois de um refinamento, após uma inspeção exploratória, com as matérias nas quais são analisadas as fontes jornalísticas e o espaço concedido. Iremos, neste tópico, apresentar os dados e as informações levantadas, assim como explicar os caminhos tomados, exibir certas escolhas feitas para o tratamento do material e embasar certos direcionamentos trilhados no que diz respeito à análise. Nesta parte do trabalho, traremos tudo aquilo que foi possível identificar quando nos debruçamos nos dados captados.

4.1 Sobre a coleta de dados e o panorama geral dos achados

Como o Dia da Consciência Negra é pautado ao longo do tempo pelo site *Imirante* e o antigo jornal impresso *O Estado do Maranhão*? Quais fontes possuem lugar na cobertura relacionada a data e quais tipos de vozes são evidenciadas naquilo que os veículos produzem sobre o dia e, conseqüentemente, nas temáticas relacionadas ao 20 de novembro? Por conta da integração entre o portal e o impresso não mais em circulação, a coleta de dados levou em consideração os dois veículos, pontuando a diferença do que foi postado em cada canal.

Na pesquisa exploratória, na qual foi contabilizado o material considerando as postagens até o dia 25 de novembro de 2021, cada busca de termos apresentou uma quantidade diferente de resultados. Vale lembrar que as matérias, na maioria das vezes, por conta das temáticas e dos termos que se aproximam diretamente, aparecem repetidamente nas buscas. No total, foram registrados 898 resultados, sendo eles:

- a) **Dia da Consciência Negra** — 60 resultados;
- b) **Consciência Negra** — 104 resultados;
- c) **Racismo** — 374 resultados;
- d) **Negros** — 274 resultados;
- e) **Negras** — 86 resultados.

Tendo em conta as cinco combinações de buscas, foram ponderadas para a captação de dados gerais as matérias focadas no Dia da Consciência Negra ou em assuntos diretamente relacionados a temática do dia, publicadas no dia 20 de novembro. As matérias publicadas na data, que, por sua vez, não estavam primeiramente focadas no dia em si, mas tratavam de questões referentes à população negra ou questões raciais, sempre traziam o Dia da Consciência Negra como pano de fundo. Já as ocorrências de matérias publicadas em outros dias, que não o dia 20 de novembro, foram captadas sob o critério de estarem pautando a data celebrativa, como se viu constante nos casos de estabelecimento e anulação de leis relacionadas à celebração, *etc.*

Após a identificação desse quantitativo dos resultados, a etapa seguinte da pesquisa exploratória foi a limpeza dos materiais encontrados. A partir dessa seleção entre os achados, foram captadas 94 matérias, as quais compõem oficialmente o *corpus* exploratório desta pesquisa. Dentre esse *corpus*, o período das publicações inicia em 2002 e segue até 2021, o que configura 19 anos, quase duas décadas de análise. Já a distribuição dessas matérias, no decorrer dos anos, apresenta uma irregularidade na quantidade. A seguinte tabela explicita tal disparidade na distribuição da cobertura da temática entre os anos.

Tabela 2 — Levantamento das matérias captadas, com a distribuição ao longo dos anos

ANO	QUANTIDADE
2002	02
2003	01
2004	01
2005	02
2006	02
2007	05
2008	07
2009	04
2010	01
2011	02
2012	04
2013	11

2014	09
2015	11
2016	04
2017	05
2018	03
2019	07
2020	07
2021	06
Total	94

Fonte: Autoria própria, 2022

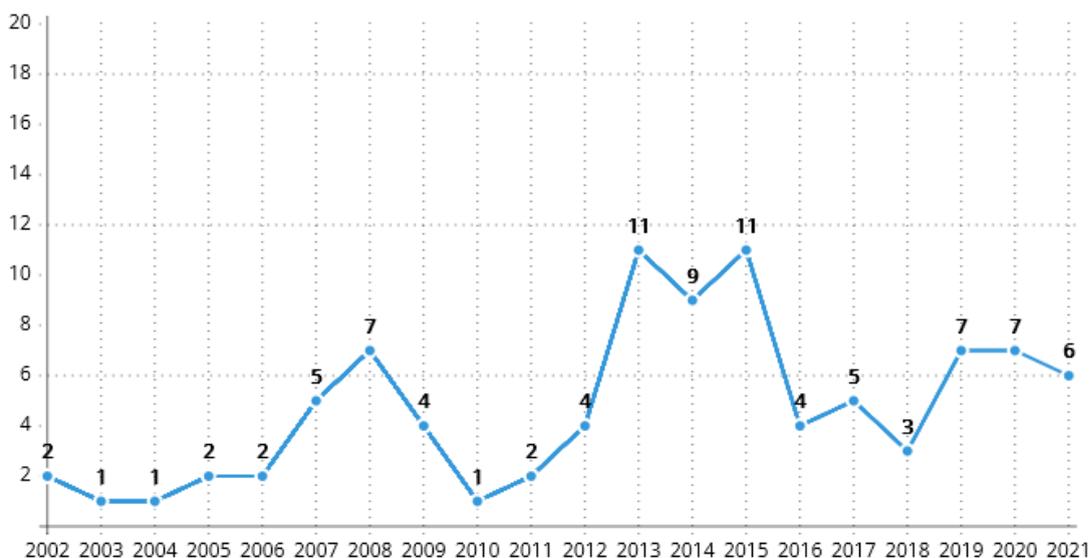
Porventura, tais diferenças podem ser relacionadas com algumas mudanças ocorridas, como o estabelecimento e anulação de leis, transformações sociais e entre outros acontecimentos. As duas primeiras matérias sobre a temática aparecem em 2002, ano anterior à lei que estabelece o dia no calendário escolar, assim como torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (Lei N° 10.639). O aparecimento antes da legislação vai de encontro com a luta do Movimento Negro no Brasil, com uma movimentação a respeito de ser fazer o Dia da Consciência Negra uma oportunidade de reflexão desde os anos 70. Quando o dia se tornou oficial em todo o Brasil, para além dos muros do âmbito escolar em 2011 (Lei Federal N° 12.519), a quantidade de matérias também foram de dois achados. Mesmo com nove anos de diferença entre os momentos, o grande marco que simbolizava o estabelecimento do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra não gerou impacto naquele ano, de acordo com os dados compilados na tabela 2, quando conferimos a cobertura de anos mais recentes.

Quando o dia passou a ser feriado em São Luís em 2013, com uma lei municipal (N° 309), o ano em questão apresenta uma das maiores quantidades de matérias, junto com o ano de 2015, ambos os períodos com 11 registros cada. Em 2014, quando a lei municipal foi considerada inconstitucional, apenas um ano após seu estabelecimento, a cobertura teve uma quantidade considerável de matérias, tendo sido registradas nove delas. Só três anos depois, em 2017, que um feriado relacionado ao dia foi estabelecido novamente, sendo nesse momento em todo o Maranhão (Lei N° 10.747), contabilizando cinco matérias. Em 2019 a Justiça suspendeu o feriado, ano que contabilizou sete matérias, com o ano seguinte também

tendo sete matérias. O encerramento do ano do recorte em 2021 contabilizou seis matérias finais.

Por conta dessa atribuição menor relacionada à data, na qual órgãos públicos e iniciativas privadas, com interesses comerciais, interferem para que o dia em questão até mesmo não ganhe *status* de feriado, pode-se afirmar que talvez a atenção direcionada à cobertura da data seja relativamente menor comparada a outras celebrações. As de cunho religioso e comercial, como os dias da Padroeira do Brasil, das mães ou dos pais, costumam ter um enfoque maior, visto que o Dia da Consciência Negra é uma data de cunho social, aportada em lutas e reivindicações de direitos à população negra do país. Tais fatores, de certa forma, devem contribuir para a intensidade na cobertura do 20 de novembro pela mídia nacional e regional, como se observou a partir dos dados apresentados nessa análise.

Figura 6 — Gráfico de distribuição das publicações ao longo de quase duas décadas que compõem o período de análise



Fonte: Autoria própria, 2022

No gráfico disponível na figura acima, é possível conferir a linha no decorrer do tempo das publicações, com a distribuição não-linear dos textos entre 2002 e 2021. Os altos e baixos da linha acompanham as mudanças que ocorreram na legislação a respeito do Dia da Consciência Negra, já supracitadas. Perante essa descrição do volume de material publicado sobre o dia e temas relacionados à data, afirmamos que o portal *Imirante* pauta o tema, assim como também *O Estado do Maranhão* o efetuou, com menos frequência, como veremos mais

adiante. Apesar de o recorte desta pesquisa representar parte de um universo relacionado à cobertura de questões raciais, há de se considerar alguns fatores que embasam mais ainda a necessidade de uma cobertura feita por veículos jornalísticos locais, sobre as temáticas.

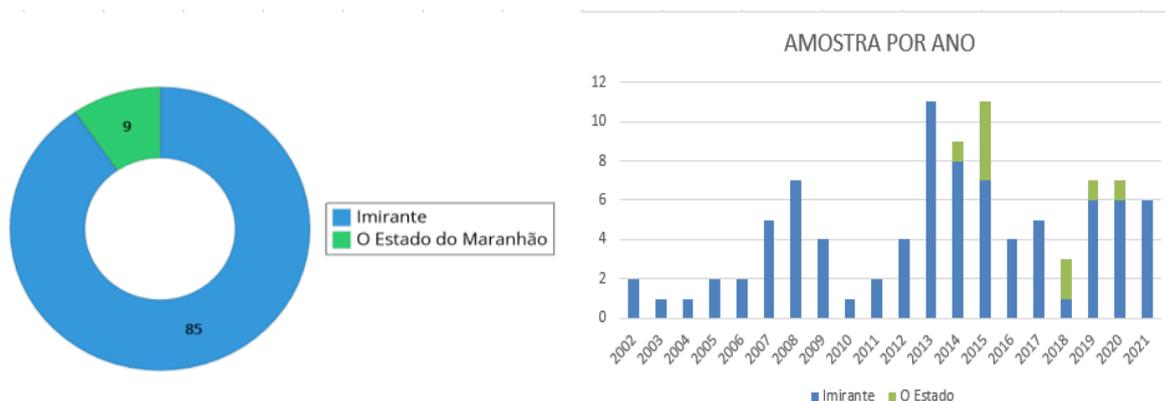
Vale lembrar que segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os negros representavam 74% da população do Maranhão, que tinha na época um número de mais de seis milhões de habitantes. Apesar de representarem parte significativa dos habitantes, a população negra ainda sofre algumas desvantagens e preconceitos em relação aos brancos no estado. Segundo o levantamento feito na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) pelo IBGE em 2018, apenas 28% dos negros, entre 18 e 24 anos de idade, estavam matriculados em alguma instituição de ensino no Maranhão. Sendo então a população negra, de acordo com os dados do Instituto, a mais vulnerável para a possibilidade de abandonar os estudos e ser vítima da evasão escolar. Para complementar os números sobre as desigualdades por cor ou raça no Estado, a PNAD Contínua 2018 atestou ainda que brancos ganham 36% a mais que pretos ou pardos no mercado de trabalho maranhense.

No que se refere ao que foi postado em um veículo e outro, o levantamento constata que 85 matérias (90,42%) foram postadas no site *Imirante* e nove (9,57%) foram publicadas no *O Estado*. Essa diferença significativa no fluxo de publicação entre os veículos é pontuada pelas distinções entre os suportes impresso e online. Pois, em um site não há uma limitação específica de quantidade e nem mesmo o estabelecimento de um *deadline* rígido para as publicações. Palácios (2003) acrescenta a instantaneidade do acesso e a possibilidade constante de material informativo publicado como características do jornalismo desenvolvido para a internet, nesse ponto o autor comenta a questão da rapidez no acesso das informações, combinada com a facilidade da produção no ambiente online. Já no jornal impresso há uma necessidade maior de selecionar o que vai ser publicado, por conta do espaço limitado no formato físico, assim como um *deadline* definido para o processo gráfico.

Ainda quando olhamos para os dados gerais captados, a observância da diferença das publicações entre os dois veículos pode ser verificada mais detalhadamente na figura abaixo. Ao destacar *O Estado*, durante a busca das informações no *Imirante*, a primeira matéria aparece apenas em 2014, entrando para a captação de dados como o marco inicial do tema no jornal impresso no levantamento e análise deste trabalho. A amostra dos dados por ano evidencia esse primeiro ano com uma matéria, 2015 com quatro matérias e depois pula

diretamente para 2018, com duas publicações, seguindo com 2019 e 2020 com uma também em cada um desses dois anos finais.

Figura 7 — Diferença entre a quantidade de matérias que saíram nos dois veículos sobre ou relacionadas ao Dia da Consciência Negra e questões raciais



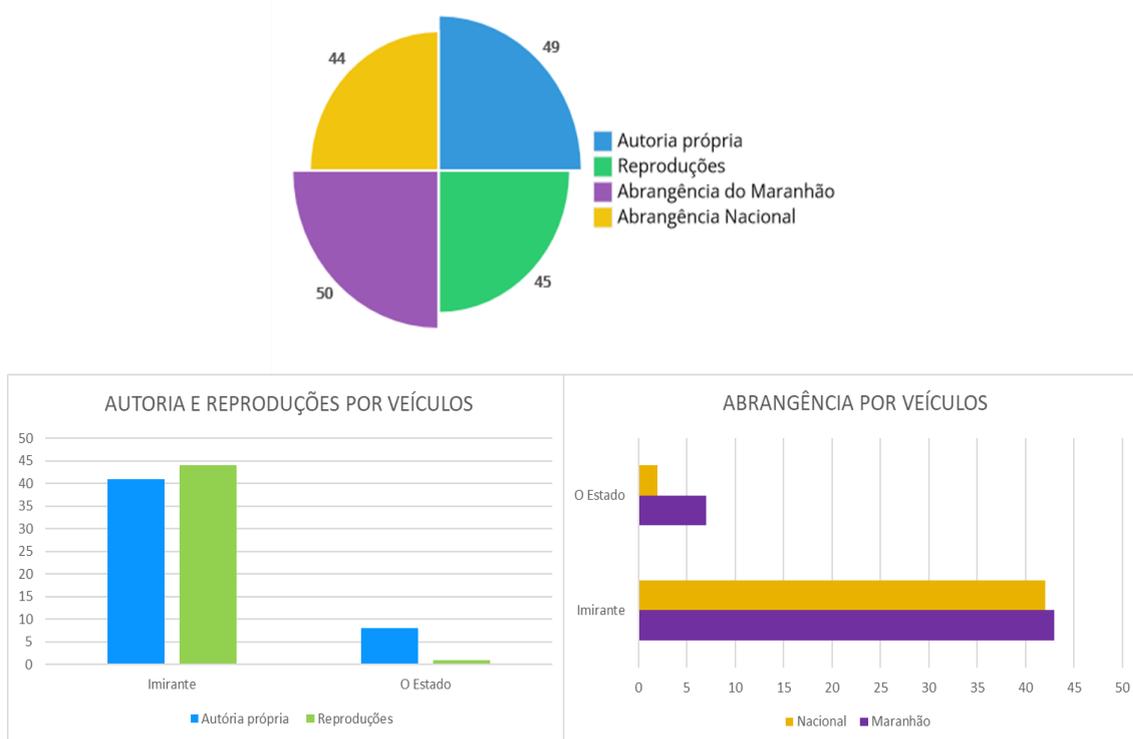
Fonte: Autoria própria, 2022

Quando se estabeleceu o contato com as primeiras matérias, se percebeu a existência de conteúdo postado a partir de outros veículos no material levantado, principalmente referente ao portal de notícias. Das 94 matérias coletadas, 49 (52,12%) são de **autoria própria** dos veículos e 45 (47,87%) eram **reproduções** na íntegra de textos de outros veículos e sites. A maioria dessas publicações são da *Agência Brasil*, com 28 textos reproduzidos de seu site. Essa categoria de matérias reproduzidas é seguida do *GI*, com três textos replicados. Outros sites e veículos aparecem apenas uma vez durante os anos, sendo eles: *A Gazeta*, *Agência IBGE*, *TJ-MA*, *Planalto e Ministério da Cultura*, *CGCOM*, *Educa Mais Brasil*, *Rap Nacional*, *Centro de Cultura Negra — Negro Cosme* e *Globo Rural*. Também da *Assessoria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*, *Centro Cultural Vale Maranhão*, *Assessoria da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)*, *Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão* e *UOL*. Desse total de material de autoria própria dos jornais, *O Estado* contou apenas com uma reprodução de material alheio em seu quantitativo, todas as oito matérias restantes, captadas do impresso, eram produções próprias do periódico. Logo, a prática de reprodução na íntegra é bem mais frequente no site, até por conta da superioridade em seu volume.

Por conta dessa grande quantidade de reproduções, há uma influência direta nos resultados da abrangência do material, pois 50 (53,19%) são de **abrangência do Maranhão**, como por exemplo uma notícia intitulada “Dia da Consciência Negra é lembrada em São

Luís” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2018). O texto, além de apresentar um pouco da história e importância da data, que pela primeira vez naquele ano seria comemorado como feriado no estado, a notícia fala da programação para o dia, sobre o funcionamento comercial e dos serviços públicos. Por seguinte, 44 (46,80%) textos dizem respeito a pautas de **outros estados** ou eram de **abrangência nacional**, que é o caso do “Negros têm o que comemorar, apesar da desigualdade, diz ministro” (*Imirante*, 20/11/2009, reprodução da *Agência Brasil*). O texto de abrangência nacional destaca a necessidade de se comemorar a data, explicitando as conquistas da população negra do Brasil pelo até então ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, mas ressaltando a importância da continuidade da luta desse grupo que ainda passa por diversas dificuldades no país.

Figura 8 — Proporções da quantidade das matérias divididas por origem e abrangências entre os veículos



Fonte: Autoria própria, 2022

O *Imirante* tem como slogan “O Portal do Maranhão” e, como já citado anteriormente na seção sobre a história do site, o portal nasceu com o propósito de ser uma plataforma de notícias locais. Contudo, quando se olha para as proporções da abrangência, as notícias do Maranhão relacionadas ao Dia da Consciência Negra são colocadas quase no mesmo nível de

importância das de abrangência nacional. Nessa divisão, do site, 43 matérias eram de abrangência do Maranhão e 42 de abrangência nacional. Já do impresso, que tem como slogan “Você conectado com a notícia”, sete matérias são de abrangência do Maranhão e duas são nacionais. No *Imirante*, como mostra o gráfico de distribuição de autorias e reproduções, percebe-se também que as reproduções são até mesmo superiores em quantidade e, quando se olha para a abrangência, as locais e nacionais possuem uma pequena diferença no quantitativo.

Um ponto a se destacar em meio a constatação da incidência significativa das reproduções de matérias de outros veículos é a pouca importância relacionada a data. Tal disparidade confirma uma das hipóteses postas inicialmente: a que ambos os jornais preterem o Dia da Consciência Negra comparado as datas de cunho comercial. Compreende-se que há pouco interesse voltado ao dia, pois a apuração de material autoral demanda tempo dos profissionais, sendo, por sua vez, a possibilidade de tempo uma questão que deve ser aportada pelo próprio veículo. Para complementar a noção do trabalho imposto pelo procedimento de apuração, Ziller e Teixeira (2018, p. 41) definem esse momento como o “mais privilegiado e complexo na composição de uma narrativa jornalística”, pois é caracterizado por ser “um movimento de idas e vindas, de escolhas e decisões” (ROCHA E NORONHA, 2016, p. 183). Não há interesse, prioridade ou angariam-se grandes esforços ao longo dos anos sobre o tema no processo produtivo. A impressão que se obtém, através das observações feitas, é de o espaço ser disponibilizado apenas como forma de demarcação da data nas páginas dos jornais.

O fato de os jornais terem quase metade do material de abrangência nacional ou de outras localidades do país também é um coeficiente que reforça o desinteresse na data. Mathien (2004, apud Dornelles, 2012) destaca algumas funções que uma imprensa regional desempenha, que resumimos aqui em: ligação, identificação e proximidade. Dessa forma, uma notícia construída do ponto de vista local é uma maneira de estabelecer um elo com a comunidade e, também, explicar a realidade a partir dos elementos que compõem a vida das pessoas que vão consumir as informações. Quando não há esse diálogo, a abordagem parece distante, como se não houvesse elementos para serem abordados no sentido regional.

Há de se discutir, mediante ao desinteresse comprovado com base no quantitativo de conteúdo, que se deixa de abordar sobre aspectos do próprio estado do Maranhão no que diz respeito a população negra e história desse grupo.

Um ponto mapeado durante a coleta e catalogação dos dados é sobre os créditos das matérias, que na sua maioria não trazem o nome do repórter que escreveu aquele conteúdo.

Entre as 94 matérias consideradas para o *corpus* da investigação, englobando autorias próprias e reproduções, apenas 74 textos trazem o nome do profissional responsável por ter produzido aquele texto. Isso configura que em apenas 78,72% de todo o material produzido durante o tempo da análise disposta neste trabalho os jornalistas são creditados como autores de suas produções. Tendo em vista essa observação, podemos conferir haver um considerável apagamento do próprio jornalista, que não levou sua assinatura naquilo que fez.

Sobre o formato dessas matérias do gênero informativo, 61 são **notícias** (64,89%), 22 são **notas** (23,40%) e 11 são **reportagens** (11,70%). Destrinchando as notícias, 32 delas são reproduções que o *Imirante* realizou de outros sites, apenas 26 notícias são de autoria própria do portal e *O Estado* aparece com três notícias de autoria própria. Das notas, 13 são de autoria própria do Imirante, seis são reproduções feitas pelo portal e três notas são de autoria própria do impresso. As reportagens dividem-se em seis reproduções do *Imirante* e uma de *O Estado*, com apenas duas sendo de autoria própria do site e duas também do periódico.

A escolha dos formatos para o desenvolvimento das matérias também valida os dois achados anteriores, que dizem respeito à apuração e crédito. As notas informativas são textos passageiro, sem aprofundamento. De acordo com Nishiyama e Fante (2019), a nota tem como característica principal a rapidez em informar. Agregado a isso, é um formato urgente, mais comum no rádio e na televisão, por conta do imediatismo que ambos os meios possuem, pois as notas correspondem “ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66). Estar presente no impresso e no portal, que possuem possibilidades para uma apuração mais elaborada, apesar da rapidez imposta pela web no caso do site, a incidência significativa de notas aponta para o desinteresse no aprofundamento, com isso, mostrando que o aparecimento da data é mais uma assinalação de sua existência.

Ainda quando observamos os dados expostos sobre o formato das matérias, conferimos que os aprofundamentos foram pouco recorrentes ao longo desses 19 anos, pois as reportagens são minoria dentro da amostra de dados captados. Durante o tempo da pesquisa, as ocorrências de reportagens coletadas se espalham de 2008 a 2021. Desse primeiro ano com registro, uma reportagem é catalogada por ano, com exceção de 2013 e 2017, sendo duas registradas só em 2021. Dessa forma, esse tipo de texto está concentrado entre uma linha do tempo de 13 anos. A reportagem é um tipo de texto jornalístico que demanda um esforço mais elaborado em comparação à notícia, pois, em essência, pede que haja uma investigação mais aprofundada por parte de quem a realiza. Gonçalves e Santos (2014) relacionam o nascimento da reportagem com o contexto de uma realidade mais complexa, de uma sociedade que

necessita cada vez mais de explicações do mundo que a cerca. A reportagem se configura como um local para “expor causas e consequências de um acontecimento, para o contextualizar, interpretar e aprofundar, num estilo vivo, que aproxime o leitor do acontecimento, que imirja o leitor na história” (SOUSA, 2004, p. 97).

Há de se levar em consideração que a produção de reportagens a respeito do Dia da Consciência Negra e sobre as questões que envolvem a data possa se apresentar como uma alternativa para elucidar, informar sobre os temas de maneira mais sólida e, também, servir como uma forma de educar a sociedade. De acordo com o estudo encomendado pela revista *Veja* ao Instituto Paraná Pesquisas em 2020, 61% dos brasileiros pensam que o Brasil é um país racista, enquanto 34% negam que o problema exista. Já a pesquisa do PoderData, feita em parceria com o Grupo Bandeirantes também em 2020, obteve resposta positiva de 34% dos entrevistados ao serem questionados se possuíam preconceito contra pessoas negras. A admissão do preconceito ocorreu nessa porcentagem entre 2.500 pessoas entrevistadas, em 501 municípios.

A negação do racismo entre os brasileiros nos faz refletir sobre a existência de um grande desconhecimento da realidade do país, assim como também acende um alerta da propensão do sujeito a admitir com facilidade seu próprio preconceito de raça, mesmo em tempos atuais. Dessa maneira, os meios de comunicação deveriam se constituir como um dispositivo elucidativo sobre essas questões, trazendo para o debate temas como esses.

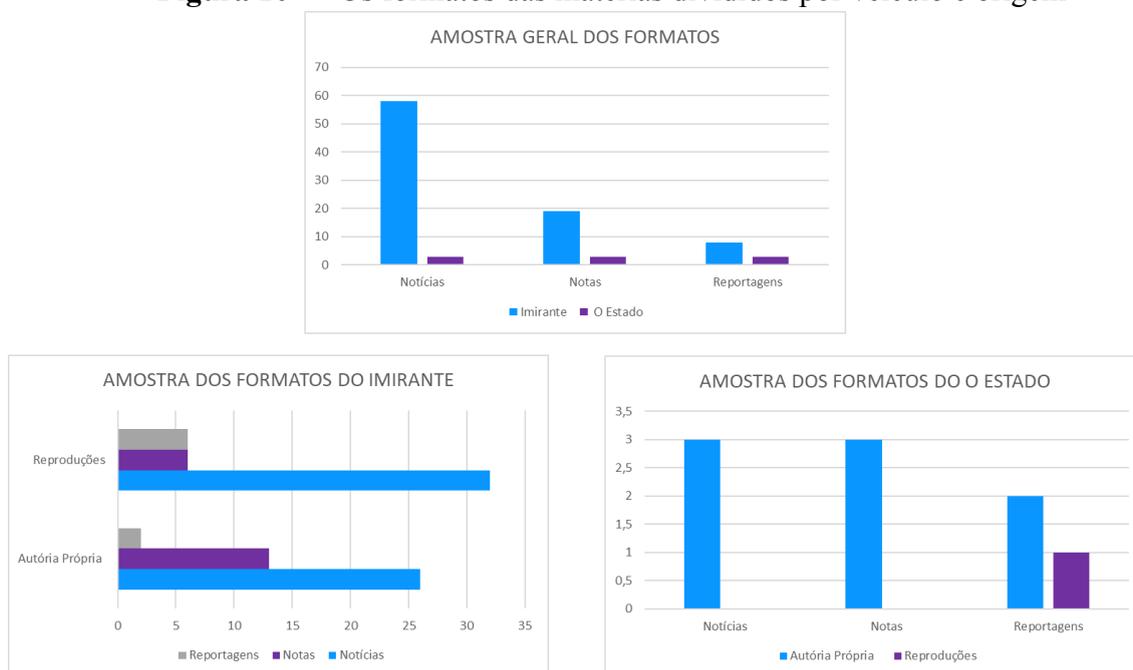
Entre as reportagens coletadas no levantamento de dados, das que dizem respeito às produções autorais, juntando o quantitativo dos dois veículos, estão quatro reportagens durante o período de 2002 a 2021. As reportagens “Programação celebra o 'Dia da Consciência Negra' no Maranhão” (*Imirante* 20/11/2012) e “Dia da Consciência Negra é lembrado em São Luís” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2012) trazem esse teor educativo por trás do formato, já comentado anteriormente. Ambos os textos trazem um apanhado histórico da data, comentam sobre as transformações da celebração do dia, do contexto maranhense e do que ela representa, colocando como pano de fundo a programação de eventos comemorativos na capital São Luís.

Figura 9 — Matéria publicada no O Estado do Maranhão sobre a questão do racismo como crime no estado e a falta de punição judicial aplicada



O texto “Racismo é muito praticado, mas pouco punido no Maranhão” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2015) coloca como gancho a ocorrência de um crime de racismo notificado na capital. A reportagem traz as questões jurídicas, as problemáticas a respeito da impunidade do crime no Maranhão e Brasil, assim como também as questões educacionais apontadas como caminho para a mudança deste cenário. Já em “Consciência Negra: arquiteta e empreendedor de São Luís relatam conquistas e como enfrentam o racismo” (*Imirante*, 20/11/2021) profissionais negros comentam sobre o preconceito existente e todas as problemáticas que enfrentam na sociedade. A reportagem traz o ponto de vista dessas pessoas que são colocadas como protagonistas dentro da narrativa, passando em primeira mão suas vivências.

Figura 10 — Os formatos das matérias divididos por veículo e origem



Fonte: Autoria própria, 2022

Sobre os temas, foram identificados 56 de **variedades e cultura**, 24 referentes a **movimentos sociais e minorias**, nove sobre **educação**, duas de **polícia e segurança pública**, uma de **saúde** e a categoria **outro** aparece com duas matérias. As categorias temáticas **esporte**, **infraestrutura**, **meio ambiente**, **acidentes e tragédias** e **política** não tiveram ocorrências.

O tema **variedades e cultura** se destaca por conta do aspecto sobre a quantidade considerável de notícias de eventos e manifestações culturais relacionadas ao Dia da Consciência Negra. Como exemplos dessa situação, temos as notícias “Semana Municipal da Consciência Negra começa terça-feira (11)” (*Imirante*, 07/11/2013) e “Jovens rappers levantam os punhos contra o racismo” (*Imirante*, 20/11/2020, reprodução do *Rap Nacional*). O primeiro texto foca sobre os dias e programação de um evento escolar relacionado à data e o segundo aborda o lançamento musical na data, relacionado às questões raciais e a discriminação existente na sociedade.

Tais constatações mostram que do ponto de vista editorial, a data entra como um roteiro das celebrações efetuadas no dia, relacionadas a comemoração. É uma cobertura que marca a passagem do Dia da Consciência Negra, mas, que de fato, não aborda com maiores níveis de discussões e aprofundamentos.

A segunda categoria com mais incidência, no tema **movimentos sociais e minorias**, destacam-se as matérias que alertam para as adversidades envolta das questões raciais e problematizam o tema, como “Brasil vive retrocesso, diz senadora no Dia da Consciência Negra” (*Imirante*, 20/11/2014, reprodução *Agência Brasil*) e “Crianças negras ainda são preteridas por famílias candidatas à adoção” (*Imirante*, 20/11/2011, reprodução *Agência Brasil*). Abarca também mobilizações referentes ao dia na busca de visibilidade, como “Manifestantes realizam protestos contra Bolsonaro pelo Dia da Consciência Negra” (*Imirante*, 20/11/2021), que decorre sobre uma caminhada mobilizada contra o presidente e contra o racismo. Contudo, também há abordagens positivas, a exemplo disso, o texto “Cultura negra está mais valorizada, diz líder do CCNC Negro Cosme” (*Imirante*, 14/11/2014).

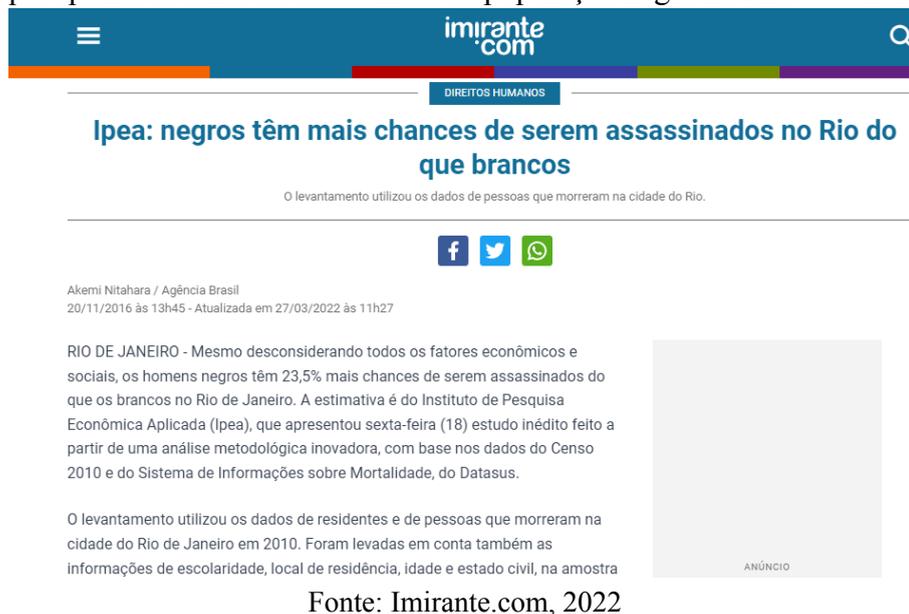
Há de se destacar que se confere pouca criticidade na abordagem feita no material pertencente ao que se enquadram no tema **movimentos sociais e minorias**, principalmente nas matérias autorais dos veículos. No que lhe concerne, não se confere uma proposta de aprofundamento na temática para o Maranhão, ainda mais diante de todos os dados sobre a população negra existente no território e entre outras questões que poderiam servir de pano de fundo para o convocar discussões.

Apesar de ter pouca incidência, as matérias que competem ao tema **educação** trazem alguma problematização mais reforçada sobre o dia em três incidências, entre as nove matérias que se encaixam no tema. A maioria dos conteúdos captados nessa categoria noticiam eventos a serem realizados ou projetos promovidos, no âmbito educacional. Mas as três matérias em questão, já supracitadas, abordam o cenário dos índices entre a população negra inserida na escola e no ensino superior. Dois paralelos interessantes podem ser expostos, como é o caso do texto “Percentual de jovens negros no ensino médio sobe em 2013” (*Imirante*, 20/11/2015, reprodução *Agência Brasil*) e matéria “Jovens pretos/pardos são maioria entre os que estão sem estudar e sem ocupação” (*Imirante*, 20/11/2020, reprodução *Agência IBGE*). Na primeira questão, são colocados os percentuais de crescimento dos jovens autodeclarados pretos e pardos no Brasil, que estavam no ensino médio, esmiuçando os dados referentes aos anos anteriores, nos quais foi feito o levantamento em questão do IBGE. Tal situação detalha uma problematização positiva, já que confere o crescimento do acesso dessa população. Porém, cinco anos depois, o segundo texto aborda um cenário contrário, específico ao Maranhão, no qual expõe os dados do abandono dos estudos predominantes nessa população, assim como relaciona com os índices de ocupação. São dois exemplos

complementares, que mostram a progressão de um cenário educacional, por mais que o primeiro esteja focado no Brasil como um todo e o segundo se concentre em trazer as taxas maranhenses. Já quando olhamos para o terceiro exemplo que realiza uma problematização relacionada ao tema, a matéria "Consciência negra: “desafio qualquer um a provar que meu conhecimento é reduzido”" (*Imirante*, 20/11/2019, reprodução *Educa Mais Brasil*) fala sobre a política de cotas no Brasil, o acesso dos negros a uma graduação e o contexto das políticas públicas, com a apresentação de dados perante à população negra.

Nas duas captações da categoria **polícia e segurança pública**, ambas foram publicadas na data, mas estão focados em outros lugares do Brasil. A primeira, “Ipea: negros têm mais chances de serem assassinados no Rio que Brancos” (*Imirante*, 20/11/2016, reprodução *Agência Brasil*), traz a maior probabilidade de morte entre homens negros, porém, os dados compilados no texto dizem respeito a cidade do Rio de Janeiro. Durante o período da captação, não se confere pautado esse tipo de levantamento focado no Maranhão, que contém taxas significativas nesse sentido. Um dos exemplos é que de acordo com o Atlas da Violência, feito pelos Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou-se que em 2017 mais de 91% dos assassinados no Maranhão eram negros. Na segunda matéria, também vemos o mesmo ocorrer com a denúncia de um crime de racismo, com a repercussão de um caso que ocorreu em pleno dia de celebração da data, que é a notícia “No Dia da Consciência Negra, professor é chamado de "macaco" e agredido fisicamente” (*Imirante*, 20/11/2019, reprodução *GI*). O caso ocorreu em São Paulo, com um professor universitário. Não se afirma com isso que tais enfoques não tenham sido abordados pelos dois veículos direcionados ao Maranhão, mas, que se abordados durante o período da coleta de dados, não foram de uma forma relacionada ao Dia da Consciência Negra ou lembrado em matérias ligadas à data, com um destaque rememorativo sobre a celebração.

Figura 11 — Texto reproduzido na íntegra do site Agência de Notícias sobre uma pesquisa que aponta as taxas de assassinato da população negra no Rio de Janeiro

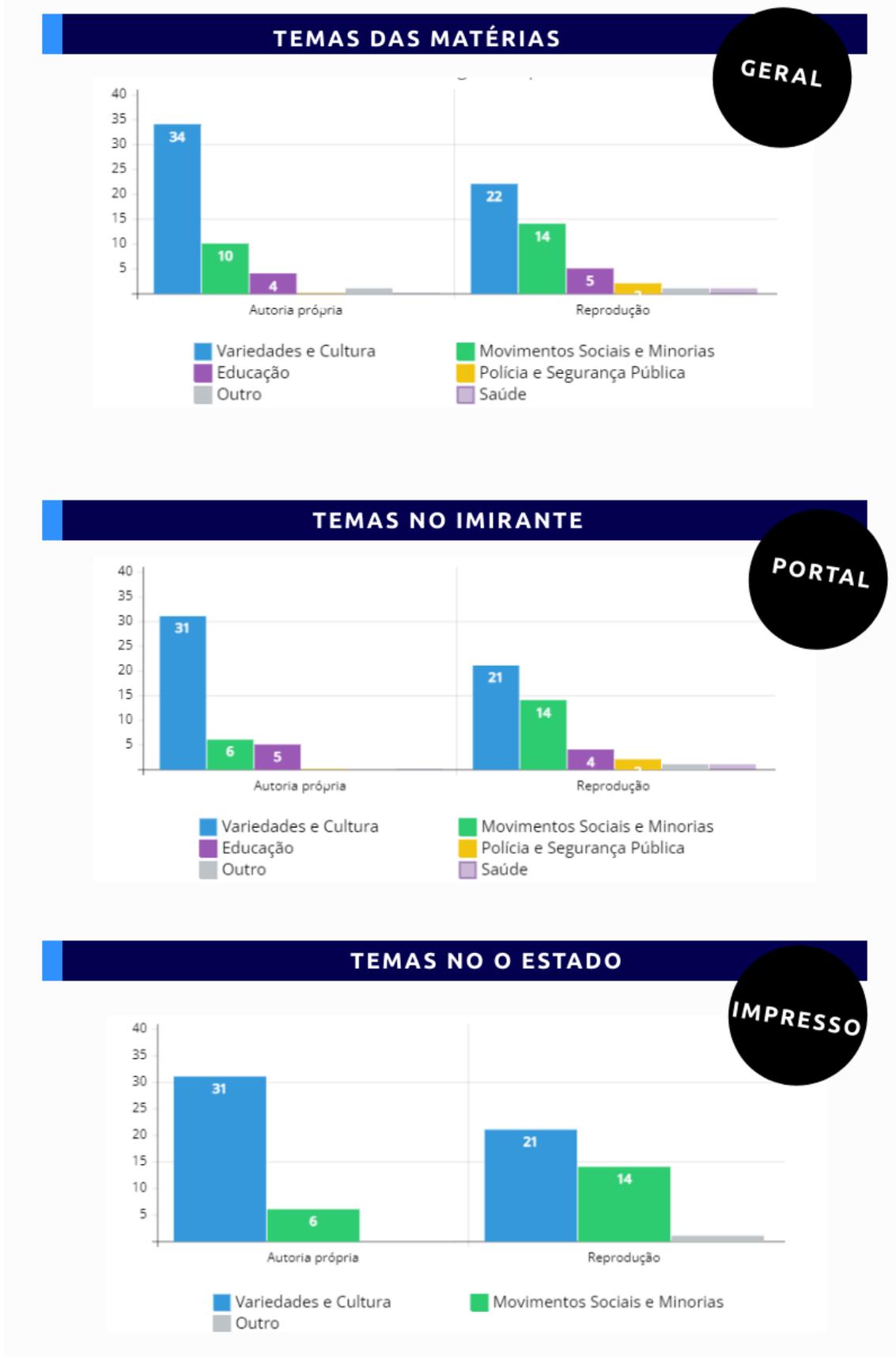


The image shows a screenshot of a news article from the website Imirante.com. The article is titled "Ipea: negros têm mais chances de serem assassinados no Rio do que brancos" and is categorized under "DIREITOS HUMANOS". The text of the article states that a study by Ipea found that Black men in Rio de Janeiro have a 23.5% higher chance of being murdered compared to white men. The study is based on data from the 2010 Census and the Mortality Information System. The article is dated 20/11/2016 and was updated on 27/03/2022. The source is cited as "Fonte: Imirante.com, 2022".

A única ocorrência da **saúde** é o texto “Política de Saúde da população negra vive momento crítico” (*Imirante*, 09/11/2014, reprodução *Agência Brasil*) fala sobre a situação das políticas públicas de saúde voltadas para esse grupo, aponta problemáticas e cenários, de acordo com uma especialista no tema. Por ser uma reprodução, o recorte da matéria traz um contexto nacional, sem nenhum tipo de enfoque no Estado ou situações mais próximas do local.

Para encerrar no que tange os temas, a categoria **outro** surge com dois materiais sobre a anulação das leis que tornaram o Dia da Consciência Negra feriado no Maranhão. A primeira notícia é a “Justiça julga inconstitucional a Lei Municipal que instituiu Dia da Consciência Negra” (*Imirante*, 28/08/2014, reprodução *TJ-MA*), que pontua a anulação da lei municipal em São Luís. Já a "Dia da Consciência Negra não é mais feriado no Maranhão" (*O Estado do Maranhão*, 19/11/2019) trata da anulação da lei do feriado em âmbito estadual. Há de se destacar também a falta de matérias que se enfoquem no que significa o estabelecimento ou não da data como um feriado, com mais aprofundamentos de pontos que mostram nuances envolvidas das decisões judiciais e toda a carga histórica/cultural remetida na celebração.

Figura 12 — Os temas das matérias apresentados de maneira geral e específicos por veículos



Fonte: Autoria própria, 2022

A partir da exposição nesse tópico dos dados gerais captados, buscamos primeiramente apresentar o panorama das notícias, reportagens, notas e outros textos sobre o Dia da Consciência Negra. Esse primeiro caminho de apresentação das matérias possibilitou compreender a maneira que o *Imirante.com* e *O Estado do Maranhão* realizaram a cobertura sobre a celebração, confirmando, por sua vez, que pouca atenção é direcionada ao dia. A quantidade do *corpus* total mostra a demarcação do tema em pequena proporção durante praticamente 20 anos e quando observamos que metade do material é uma reprodução na íntegra do que outros veículos publicam, é reforçada a hipótese de que o aparecimento do assunto se configura como uma espécie de menos importância dentro da prática executada pelos veículos.

A data é abordada, porém com bem menos frequência quando paramos para refletir sobre outras datas comemorativas de cunho comercial. Desse modo, existe pouca preocupação com a produção de matérias autorais, que implicam na realização de uma apuração e, também, conferimos haver pouco aprofundamento e falta de discussões por meio da elaboração de matérias com um maior teor de problematização.

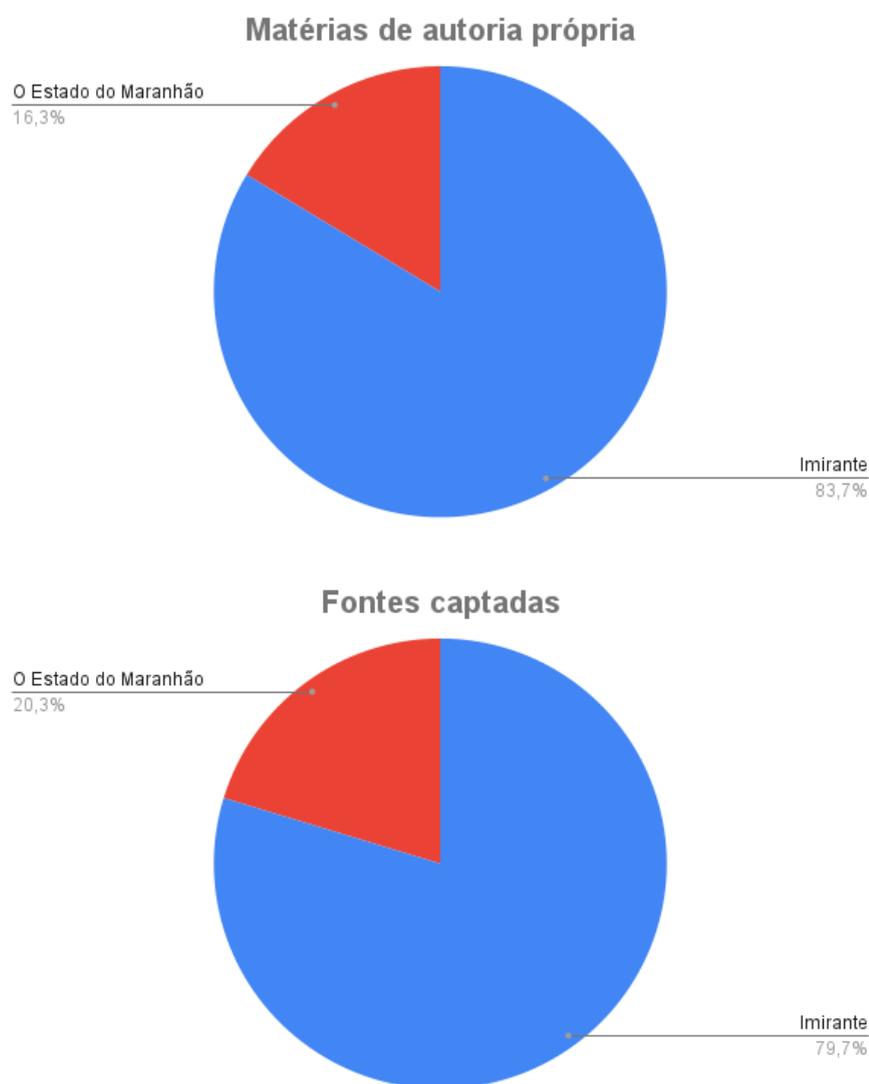
4.2 O espaço destinado às fontes relacionadas ao Dia da Consciência Negra

Como foi possível observar no tópico anterior, entre o material coletado há uma incidência considerável de matérias reproduzidas na íntegra de outros veículos e sites. Para a análise aprofundada das fontes jornalísticas, assim como das figuras acionadas e vozes evidenciadas no que diz respeito às questões raciais na data, optou-se por considerar as matérias autorais do *Imirante* e *O Estado*. Além disso, consideramos fontes jornalísticas para essa análise tudo aquilo que provém de um acionamento próprio dos dois veículos, sejam pessoas, órgãos, documentos e/ou outros veículos de comunicação. Logo, não consideramos as matérias reproduzidas na íntegra de outros meios, pois se trata apenas de uma reprodução creditada, que não angariaram grandes esforços dentro da rotina produtiva do *Imirante* e *O Estado*.

Tendo em vista tal cenário descrito no parágrafo acima, temos para essa análise mais acurada um universo de 49 matérias de autoria própria dos jornais. Os textos dividem-se em 41 publicadas no *Imirante* e oito no *O Estado*, as quais foram captadas as fontes acionadas, que se configuram em 69 fontes levantadas a partir da inspeção dos produtos jornalísticos.

Dessas, 14 fontes são de acionamentos no *O Estado do Maranhão* e as outras 55 fontes são de acionamentos do *Imirante*.

Figura 13 — Gráficos com a distribuição das matérias autorais e fontes captadas nos veículos



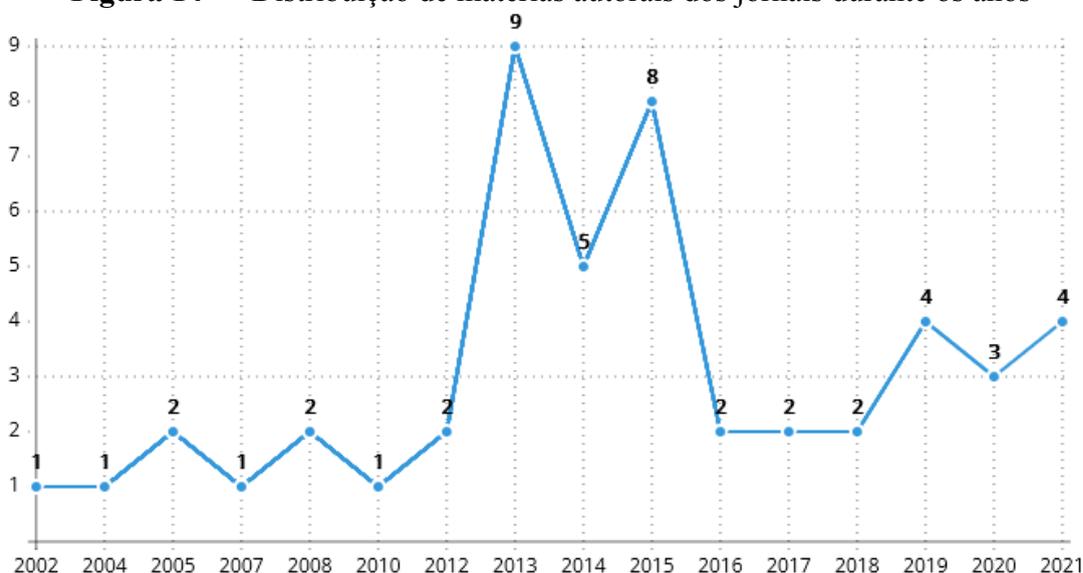
Fonte: Autoria própria, 2022

Antes de nos debruçarmos nessas fontes, teceremos algumas observações sobre o universo considerado para o aprofundamento do estudo.

Em contrapartida aos dados gerais, que dão conta de 19 anos com publicações, ao olharmos apenas para aquilo que os jornais produziram, eles pautam o Dia da Consciência Negra e as questões raciais publicadas no dia 20 de novembro, em apenas 16 anos entre 2002 e 2021. Para fins de reorganizar o período do universo de maneira crescente, com apenas a descrição das matérias de autoria própria, o ano de 2002 inicia com uma matéria, 2004 segue

com uma também e em 2005 passam para duas matérias. Em 2007 há uma, em 2008 duas, 2010 volta com uma e em 2012 temos uma também. Até esse período, as matérias ficam alternando com uma média entre uma e duas matérias publicadas por ano. Mas um salto significativo ocorreu em 2013, com nove matérias produzidas, mesmo ano que a data passou a ser feriado no Maranhão. Por seguinte, são cinco em 2014 e oito em 2015. Nos anos seguintes, que são 2016, 2017 e 2018, foram publicadas duas matérias em cada desses anos. Já em 2019 foram identificadas quatro matérias e em 2020 são três textos. E, para finalizar, 2021 apresentou quatro matérias. No gráfico na figura abaixo podemos observar a linha de publicações durante esses 16 anos de matérias autorais.

Figura 14 — Distribuição de matérias autorais dos jornais durante os anos



Fonte: Autoria própria, 2022

Os movimentos sociais e a mobilização feita por grupos minoritários teriam, a priori, uma necessidade de serem pautados pela mídia, com um enfoque que garanta a visibilidade de suas atividades e, assim, fornecerem uma possibilidade de maior destaque sobre suas ações dentro da sociedade. Buscam repercutir as movimentações nas quais angariam esforços, chamando a atenção e, também, a compreensão, perante suas causas. É a partir dessas ações de visibilidade, em partes feitas através dos meios de comunicação, que colocam em discussão os mais diversos assuntos que englobam aquilo que precisa ser dialogado com os atores sociais sobre suas reivindicações.

Pinto *et. al* (2015, p. 04) entendem que essa visibilidade como uma forma dos movimentos sociais terem a legitimidade institucional que procuram. Para os autores, além de

mobilizar e colocar em evidência seus atos, justificam suas ações e aportam a atuação que realizam. Tendo isso em vista, quando olhamos para o teor das matérias de autoria própria, que é da onde surgem nossas fontes analisadas, conferimos que dentro de ambos os veículos essas pautas, em sua maioria, não são aprofundadas nas questões que envolvem as reivindicações do movimento negro e todo o teor de luta social atrelado no Dia da Consciência Negra.

Há uma predominância de matérias que se focam em noticiar eventos, com ocorrências focadas em programação, celebração, exposição, atividade, homenagem e afins relacionados a data, principalmente no contexto escolar. É uma média de 40 textos publicados que dão conta desse aspecto de relatar o início, decorrer ou encerramento de eventos, o que nos fornece a noção de que o Dia da Consciência é pautado pelos veículos, de forma espontânea e autoral, sem muito aprofundamento, com o simples objetivo de dar visibilidade a atos pontuais. Existe um padrão na forma que o assunto aparece, como é possível conferir a partir dos seguintes quatro materiais: “Consciência Negra é tema de palestra virtual amanhã” (*Imirante*, 19/11/2007); “Semana da Consciência Negra de Imperatriz será aberta hoje à noite” (*Imirante*, 16/11/2010); “Dia da Consciência Negra será marcado por vasta programação” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2015); e “Dia da Consciência Negra é lembrado em São Luís” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2018).

Das que trazem problematizações durante os 16 anos, há somente uma ocorrência de protesto, como já citada anteriormente, que foi uma manifestação realizada no dia 20 de novembro de 2021, contra Jair Bolsonaro e contra o racismo na capital São Luís. Nessa matéria em questão, não há nenhuma ocorrência de fontes jornalísticas acionadas, o realizador do produto jornalístico apenas descreve o ato, sem elencar a organização, participantes ou qualquer outra instituição por trás do evento. Só se sabe do local, o nome da manifestação, o dia e o objetivo do ocorrido.

Em contrapartida, textos mais aprofundados e problematizando a questão aparecem em baixa incidência. Também para ilustrar, conferem-se os seguintes exemplos. O primeiro é o “Cultura negra está mais valorizada, diz líder do CCNC Negro Cosme” (*Imirante*, 14/11/2014), com os relatos da representante maior do Centro de Cultura Negra Negro Cosme (CCN-NC). A entrevistada relata sobre as ações do órgão no combate ao racismo e de que isso tem surtido efeito na população de Imperatriz. O texto elenca alguns dados, relacionando à atividade do Centro com o Dia da Consciência Negra, com a explanação do movimento de valorização da cultura e dos elementos que englobam a data. O único texto realmente com

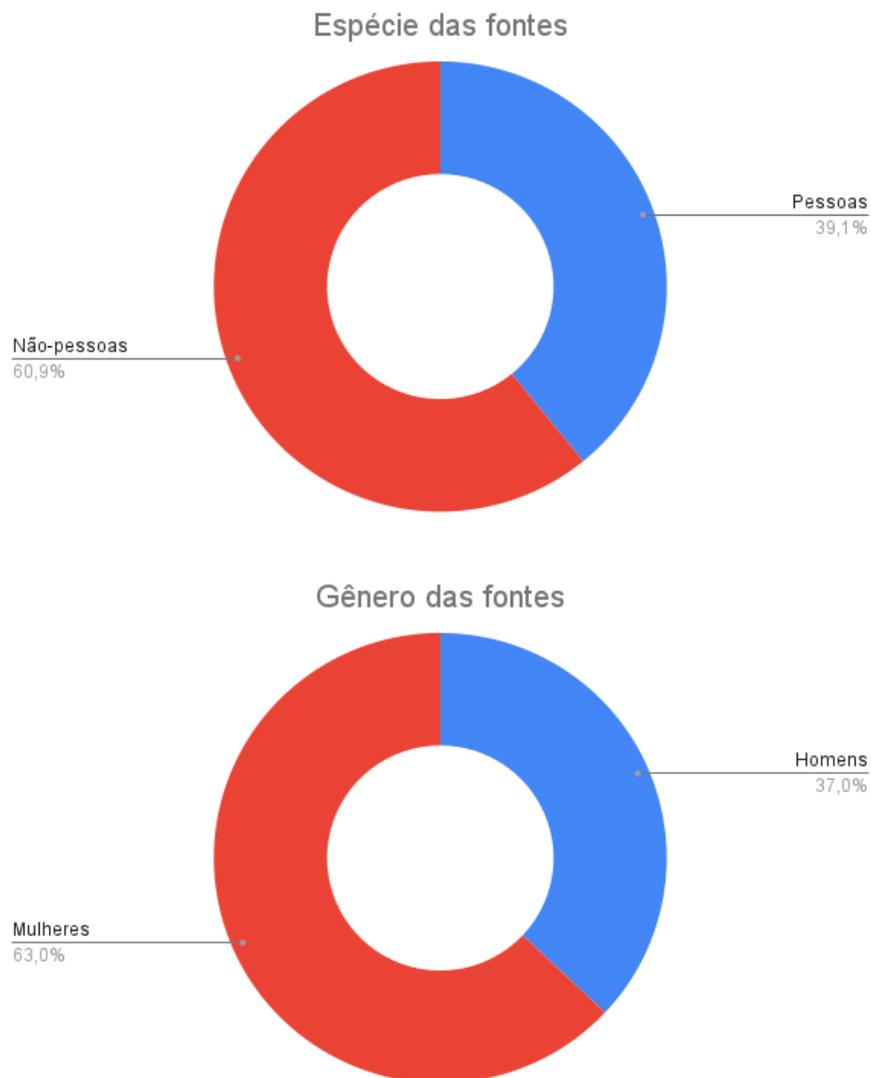
gancho principal em explicar a data é o “Consciência negra: entenda o significado desta data” (*Imirante*, (20/11/2017), que traz a origem da celebração e o objetivo dela, além de listar os Estados que possuem o dia como feriado. Uma ocorrência de aprofundamento a partir de personagens ocorre na reportagem “Consciência Negra: arquiteta e empreendedor de São Luís relatam conquistas e como enfrentam o racismo” (*Imirante*, 20/11/2021), com foco na vivência de duas pessoas negras, sobre suas histórias de vida e todo o contexto racial onde estão inseridas.

Por seguinte, o panorama dos achados das fontes nos traz percepções importantes sobre a relação fontes jornalísticas e a cobertura do Dia da Consciência Negra. Foram 69 fontes contabilizadas no total de matérias da produção autoral dos jornais. Tais acionamentos dividem-se em 27 ocorrência de pessoas (39,13%), categoria composta por sujeitos humanos, e 42 fontes de não-pessoas (60,86%), composta por instituições, órgãos, coletivos e diversas outras fontes que não são seres humanos, mas que fornecem informações — estão também enquadradas as fontes de uso documental e as empresariais, que no levantamento são todas não-pessoas. Podemos observar o fato de os veículos trazerem um número superior de não-pessoas como fontes, realidade que podemos elencar com a predominância de matéria que noticiam eventos ou produções colocadas superficialmente, assim como podemos relacionar a uma falta de humanização do conteúdo a partir do relato de fontes personagens, como será possível checar mais adiante.

Confere-se sobre a identidade dessas fontes recorridas, se são identificadas ou sigilosas. Todas as fontes contabilizadas nessa categorização de dados foram devidamente identificadas, sejam as pessoas ou não-pessoas. Podemos interligar essa questão com o fato de não termos uma incidência significativa de matérias que realizem uma problematização ou aprofundamento. Nesse caso, as fontes que se mantiveram anônimas poderiam surgir em contrapontos e até mesmo em denúncias, nessas abordagens problematizadores, que, no caso, não se fazem presente de maneira expressiva.

Na categoria que recolhe o sexo ou identidade de gênero das fontes, entre todas aquelas consideradas pessoas, foi possível identificar esse elemento e, assim, serem enquadradas em uma das opções da categoria. Dessa forma, há a ocorrência de 17 vezes em que mulheres (24,63%) foram fontes, em contrapartida, contabilizou-se dez vezes em que homens foram recorridos como fontes (14,49%). Como há um quantitativo considerável de fontes não-pessoas, são 59,42% que não puderam ser enquadradas em nenhum tipo de sexo ou identidade de gênero.

Figura 15 — Gráficos com a divisão das fontes acionadas por espécie e gênero



Fonte: Autoria própria, 2022

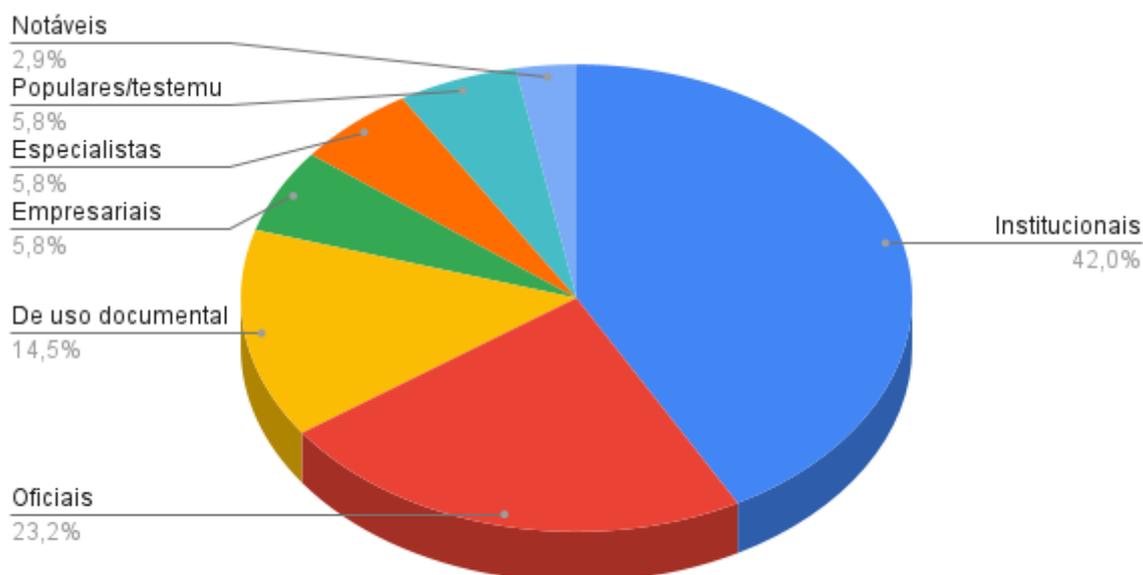
Vale destacar que preferivelmente utiliza-se o termo “ocorrência” para a presença ou quantidade relacionadas as categorias e incidências entre as fontes, pois as fontes, independente da espécie delas, se repetem ao longo desses 16 anos.

A soberania de fontes mulheres acionadas chama atenção, quando se leva em conta o contexto da desigualdade de gênero e a pouca representatividade em algumas esferas. Mesmo em veículos segmentados, confirma-se um protagonismo dos homens e uma invisibilidade das mulheres como fontes, é o que conclui a pesquisa de Rocha e Woitowicz (2013), que fazem um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas, focando-se nas notícias que ganharam destaque nas capas.

As mulheres que aparecem como fontes estão em sua maioria nos cargos de chefia nas instituições ou setores em órgãos oficiais. Para entender melhor o local das fontes mulheres, abordaremos mais adiante o cruzamento entre sexo ou identidade de gênero com o tipo de fonte, assim como também a questão da raça, em saber como tal aspecto se manifesta. Antes disso, iremos conferir a questão que concerne ao tipo de fonte de maneira ampla, antes de entrarmos nesse critério e desmembrarmos sobre as fontes.

Dentre o que foi estipulado na classificação da categoria do tipo, são 29 institucionais (42,02%); 16 oficiais (23,18%); dez de uso documental (14,49%); quatro empresariais (5,79%); quatro especialistas (5,79%); quatro populares/testemunhas (5,79%). Por último, há duas fontes notáveis, representando apenas 2,89% de fontes no material. Nota-se uma dominância das fontes institucionais, que representam organizações sem fins lucrativos, como é caso dos Centros de Cultura Negra, projetos sociais, iniciativas culturais, *etc.*, assim como também das oficiais, ligadas ao governo, como coordenações, departamentos e entre outros cargos na governança.

Figura 16 — Gráfico que demonstra o quantitativo a classificação das fontes jornalísticas



Fonte: Autoria própria, 2022

Signal (1973, *apud* BARONE, 2016) divide as fontes de acordo com seus surgimentos e com base na aplicação do esforço para elas aparecerem. O autor formula três tipos de canais informativos: os de rotina, com acontecimentos oficiais ou *releases*; os informativos,

provenientes de associações da sociedade civil, e os de iniciativa própria do jornalista. Ainda é possível conferir o impacto que as fontes organizadas possuem dentro da estrutura da notícia, como Signal (1973 *apud* BARONE, 2016) conferiu em um levantamento que fez sobre as fontes utilizadas nas reportagens das capas dos jornais estadunidenses *The Washington Post* e *New York Times*. Apesar de o autor ter constatado que as fontes do governo eram fontes primárias em 80% do material, fontes essas coletadas a partir dos canais de rotina, podemos conectar com a sobreposição das fontes institucionais, que partem de uma sobrepujança dos acontecimentos oficiais. “As rotinas organizacionais e políticas burocráticas têm um impacto significativo na estrutura da seleção das notícias e na forma do conteúdo noticioso” (SIGAL, 1973, p. 173, *apud* BARONE, 2016, p. 37 – 38).

Em diante, desmembrando o que compete aos elementos dentro de cada tipo de fonte, nas **institucionais**, a quantidade de fontes pessoas e não-pessoas possuem apenas uma diferença ínfima, com 14 e 15 respectivamente em seus quantitativos. Mas, ao olharmos para o sexo ou identidade de gênero ao destrinchar sobre elas na espécie pessoa, confere-se que as mulheres se sobrepõem, pois elas são 12 e os homens são apenas duas ocorrências.

Nas **oficiais**, elencamos três fontes pessoas, com dois homens e uma mulher, e a incidência de 13 fontes não-pessoas. Interessante levantar que as pessoas que representam os órgãos e estão a frente das autarquias não são acionadas diretamente para servirem como fontes em questões que poderiam envolver o Estado e o desenvolvimento de pautas mais elaboradas sobre questões raciais. Confere-se ainda o predomínio das não-pessoas nas tidas como **oficiais**, com baixa referência nessa categoria de indivíduos representantes dos órgãos e entidades ligadas ao Estado. Já as quatro fontes especialistas se dividem em dois homens e duas mulheres, assim como as quatro **populares/testemunhas** são três homens e uma mulher. Nisso, podemos conferir haver uma baixa existência da voz popular nessa questão envolta do Dia da Consciência Negra. Por último, são as duas notáveis, que são todas pessoas, com um homem e uma mulher.

Como Schmitz (2011, p. 62-63) elabora: “o jornalismo vale-se dos conflitos, diversidade de ideias, variedade de opiniões, multiplicidade de interesses e da complexidade das relações humanas”. Cada tipo de fonte concede a produção um nível de variedade de elementos distintos ou que se complementam entre si, dependendo da forma que são exploradas e utilizadas pelo agente responsável pelo material informativo. Tal diversidade e variedade de contrapontos não é conferida no que diz respeito ao *Imirante* e *O Estado*. Boa parte das matérias é sobre eventos, com as fontes institucionais acionadas para comentar a

respeito dessas ocasiões, assim como as fontes oficiais carecem de uma participação mais aprimorada de fato. Quando olhamos para a falta da voz do cidadão, percebe-se que não há um ampliamiento mais elaborado do debate para além das fontes organizadas da sociedade.

Coletar o nome e a profissão/função/ocupação dessas fontes auxiliou a registrar quando houvesse as repetições nas utilizadas para abordar o Dia da Consciência Negra. Tendo em vista tais categorias, há de se levar em consideração alguns dos achados obtidos. A fonte mais recorrida nesses 16 anos é a Doralice Mota, que aparece oito vezes, todas na condição de presidente do Centro de Cultura Negra Negro Cosme (CCN-NC), em Imperatriz (MA). O próprio CCN-NC, como órgão e fonte não-pessoa, que é uma instituição que luta pelos direitos da população negra e tem aspecto militante, aparece elencado como fonte cinco vezes. Importante lembrar que cada ocorrência se configura em uma matéria, então, no caso da presidenta foram oito matérias e na do Centro são cinco matérias.

Já o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA), que é de abrangência estadual, aparece como fonte uma vez, mas duas pessoas relacionadas ao órgão também foram acionadas em ocasiões distintas, que são a Lígia Santos, em *status* de coordenadora-geral do CCN, e a apenas assinalada como integrante Ana Amélia Bandeira, para falar das questões raciais no Maranhão. Quando se olha para esse destrinchamento, há uma preferência para se recorrer às pessoas ligadas às instituições e essas instituições de maneira geral. Ambos os órgãos concedem algum tipo de ligação entre eles, um tem atuação municipal e outro ao nível estadual. É possível afirmar que certo tipo de predominância decorre de alguns fatores relacionais: por conta da predominância de matérias que noticiam eventos relacionados à data, pois as duas instituições são organizadores de boa parte desses eventos, principalmente em Imperatriz, assim como também o grau de credibilidade atribuído. Dessa maneira, são órgãos de referência no que diz respeito à militância na luta de direitos e combate ao racismo em seus polos de atuação. Quando se olha para as matérias, é possível fazer essa ligação entre o tema, o acontecimento e as fontes recorridas para serem ouvidas, por conta do teor educacional do CCN e CCN.

O estreitamento das relações entre jornalista e fontes, ainda mais quando diz respeito às fontes organizadas e profissionalizadas, cria um maior nível de confiança e aumento da credibilidade. Se estabelece uma rotina de recorrência, já que as “pessoas com maior autoridade, essas que têm contatos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias” (TRAQUINA, 2016, p. 241). Além de uma relação estabelecida na rotina produtiva,

a tal recorrência também é reforçada pela questão do *deadline* e a necessidade de se otimizar o tempo nas redações no contexto de precarização.

Sobre a raça, ela não foi assinalada de forma direta nas matérias, tanto por parte de referenciar pelos veículos ou na própria fala da fonte. Como não há muitos personagens, contando suas histórias, como correu no caso da matéria “Consciência Negra: arquiteta e empreendedor de São Luís relatam conquistas e como enfrentam o racismo” (*Imirante*, 20/11/2021), essa identificação da raça ficou a cargo das fotos colocadas em algumas situações e por meio da percepção de que se faz através dos assuntos abordados com as fontes recorridas.

A pequena quantidade de fontes **populares/testemunhas** em meio a incidência maior das fontes **institucionais** e **oficiais** passa a compreensão da falta de busca por uma identificação com o público que consome o conteúdo informativo dos jornais. Trazer as vivências de maneira mais completa, com mais frequência, centralizando a população negra a partir das fontes comuns inseridas na sociedade, possibilita a tal proximidade com o público que os teóricos afirmam sobre a função da utilização das fontes pelos jornalistas. Onde está a voz do cidadão? Fica reservado à essas vozes da população surgirem em casos excepcionais.

No que se refere as fontes da categoria **populares/testemunhas**, há uma situação de um estudante que fala da sua participação em um evento comemorativo no Dia da Consciência Negra. Já as outras fontes são acionadas para comentar sobre suas vivências pessoais no contexto racial em que vivem, sendo uma das fontes uma vítima do crime de racismo. Sobre o estudante, na matéria “Dia da Consciência Negra é comemorado em Imperatriz” (*Imirante*, 20/11/2013), em sua declaração, ele traz brevemente um contraponto sobre o esteriótipo disseminado a respeito do continente africano e ressalta a importância de se conhecer um pouco mais sobre a história do local e do povo. E, de fato, é o que o próprio evento tem como proposta, a questão da valorização de toda a cultura e elementos por trás da celebração do dia.

Para mim é muito importante estar fazendo trabalhos sobre a cultura africana e afro-brasileira. Conhecemos um pouco sobre a África e é bem diferente do que as pessoas pensam. Tem suas riquezas não é só miséria, falta é investimento [sic] (ASPAS DE GABRIEL PIRES, DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA É COMEMORADO EM IMPERATRIZ, *IMIRANTE*, 20/11/2013)

A vivência do estudante diz respeito a essa situação do seu contato com a comemoração que coloca seu acionamento como um pequeno ponto de vista de alguém que esteve no local e comenta sobre sua experiência. Contudo, esse tipo de ocorrência é

excepcional, pois, por mais que haja uma abundância de material que pautar esses eventos escolares sobre a data, em praticamente no seu total, tirando o exemplo supracitado, as fontes presentes são indivíduos de instituições ou as próprias instituições que organizam os eventos. O contexto educacional é pouco explorado, os alunos, para quem esses momentos são mais voltados, praticamente não aparecem. Dessa maneira, se torna complicado observar qual impacto a prática teria nesse contexto de mudança que tanto se propõe.

Adiante, quando observamos as três fontes a comentar sobre suas vivências no contexto racial, presenciamos a questão de uma certa raridade do cenário. Para compreender melhor, basta analisar que as três fontes restantes, responsáveis por esse relato comum, o dito popular, são acionadas em circunstâncias de um enfrentamento do racismo, mas pouquíssimas vezes, como o quantitativo mostra, essas situações são exploradas para denúncias e alertas. Se no primeiro caso, na matéria “Racismo é muito praticado, mas pouco punido no Maranhão” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2015), a fonte popular é um declarante que foi vítima de um crime, sendo uma pessoa negra, e ressalta a necessidade do enfrentamento, do posicionamento contrário e, principalmente, do ato da queixa:

[...] Não podemos nos deixar intimidar. quantos casos acontecem por aí? mas as pessoas têm medo de denunciar. isso é um absurdo, em um país tão misturado [sic] (ASPAS DE ELISVALDO VIANA GOMES, RACISMO É MUITO PRATICADO, MAS POUCO PUNIDO NO MARANHÃO, O ESTADO DO MARANHÃO, 20/11/2015).

Contudo, apesar do texto alertar para tal cenário, inclusive se utilizando de fontes jornalísticas que atentam para a questão do racismo e toda a problemática no Maranhão, com dados e informações, comentando uma parte jurídica, o texto não se aprofunda em um direcionamento direto à aqueles que são vítimas de tal prática criminosa. De fato, oferece uma elucidação sobre o crime e o receio na realização denúncias, mas não funciona como um direcionamento mais específico. Dessa maneira, marca que o racismo é crime e que isso ocorre no estado, inclusive com uma vítima declarante, mas não possui um teor que exprima orientações do que se faz, por conta disso, talvez nem mesmo consiga aliviar o receio existente.

Já nos relatos complementares de um enfrentamento, onde dois personagens apresentam suas vivências e experimentações sendo pessoas negras na sociedade, em “Consciência Negra: arquiteta e empreendedor de São Luís relatam conquistas e como enfrentam o racismo” (*Imirante*, 20/11/2021) temos a configuração de um exemplo que pode criar uma identificação maior com o leitor. Mas, importante observar que apesar de atribuir no

foco do texto sobre um confronto e um posicionamento perante ao racismo, nas declarações dos personagens tal conduta não é explicitada em nenhum momento de maneira direta e substancial:

Quando trabalhava em uma empresa, a minha avaliação por parte da minha gestora direta era sempre negativa, apesar de ter meu trabalho bem avaliado por todas as outras equipes e outros gestores. Ela sempre buscava me diminuir e implicava com cada atividade desenvolvida. Após ser constrangida na frente de todos na empresa, entendi que era inviável continuar e ia pedir minha demissão, quando soube que ela iria ser transferida para outro Estado. Permaneci na empresa, tive um outro gestor onde o reconhecimento e tratamento foram totalmente diferentes [sic] (ASPAS DE LETÍCIA DE JESUS AYRES SANTOS, CONSCIÊNCIA NEGRA: ARQUITETA E EMPREENDEDOR DE SÃO LUÍS RELATAM CONQUISTAS E COMO ENFRENTAM O RACISMO, *IMIRANTE*, 20/11/2021)

A gente como ser humano e como negro enfrenta isso de forma velada todos os dias. Pra mim a diferença é como eu me posiciono diante dessas situações ou diante dessas pessoas que falta um pouco mais de conhecimento ou de entendimento. Todo racista tem uma dificuldade de entendimento. E eu como ser humano, como administrador, como coach, por entender de comportamento humano, eu sei as dificuldades que o outro tem como ser humano, as dificuldades de aceitação até do próximo, isso é muito comum [sic] (ASPAS DE Guilherme Júnior, CONSCIÊNCIA NEGRA: ARQUITETA E EMPREENDEDOR DE SÃO LUÍS RELATAM CONQUISTAS E COMO ENFRENTAM O RACISMO, *IMIRANTE*, 20/11/2021)

O primeiro relato, por mais que tente conceder uma sugestão de confronto, quando paramos para refletir sobre ele, exprime que aquela pessoa que esteve nessa situação de opressão por conta de sua cor no ambiente de trabalho, não teve nenhuma outra alternativa a não ser aguardar pela mudança no quadro de chefia. Tal constatação não diminui em nenhum nível a importância e essencialidade que o relato tem dentro da produção em questão, pois, tal situação de abuso é vivenciada por milhões de outros indivíduos brasileiros. Porém, é necessário que se ressalte a necessidade de um aprofundamento maior, que poderia ter sido conferido com o acionamento de fontes especialistas sobre o assunto, em frente aos movimentos negros e entre outras entidades jurídicas que auxiliassem, complementando assim o relato. No segundo relato, conferimos o mesmo aspecto que apenas passa por cima, sem um aprofundamento de fato naquilo que o personagem traz. Importante conferir que toda a matéria é feita nesse movimento de declarações, sem que o veículo, por meio do texto, aplicasse uma criticidade maior.

Figura 17 — A partir de dois personagens, a matéria realiza uma exposição das vivências de duas pessoas negras inseridas na sociedade, em um contexto racial

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Consciência Negra: arquiteta e empreendedor de São Luís relatam conquistas e como enfrentam o racismo

Este sábado, 20 de novembro, é o Dia da Consciência Negra.

[f](#) [t](#) [w](#)

Neto Cordelro/Imirante.com
20/11/2021 às 07h00 - Atualizada em 26/03/2022 às 19h05

SÃO LUÍS - "Quando conseguimos estar em uma situação privilegiada, não somos vistos com bons olhos. A empatia não acontece, seguimos nos superando e fazendo o nosso melhor para evidenciar que podemos". A afirmação é da empresária, arquiteta e urbanista maranhense Letícia de Jesus Ayres Santos, de 40 anos.



Foto: Arquivo Pessoal

"É essa a visão que eu tenho hoje com relação ao racismo. Ele coexiste, ele é verdadeiro, mas está num nível de velado muito alto. As pessoas não se percebem que estão sendo [racistas] e são". O empreendedor, cantor e coach maranhense Guilherme Júnior, de 44 anos, também expõe o que pensa e vivencia com relação ao racismo.



Foto: Arquivo Pessoal

Fonte: Imirante.com, 2022

Essa segunda fonte em questão comenta que o racismo enfrentado diariamente é velado, mas que a diferença é a posição que ele assume diante dessa situação no cotidiano. Porém, em nenhum momento, o texto explora de que forma seria essa maneira diferenciada de

se posicionar. A impressão que passa é que os relatos das duas fontes estão dispostos apenas como uma forma de demarcar as vozes de pessoas negras, sem uma reflexão real do que esses personagens acrescentam ao debate, que poderia ser explorado de maneiras a fomentarem esse debate em volta do enfrentamento do racismo.

Agora nos debruçamos sobre os elementos que competem o aparecimento dessas fontes **institucionais e oficiais**, com um destaque para a superioridade da presença das fontes femininas. Principalmente evidenciando sobre as aspas que foram coletadas, em reflexo do direcionamento das pautas onde ambas as categorias são frequentes.

Por conta da expressividade das matérias que pautam eventos no Dia da Consciência Negra, seja antes, durante ou depois dos seus ocorridos, esses tipos de fontes são acionadas no pretexto de reverberarem o fato, principalmente com as fontes **institucionais**. Duas declarações ilustram esse teor, a primeira é “Neste dia 18 estaremos com uma programação especial que vai contar com a participação do músico e compositor Zé Vicente, além de outras programações” (ASPAS DE ERÔ CUNHA - COORDENADORA DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: CANTOR ZÉ VICENTE ENCERRA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM ITZ, IMIRANTE, 17/11/2016). A segunda é “Fazemos uma avaliação totalmente positiva com a participação das escolas. Só na praça tivemos estudantes de mais de vinte escolas” (ASPAS DE GISEUDA COSTA - COORDENADORA DO CENTRO DE CULTURA NEGRO COSME (CCN-NC): ENTIDADE COMEMORA SUCESSO DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, IMIRANTE, 23/11/2015).

Há também ocorrências que trazem criticidade ao contexto do enfrentamento ao crime de racismo no Maranhão, que denotam uma problematização que a própria fonte põe com a apresentação de sua declaração a respeito. No texto “Cultura negra está mais valorizada, diz líder do CCNC Negro Cosme” (*Imirante*, 14/11/2014), é apresentando um cenário de mudança, no qual as ações de conscientização realizadas pelas entidades possuem efeito na valorização da cultura negra e destaca a atuação educativa realizada no dia 20 de novembro. Em contrapartida, o texto “Racismo é muito praticado, mas pouco punido no Maranhão” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2015) indica que o racismo faz parte da realidade de boa parte da população negra no estado e que a punição para quem comete tal infração ainda é baixa.

Do Censo de 2000 para o Censo de 2010, tivemos um crescimento de 87% das pessoas que se assumem como negro. Isso é bom, é resultado do trabalho no campo educativo, onde estão pais, alunos e toda a comunidade e a questão do setor empresarial já querer combater essa discriminação (ASPAS DE DORALICE MOTA - PRESIDENTA DO CENTRO DE CULTURA NEGRO COSME: CULTURA

NEGRA ESTÁ MAIS VALORIZADA, DIZ LÍDER DO CCNC NEGRO COSME, *IMIRANTE*, 14/11/2014)

Por causa da questão do *bullying*, muitas pessoas preferem qualificar vários casos como injúria racial e não racismo. Infelizmente, ainda não vimos uma pessoa ser realmente punida por racismo no Maranhão (ASPAS DE ANA AMÉLIA BANDEIRA - INTEGRANTE DO CENTRO DE CULTURA NEGRA: RACISMO É MUITO PRATICADO, MAS POUCO PUNIDO NO MARANHÃO, *O ESTADO DO MARANHÃO*, 20/11/2015)

Com ambos os relatos postos acima, são apresentadas duas ideias. A primeira de que a questão do racismo tem sido enfrentada, que as entidades possuem relação direta com essa mudança de pensamento e, que com isso, destaca-se um aumento considerável no número de pessoas que se reconhecem como negras. Reforça-se o combate a discriminação e a maior identificação que a conscientização consegue promover, resultando na valorização da cultura negra. Já no segundo relato feito, ele complementa a denúncia para a falta de punições a uma prática ainda muito comum, mesmo se tratando de um estado onde mais da metade da população composta por negros e pardos. Porém, por mais que traga uma vítima de racismo como fonte e aciona uma representante de uma entidade do movimento negro, falta profundidade no sentido de direcionamento, como já citado anteriormente.

Figura 18 — Matéria autoral a respeito da valorização da Cultura Negra, pontua pela presidente do órgão do movimento em Imperatriz a partir das percepções do censo realizado pelo IBGE

The image shows a screenshot of a news article on the website 'imirante.com'. The article is titled 'Cultura negra está mais valorizada, diz líder do CCNC Negro Cosme' and is categorized under 'CONSCIÊNCIA NEGRA'. The sub-headline reads 'Para Doralice Mota, a mudança é vista no Censo.' Below the title are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and WhatsApp. The article is attributed to 'Imirante Imperatriz' and dated '14/11/2014 às 13h10 - Atualizada em 27/03/2022 às 11h48'. A photograph shows a group of people, including members of the CCNC Negro Cosme, at an event. A caption below the photo reads: 'Integrantes do CCNC Negro Cosme e convidados durante abertura da Semana da Consciência Negra (Foto: Antonia Giseuda da Costa/ Divulgação)'. To the right of the photo is a placeholder for an advertisement labeled 'ANÚNCIO'.

Fonte: Imirante.com, 2022

Complementar a isso, os indivíduos acionados como fontes **oficiais** não aparecem no sentido de oferecer uma discussão a partir do ponto de vista governamental. São acionadas para fins de reafirmarem as celebrações do Dia da Consciência Negra. Essa análise e discussão mais aprofundada, questionada no decorrer da apresentação dos dados sobre o contexto em que as fontes aparecem na investigação aqui proposta, fica por conta das fontes **especialistas**. Elas são acionadas em quatro matérias distintas, todas pautando eventos realizados e servem nesses casos como exemplos de ocorrências que auxiliam diretamente a aprofundar na temática que envolve tais eventos, o que vai de encontro à função que esse tipo de fonte deve exercer ao ser utilizada.

Dessa maneira, reafirmados que foi possível conferir que o espaço destinado ao Dia da Consciência Negra nos jornais *Imirante* e *O Estado do Maranhão* serve mais como uma forma de demarcar a existência da data, sobretudo com a superioridade nas matérias que pautam eventos. As fontes acionadas também ajudam a reafirma tal constatação, ainda mais quando aqui reforçamos que o cidadão comum pouco tem espaço em todos esses anos que competem o período dos dados coletados. Os aprofundamentos são pouco presentes e tampouco há um significativo fomento de uma problematização que poderia ocorrer, caso aqueles que fossem responsáveis pelas produções, na execução da apuração, reunião de informações e entrevistas com as fontes, estivessem inclinados a fazer.

Relaciona-se a pressão por mais eficiência e agilidade dentro das redações com a possível negligência de alguma das etapas de produção da notícia (CHRISTOFOLETTI, 2008). Esse “desleixo” pode ocorrer nos meios de comunicação tradicionais ou não, independentemente das plataformas que atuam, apesar de haver uma suscetibilidade maior no ambiente online. Lima Júnior (2007) enuncia que alguns críticos do uso do computador pelos jornalistas apontam justamente o descuido como uma das consequências principais no exercício de suas tarefas. A seleção e o contato com as fontes são uma dessas etapas da produção que podem ser negligenciadas e, por vezes, são – seja na falta de variedade de fontes acionadas, na forma de estabelecer a relação ou na utilização das informações provenientes das fontes ou até mesmo na falta da checagem. Sobre a correria implicada na atividade jornalística, que clama cada vez mais por mais agilidade e rapidez nas rotinas produtivas dentro das redações, Gans (1980, p. 116 apud COSTA JÚNIOR, 2017), ao realizar um estudo etnográfico em grandes redações do Estados Unidos no final dos anos 70, formulou que “sendo o pessoal e o tempo escassos, jornalistas procuram ativamente apenas

um pequeno número de fontes regulares que foram disponíveis e adequadas no passado e são passivos em relação a outras possíveis novas fontes”.

O Dia da Consciência Negra ocupa, no total, um espaço que recebe pouca atenção ao longo de quase duas décadas. Quando consideramos que quase metade do material que envolve a data é uma reprodução total de outros locais, podemos reafirmar que ambos os veículos não possuem uma preocupação editorial voltado para o tema, sob o recorte do dia em questão. O acionamento das fontes, apesar de conceder um espaço considerável para as entidades e movimentos de luta pela igualdade racial que atuam no Maranhão, elas são pouco exploradas no sentido de oferecer mais criticidade e uma ponderação mais elaborada sobre as questões raciais e o enfrentamento do racismo. Fica reservado, quase que em sua totalidade, para esses indivíduos e instituições, o espaço para repercutir eventos e ações.

Óbvio que as exceções e os exemplos devem ser ressaltados como formas desse posicionamento mais direto, contudo, a falta de um direcionamento mais incisivo compromete e carência de contrapontos mais práticos apontam para falhas dentro do próprio processo de apuração e a elaboração das produções. A baixa presença daqueles que estão à frente do Estado, que propõem políticas públicas e ocupam cargos de governança também chama atenção, pois poderiam somar para a discussão, ao serem confrontados, contribuições substanciais sobre o cenário local, seja com dados, contrapontos ou até mesmo uma forma de prestar contas a população. Um aprofundamento maior fica a cargo das fontes especialistas, que possuem baixa frequência.

5 APONTAMENTOS FINAIS

Nesse percurso de pesquisa aqui proposto, analisamos qual é o espaço destinado ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, em dois veículos jornalísticos de referência no Maranhão, o segundo estado mais negro do Brasil. Executamos tal proposta a partir do levantamento das fontes jornalísticas acionadas em matérias que abordam o dia em questão, publicadas na data da celebração, com questões raciais em pauta, ou em outros dias, desde que tragam a Consciência Negra à baila. O propósito foi compreender quais são as figuras que desfrutam do espaço destinado à celebração, que tipo de espaço é esse e quais os elementos que constroem esse lugar.

De maneira a se sondar o conteúdo publicado pelo site e impresso, foi possível se ter uma percepção a respeito do produto que se chega até o público consumidor, das informações a respeito da data. A partir do produto final, já posto em circulação, a contribuição aqui exposta auxilia na compreensão do espaço destinado a esse assunto nas páginas de ambos os jornais, que configura em uma cobertura simplista, apontada em um primeiro momento pela constatação do pequeno volume de matérias captadas: 94 matérias em quase duas décadas. Somada a cobertura sem vigor, o diagnóstico se agrava com a verificação de que quase 50% das notícias, reportagens e notas são compostas por reproduções na íntegra de conteúdo publicado por outros veículos, configurando em uma falta de empenho atribuído a data.

Porém, seria necessária uma investigação mais complexa no sentido de analisar as questões que tangem a apuração noticiosa realizada na redação do *Imirante.com* e remanescentes do *O Estado do Maranhão*, a partir do ponto de vista dos profissionais. Não descartamos que toda uma desvalorização direcionada a luta do Movimento Negro seja o maior motivo da falta de atenção e apuração simplista. As raízes que menosprezam toda a história e cultura do povo negro permeiam, mesmo após séculos, com aquelas que até desconsideram a execução de uma diferenciação social baseada na cor da pele. Mas há de se considerar que uma possível precarização da estrutura tenha certo impacto na postura de inserir a data como um roteiro de presença, apenas. Porém, afirmamos que o dia não possui relevância editorial na estrutura das rotinas produtivas das empresas, fator que não abarca a cobertura das datas comerciais.

As reproduções, na primeira fase da coleta de dados e inspeção informações captadas indicam e o Dia da Consciência Negra está presente nas notícias para cumprir tabela, constatação reforçada com a verificação de que a maioria das matérias de autoria própria dos

jornais pautam eventos antes, durante ou depois de suas realizações. Se conferiu pouca criticidade na abordagem no que tange as questões raciais, é um espaço que carece de problematizações e aprofundamentos.

Esse ponto concede o teor de que o assunto é cercado por uma espécie de presença apenas celebrativa, sem aspectos reforçados que se voltem para o debate da problemática das questões raciais no estado. Quando observamos que o jornalismo desfruta de um poder que vai além de uma simples atividade econômica, com o produto noticioso sendo mais que uma mercadoria, como pontua Traquina (2005), o poder do debate que a mídia pode fomentar teria uma oportunidade nesse espaço para promover a reflexão tanto solicitada pela instauração do Dia da Consciência Negra.

Sponholz (2003) compreende que para o profissional jornalista buscar a realidade e se aproximar dela, deve justamente observar essa realidade. Tal movimento é entendido como a objetividade jornalística em si, colocada pela autora como a produção de uma semelhança entre a realidade social e a realidade midiática. Seria ela possível de ser executada com uma apuração atenciosa, profunda, que contemple novos enfoques, abordagens diferentes das usuais, assim como dar espaço para fontes diferentes, que ainda não foram contempladas e também se atentar para percepções antes não consideradas no processo.

Dessa forma, haveria de se promover toda uma estrutura de mudanças com a atenção que se volta para o dia, que não é uma falha exclusiva apenas da rotina produtiva dos veículos de comunicação hegemônica, mas sim fruto de uma desvalorização no imaginário social. É preciso que se voltem os olhares para a realidade do povo maranhense, de toda a cobertura e evidenciação das questões que estão no centro das vivências comuns do cidadão. Pois, se considerarmos que a data tem o objetivo de construir uma representação positiva, empenhar a valorização de toda a cultura negra e, assim, promover um espaço de reconhecimento da história do povo, e a cobertura fica a desejar, em que outro momento tal deslocamento estaria ocorrendo?

Não obstante, a análise da cobertura geral das matérias já apresentava a prévia de que essa desvalorização do dia se estenderia ao nos debruçarmos nas fontes jornalísticas acionadas nos conteúdos de autoria própria dos veículos. A análise das fontes considerou as 49 matérias de autoria própria dos veículos, com a captação de 69 fontes jornalísticas acionadas. Quando olhamos para o contraponto entre a espécie das fontes, chama atenção para que a predominância das fontes não-indivíduos traz a percepção de que a voz comum já não tem tanto espaço assim.

Quando paramos para contabilizar que uma notícia preferivelmente tem que ter no mínimo três fontes para embasar a produção e as reportagens clamam por mais acionamentos ainda que vão aprofundar o tema, foram recorridas entre uma e duas fontes por matéria, tendo ainda sido identificada no meio do *corpus* ocorrências sem acionamentos. Dessa maneira, a apuração não coloca o acionamento das fontes como o centro da atividade jornalística. Essa conduta poderia ser facilmente relacionada a pandemia de covid-19, que restringe desde 2020 o contato realizado pelos profissionais jornalistas nas redações. Mas, como foi possível verificar, tal aplicação da falta de aprofundamento por meio das fontes é anterior a crise sanitária instaurada pela doença.

Para complementar, diferente do que se constata sobre o acionamento das fontes em outras pesquisas, as institucionais foram as que mais tiveram espaço para falar em assuntos relacionadas ao Dia da Consciência Negra ou outras questões raciais publicadas na data da celebração. Na maioria das vezes, essas fontes a falarem pelas instituições ganham espaço no *Imirante* e *O Estado* para reverberar eventos do âmbito educacional, pois, tais fontes representam órgãos do Movimento Negro, como os Centros de Cultura Negra de São Luís e Imperatriz, organizadoras desses momentos.

Já as fontes oficiais também aparecem para repercutir esses eventos, sem criticidade sobre as questões raciais que são pertinentes ao Maranhão. O que transparece que aqueles que representam e falam pela administração pública não são colocados em uma situação de contraponto e instigados a oferecerem um posicionamento efetuado a partir de problematizações que poderiam ser propostas pelos jornalistas. Esse papel mais analítico fica a cargo das poucas fontes especialistas acionadas, que possuem por natureza tal incumbência.

As fontes populares/testemunhas que podem representar a voz comum do cidadão na sociedade possuem pouca expressividade, guardadas para o contexto de excepcionalidade. Tirando a ocorrência do estudante ouvido ao participar de um dos muitos eventos pautados, as outras ocorrências dividem-se em um crime de racismo sofrido por um trabalhador e outro no relato de vida de duas pessoas negras das suas vivências e luta contra a discriminação, a partir de um contexto de destaque social.

De tudo isso que foi apresentado como resultado da investigação, a análise da cobertura da data e do acionamento das fontes indica o modo reducionista que o dia tem na escala de importância editorial dos jornais. Não há aprofundamentos significativos ou uma tomada de perspectiva por parte dos veículos que assinalem uma posição crítica relacionada a questões raciais.

O espaço destinado às fontes jornalísticas recorridas apontam para a construção de um local pouco instigante, que se atenha ao aprofundamento de diferentes vozes e posições para enriquecer o debate. Poderia ser uma possibilidade para conceder um retrato aproximado da realidade, dando espaço para a reunião de diferentes contrapontos, podendo se configurar como um local instigador da reflexão essencial que o dia representa. A falta de direcionamento, de uma postura mais firme e combativa a respeito do racismo atribui até certa “leveza” no que foi pautado, dando pouca visão sobre o panorama do racismo estrutural. As matérias se configuram como uma forma de assinalar o dia, sem muitos debates, e as fontes aparecem apenas para reverberar eventos. Na maioria das vezes — tirando do que concerne as fontes especialistas e algumas institucionais — essas fontes repercutem essas ocorrências celebrativas envoltas do Dia da Consciência Negra, sem que suas vozes sejam ampliadas e seus pontos de vistas esquadrihados.

Em suma, o objetivo principal desse estudo foi levantar os tipos de fontes recorridas para falar no Dia da Consciência Negra, em matérias relacionadas a data ou relacionadas a questões raciais publicadas no dia 20 de novembro. Partimos da hipótese de que ambos os veículos não ofereciam muito espaço relacionado a data e tinham em suas fontes acionadas pouca diversidade, com um espaço limitado destinado à celebração de cunho social. Tal hipótese foi verificada e se mostrou verdadeira, como foi possível observar.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. TED Conference, 2009. 1 vídeo (19 min 16 s). Publicado pelo canal TED. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- AJEZENBERG, B. **Luta contra o racismo na mídia**. In: Ramos, S. (ORGS.). *Mídia e racismo*. Pallas Editora, 2002.
- ALCÂNTARA, N. S.; CHAPARRO, M., GARCIA; W. **Imprensa na Berlinda – a fonte pergunta**. São Paulo: Celebris, 2005.
- ANJOS, M. M. P. **Jornalistas e fontes nas entrevistas coletivas da operação Lava Jato: movimentos regulares**. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, 2018.
- AZEVEDO, F. A. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Opinião Pública (UNICAMP), Campinas, SP, v. XII, p. 88-113, 2006.
- BACIN, M. L. S. **A fonte amadora na construção da realidade no telejornalismo**. 2006. 180f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.
- BACOCINA, D. **Namíbia é limpa e não parece África, diz Lula**. BBC, São Paulo, 07 de nov. de 2003. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/11/031107_lulanamibiadi1>. Acesso em: 15, mar de 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARONE JUNIOR, V. L. **Os sítios de redes sociais no processo de produção da notícia e seu uso no jornalismo sul-mato-grossense**. Covilhã: LabCom, 2016.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. Mauer & G. Gaskell (eds.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (4a ed., p. 189-217., P. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2005.
- BEGER, L. **Após polêmica com Anitta, Nylon Magazine se retrata com a cantora e publica vídeo sobre Brasil**. Bola Vip, 12 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://br.bolavip.com/entretenimento/Mae-de-Anitta-abre-o-coracao-revela-desejo-de-ser-a-vo-e-faz-pedido-a-cantora-quando-voce-vai-me-dar-um-neto-20220426-0118.html>>. Acesso em: 15, mar de 2022.
- BERGER, C. **Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente pública**. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, 1ª ed., p. 273-284.
- BERNARDINO-COSTA, J. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, p. 247-273, 2002.

BITTENCOURT, M. P. H. **Apresentação da pesquisa da dissertação “Diálogo Parcial – Uma Análise da Cobertura da Imprensa para a Questão Indígena Brasileira”**. Trabalho apresentado no Seminário de Temas Livres em Comunicação do “INTERCOM 2006–XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação”. 2006.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 25 de out. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112519.htm>. Acesso em 25 de out. 2021.

BRONOSKY, M. E.; MORAIS, A. A presença do WhatsApp na produção jornalística policial. **Revista Alterjor**, v. 18, p. 152-168, 2018.

CABRAL, F. **Jornal O Estado do Maranhão comemora aniversário com o novo visual**. Imirante.com, São Luís, Maranhão, 01 de mai. 2003. Disponível em: <<https://imirante.com/maranhao/noticias/2003/05/01/jornal-o-estado-do-maranhao-comemora-aniversario-com-novo-visual.shtml>>. Acesso em: 22, fev de 2022.

CANAVILHAS, J. **Novos atores na redação**: como muda o jornalismo. In: MARTINS, G. L.; REINO, L. S. A.; BUENO, T. (Org.). **Performance em Ciberjornalismo: Tecnologia, Inovação e Eficiência**. Campo Grande, Editora UFMS, 2017. 324p.

CARNEIRO, E. O.; MUNARETO, M. M.; TJÄDER, M. T.; RADDATZ, V. L. S. **Pesquisa empírica em comunicação**: a experiência do projeto fronteiras.. In: XII Congresso de Comunicação de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2011, Londrina, PR. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0682-1.pdf>>. Acesso em 15 de jul. 2021.

CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 1ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, v., p. 13-23.

CHAGAS, L.; Kischinhevsky, M. **Diversidade e pluralidade de fontes no jornalismo da BandNews Fluminense FM**. XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 2017.

CHAPARRO, C. **A revolução das fontes**. São Paulo, 16 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=98>. Acesso em 15 de jul. 2021.

CHAPARRO, C. **Iniciação a uma teoria das fontes**. São Paulo, 12 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=377>. Acesso em 15 de jul. 2021.

CHAPARRO, M. C. **Jornalismo na fonte**. In: DINES, A.; MALIN, M. (Org.). *Jornalismo brasileiro: no caminho das transformações*. Brasília: Banco do Brasil, 1996. p.132-154.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. v. 1. 128p.

COELHO, G. F. B. **Jornalismo, interpretação e compreensão: caminhos para inclusão de crianças com deficiências nas narrativas midiáticas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Contemporaneidade) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo: 2018.

CONCEIÇÃO, F.C.; COSTA, R. B. As origens do jornal O Estado do Maranhão. **Revista PJ:Br** (São Paulo), v. 10, p. 000-000, 2008.

COSTA JÚNIOR, C. A. **Estudo de caso da relação entre jornalistas e fontes na cobertura jornalística sobre o conhecimento científico produzido pela UDESC**. Florianópolis, 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de

COSTA, F. **Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo**. G1, Brasília, 05 de nov de 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acesso em: 15, mar de 2022.

COSTA, K. R. R. **De quando a pluralidade revela a invisibilidade**. In: BORGES, R, R.; BORGES, R. (Orgs.). *Mídia e racismo*. Brasília: ABPN, 2012.

COSTA, R. B.; CONCEIÇÃO, F. G. **As origens do jornal O Estado do Maranhão**. In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, São Luis, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0243-1.pdf>>. Acesso em 15 de jul. 2021.

CUNHA, M. A. F. **IMPrensa e HISTÓRIA: os jornais maranhenses em foco**. 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio). Trabalho apresentado no XXIX Simpósio de História Nacional: Contra os preconceitos - História e Democracia, Brasília, 2017.

CUTRIM, L.; DIAS, L. **Imirante.com: 15 anos de evolução e credibilidade**. Imirante.com, São Luís, Maranhão, 1 de set. 2015. Disponível em: <https://imirante.com/maranhao/noticias/2015/09/01/imirante-com-15-anos-de-evolucao-e-credibilidade.shtml>. Acesso em: 22, fev de 2022.

DALMONTE, E. F. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História** (São Paulo. Online) , v. 29, p. 328-344, 2010.

DARDE, V. W. S. **As vozes da AIDS na imprensa:** um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. 2006. 186f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

DARDE, V. W. S. **Fontes de informação:** a luta pelo poder no campo jornalístico. *International Studies on Law and Education*, v. 17, p. 81, 2013.

Diversidade de vozes. *Amazônia Real*, 2021. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/diversidade-de-vozes/>>. Acesso em 15 de jul. 2021.

DOMINGUES, P. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo (1915-1930). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.3, p. 563-599, 2002.

DORNELLES, B. O futuro dos jornais do interior. In: **Revista Intratextos**. Rio de Janeiro, 4(1): 21-36, 2012. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/2171>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

DUPÉRE, M. **Protegendo Fontes:** De Leis de Proteção a Wikileaks. *Brazilian Journalism Research*, v. 11, n. 1, p. 284-297, 2015.

Em 1137 dias como presidente, Bolsonaro deu 4899 declarações falsas ou distorcidas. Aos Fatos, Brasil, 11 de fev. 2022. Disponível em: <www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 15, fev de 2022.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo:** redação captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, p. 256, 2008.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo, Dominus Editora/Ed. USP (vol. I), 1965.

FERREIRA, N. S. A. **As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. *Revista Educação e Sociedade*, ano XXIII, nº 79, agosto/2002. p. 257-272.

FERRO, R. **O negro sem cor no telejornalismo brasileiro**. In: BORGES, R, R.; BORGES, R. (Orgs.). *Mídia e racismo*. Brasília: ABPN, 2012. p. 64-83.

FLEW, T.; SPURGEON, C.; DANIEL, A.; SWIFT, A. 2012. **The promise of computational journalism**. *Journalism Practice*, 6(2):57-171. <http://dx.doi.org/10.1080/17512786.2011.616655>.

FONSECA, V. P. S. **O acontecimento como notícia:** do conceito à prática profissional. In: Benetti, M.; FONSECA, V. P. S. (Org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. 1ªed. Florianópolis: Insular, 2010, v. 1, p. 167-185.

FONTCUBERTA, M. **La noticia:** pistas para perceber el mundo. Barcelona: Pai dós Papeles de Comunicació, p. 157, 2010.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FREIRE, D.; FERNANDES, D. **Quando a técnica jornalística pune**: Uma reflexão necessária sobre a construção de fake news a partir de fontes oficiais. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, 2018.

FREIRE, S. **81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros**. Poder 360, Brasil. 19 de nov. de 2020. Disponível: <<https://www.poder360.com.br/brasil/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contranegros/>>. Acesso em: 22, fev de 2022.

G1 MA. **Governo suspende feriado do Dia da Consciência Negra no Maranhão**. G1, Maranhão, 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/11/19/governo-suspende-feriado-do-dia-da-consciencia-negra-no-maranhao.ghtml>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

G1 MA. **TJ-MA considera inconstitucional a Lei Municipal da Consciência Negra**. G1, Maranhão, 29 de ago. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/08/tj-ma-considera-inconstitucional-lei-municipal-da-consciencia-negra.html>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

G1. **Mais de 90% dos assassinados no Maranhão eram negros, aponta Atlas da Violência**. G1 Maranhão, 09 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/11/09/mais-de-90percent-dos-assassinados-no-maranhao-eram-negros-aponta-atlas-da-violencia.ghtml>>. Acesso em: 15, mar de 2022.

GADINI, S. L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 39, 2007.

GANS, H. J. **Deciding what's news**: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time. TriQuarterly Books, p. 416, 1980.

GARCIA, L. O Globo. **Manual de redação e estilo**. – 28. Ed. – São Paulo: Globo, 2003.

GEHRKE, M. **O uso de fontes documentais no jornalismo guiado por dados**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre.

GHIROTTTO, E. **Pesquisa exclusiva: 61% dos brasileiros acham que o país é racista**. Revista Veja, Brasil. 14 de ago. de 2020. Disponível: <<https://veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista/>>. Acesso em: 22, fev de 2022.

GIEBER, W.; JOHNSON, W. The city hall “beat”: a study of reporter and source roles. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 38, n. 3, p. 289-297, 1961.

GOMES, J.; CONCEIÇÃO, F.C. Portal Imirante.com: apropriações e usos das características do jornalismo online. **Cambiassu: Estudos em Comunicação (Online)**, v. XIX, p. 176-195, 2011.

GOMES, W. **Por que a Comunicação é tão importante quando se pensa a Democracia?** In: Mendonça, R. F.; Cunha, E. S. M. (Orgs.). *Introdução à Teoria Democrática: Conceitos, histórias e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

GONÇALVES, E. M.; DOS SANTOS, M.; PORTO RENÓ, D. Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, v. 1, p. 223-242, 2016.

GONÇALVES, E. M.; SANTOS, M. **Reportagem: narrativas em muitos estilos**. In: Intercom 2014 - XXXVII Congresso brasileiro de ciências da comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. XXXVII Congresso brasileiro de ciências da comunicação. São Paulo: Intercom, 2014. v. 1. p. 15-30.

GUENA, M.; SANTOS, C. Expulsão do racismo estrutural da comunicação: da utopia à realidade. **Revista Extraprensa**, 15 (Especial), 2022, 119-135.

GUERRA, J. L. **O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística**, 2003.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. et al. **A produção social das notícias: os mugging nos media**. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.

HERRERA DAMAS, S. **Cómo elaborar reportajes en radio**. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 4a edição. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019.

Imirante.com: 20 anos de credibilidade no dia a dia do maranhense. Imirante.com, São Luís, Maranhão, 18 de set. 2020. Disponível em: <https://imirante.com/maranhao/noticias/2020/09/18/imirante-com-20-anos-de-credibilidade-no-dia-a-dia-do-maranhense.shtml>. Acesso em: 22, fev de 2022.

INSFRAN, A. A. S. **Análise das fontes do Canção Nova Notícias por um prisma Queer: Quando Gênero e Sexualidade se tornam matérias**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande: UFMS, 2017.

Jornal O Estado do Maranhão é um dos mais lidos do país. O ESTADO, São Luís, Maranhão, 13 de jan. 2017. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/01/13/jornal-o-estado-do-maranhao-e-um-dos-mais-lidos-do-pais/>. Acesso em: 22, fev de 2022.

Jornal O Estado do Maranhão lança aplicativo para iPad. Imirante.com, São Luís, Maranhão, 24 de out. 2011. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2011/10/24/jornal-o-estado-do-maranhao-lanca-aplicativo-para-ipad.shtml>. Acesso em: 22, fev de 2022.

Jornal O Estado para de circular neste fim de semana e deixa um legado no jornalismo maranhense. Imirante.com, São Luís, Maranhão, 21 de out. 2021. Disponível em: <<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/10/21/jornal-o-estado-para-de-circular-neste-fim-de-semana-e-deixa-um-legado-no-jornalismo-maranhense.shtml>>. Acesso em: 22, fev de 2022.

JUSBRASIL. **Lei Municipal que institui Dia da Consciência Negra é inconstitucional.** Brasil, 28 ago. 2014. Disponível em: <<https://tj-ma.jusbrasil.com.br/noticias/136152269/lei-municipal-que-instituiu-dia-da-consciencia-negra-e-inconstitucional>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Blur: how to know what's true in the age of information overload.** Nova York, Berlim e Londres: Bloomsbury, 2011.

LAGE, N. **RELACIONAMENTO DO REPÓRTER COM AS FONTES: PROCEDIMENTOS E TEORIA.** In: 9º. Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2000, Porto Alegre. Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria, 2000.

LAGE, N. **A estrutura da notícia.** 6ª. Edição. São Paulo: Ática, 2006.

LAGE, N. **Relacionamento do repórter com a fonte.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 9., 2000, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Compós, 2000. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1432.pdf>. Acesso em 18 de set. 2021.

LAGE, N. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEAL, B. S.; CARVALHO C. A. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 606-622, set./dez. 2015.

LIMA JÚNIOR, W. **Primórdios das fontes digitais na produção do jornalismo tradicional.** In: Intercom 2007 - XXX CONGRESSO BRASILEIRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Santos, 30, 2007.

LINHARES, W. B. M. **O sigilo da fonte de informação: um direito fundamental à prática do jornalismo.** Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Ceará, 2010.

LOCK, M. V. C. **A notícia participativa e o reposicionamento das fontes: O caso Rio Preto.** 2005. 182f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual Paulista, Bauru.

LÓPEZ, M. **Cómo se fabrican las noticias: fuentes, selección y planificación.**

M. MATHIEN, **La Presse Quotidienne Régionale**, (s.ed.), 2004.

MANCINI, L.; VASCONCELLOS, F. **Jornalismo de Dados: conceito e categorias.** Revista Fronteiras (Online), v. 18, p. 69-82, 2016.

Maranhão tem a maior taxa de informalidade do país, diz IBGE. **G1 Maranhão**, 20 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/05/28/maranhao-tem-a-maior-taxa-de-informalidade-do-pais-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

MARANHÃO. **Lei nº 10.747, de 12 de dezembro de 2017**. Institui o dia 20 de novembro, data de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e dia Nacional da Consciência Negra, como feriado estadual. Disponível: <<https://igualdaderacial.ma.gov.br/files/2019/09/LEI-N%C2%BA-10.747-DE-12-DE-DEZE-MBRO-DE-2017.pdf>>. Acesso em 25 de out. 2021.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3º ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTINEZ-COSTA, M. D. P. **Información Radiofónica**. Barcelona: Ariel, 2002.

MEDINA, C. A. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

MELO, P. R. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

MORAES, A. M. **As marcas discursivas do Repórter Brasil Noite entre fonte e cidadão**. 2014. 102f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MORENO FERNANDES, P. O racismo brasileiro a partir da Publicidade: um olhar sobre a representatividade em anúncios de revista. **COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CONSUMO (ONLINE)**, 2022.

MPT aponta que o Maranhão continua sendo o maior fornecedor de mão de obra escrava do Brasil. **G1 Maranhão**, 20 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/07/30/mpt-aponta-que-o-maranhao-continua-sendo-o-maior-fornecedor-de-mao-de-obra-escrava-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

Mudanças que marcaram o jornal O Estado do MA. Imirante.com, São Luís, Maranhão, 1 de mai. 2015. Disponível em: <<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2015/05/01/mudancas-que-marcam-o-jornal-o-estado-do-ma.shtml>>. Acesso em: 22, fev de 2022.

NEVES, I. O.; PASSOS, M. Y. **O uso do conceito de polifonia para o estudo de fontes**. VIII Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR). São Paulo, 2018.

NISHIYAMA, A. F.; FANTE, A. . Arquitetura da notícia em apps jornalísticos brasileiros e portugueses: gêneros e formatos. In: CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C.; GIACOMELLI, F. (Org.). **Narrativas jornalísticas para dispositivos móveis**. 1ed. Covilhã: LabCom, 2019, v. 1, p. 123-145.

OLIVEIRA, E. H. P. **A postura da imprensa**. In: Ramos, S. (ORGS.). *Mídia e racismo*. Pallas Editora, 2002.

OROZIMBO, S. J.; OLIVEIRA, L. A. O processo de produção da notícia e os critérios de noticiabilidade: um olhar sob o prisma das Teorias do Jornalismo. **Revista Científica da FAMINAS**, v. 02, p. 111-111-126, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/189>>. Acesso em 15 de jul. 2021.

PALÁCIOS, M. Jornalismo Online, Informação e Memória: Apontamentos para debate. In: FIDALGO, A.; SERRA, P. (Orgs). **Informação e Comunicação Online 1**, Projecto Akademia 2003, p. 75-89. Disponível em: <<https://bit.ly/3Dy3Ya4>>. Acesso em 25 de out. 2021.

PEDREIRAS. **Lei Nº 1.254, de 28 de novembro de 2008**. Torna feriado Municipal o Dia da Consciência Negra e dá outras providências. Disponível: <https://www.cmpedreiras.ma.gov.br/arquivos/243/LEIS%20MUNICIPAIS_1254_2008_0000001.pdf>. Acesso em: 15, mar de 2022.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA JUNIOR, A. E. V. **Jornalismo e representações sociais**: algumas considerações. *Revista FAMECOS*, v. 13, n. 30, p. 31-38, 2008.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. **A apuração da notícia**. Métodos de investigação da imprensa. Petrópolis: Vozes, 2009.

PEREIRA, F H. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado**: o jornalismo como profissão. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>>. Acesso em 15 de jul. 2021.

PEREIRA, N. R. **O uso das fontes e das falas no Webjornalismo como estratégia de aproximação com o leitor nos contratos de comunicação**: um estudo dos sites de notícias Caros Amigos e Veja sobre a Reforma do Ensino Médio. 2018. 123f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PINHEIRO, J. J. **Mídia Negra**: Uma Análise das Propostas Editoriais da Revista Afirmativa e da Agência de Jornalismo Alma Preta. In: XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2018, Juazeiro-BA. XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2018.

PINTO, A. F. M. **De pele escura à tinta preta — a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**: Cadernos do Noroeste, Braga, v.14, p. 277-294, 2000.

PINTO, R. C.; PEREIRA, F. C.; PICHLER, P. F.; FOSSÁ, M. I. T. **Movimentos sociais e jornalismo: vozes ativistas pautando valores-notícias.** In: XVI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 2015, Joinville - SC. Anais XVI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação ? Intercom, 2015. v. 1. p. 1-14.

PRIMO, A. **O que é jornalismo? Quem e o que o produz? Onde e quando acontece?.** In: MARTINS, G. L.; REINO, L. S. A.; BUENO, T. (Org.). Performance em Ciberjornalismo: Tecnologia, Inovação e Eficiência. Campo Grande, Editora UFMS, 2017. 324p.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galaxia**, São Paulo, n. 41, p. 31-47, maio/ago. 2019.

Repórteres sem Fronteiras. **Monitoramento da Propriedade da Mídia.** Repórteres sem Fronteiras, 2017. Disponível em: <<http://brazil.mom-gmr.org/br/midia/>>. Acesso em: 15, mar de 2022.

Repórteres sem Fronteiras. **Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2021: vacina contra a desinformação, o jornalismo segue cerceado em mais de 130 países.** Repórteres sem Fronteiras, 2021. Disponível em: <<https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2021-vacina-contra-desinformacao-o-jornalismo-segue>>. Acesso em: 15, mar de 2022.

ROCHA, L. **Anitta desabafa após ser criticada por frase polêmica em capa de revista internacional e diz que foi tirada de contexto: “Frustrante”.** Hugo Gloss, 04 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://hugogloss.uol.com.br/famosos/anitta-desabafa-apos-ser-criticada-por-frase-polemica-em-capa-de-revista-internacional-e-diz-que-foi-tirada-de-contexto-frustrante/>>. Acesso em: 15, mar de 2022.

ROCHA, P. M.; NORONHA, M. G. **As especificidades da apuração no processo de produção da reportagem.** Estudos em Comunicação, Covilhã, n. 23, p. 171-193, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3mTtUEJ>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ROCHA, P. M.; WOITOWICZ, K. J. **Representações de Gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas.** Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

RODRIGUES, A. D. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático.** In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997, 1ª ed., p. 217-234.

RODRIGUES, C. M. **Enquadramentos jornalísticos do Governo Sartori: a seleção das fontes em Zero Hora.** 2017. 129f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

RUBIM, A. A. C.; COLLINO, L. **Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil.** Santa Catarina: UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1689/1433>>. Acesso em: 24 de mar. 2022.

RUTILLI, M. **Rotinas produtivas e relação com as fontes no rádio informativo em ambiente de convergência:** um estudo de caso de emissoras de Porto Alegre. 2014. 268f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Federal Santa Maria, Santa Maria.

SANGLARD, F. N.; NEVES, T. C. C. Quem fala sobre a ditadura nos jornais? Reflexões sobre as fontes de informação jornalísticas. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 16, n. 45, 2019.

SANT'ANNA, F. **Mídia das Fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação** midiática do Senado Federal. 1. Edições Técnicas do Senado Federal, 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/584055/000866451_Midia_das_fontes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS DIÉZ. **Periodismo radiofónico**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2004.

SÃO LUÍS. **Lei N° 309, de 12 de junho de 2013**. Dispõe sobre feriado municipal no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, e dá outras providências. Disponível: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=257329>>. Acesso em 25 de out. 2021.

SCHMITZ, A. A. **As fontes nas teorias do jornalismo**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

SCHMITZ, A. A. **Classificação das fontes de notícias**. 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em 15 de jul. 2021.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2021.

SHOEMAKER, P.; VOS, T. **Teoria do Gatekeeping: construção e seleção da notícia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SHU, K.; SILVA, A.; WANG, S.; JANG, J.; LIU, H. **Fake news detection on social media: a data mining perspective** Arxiv, 2017. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1708.01967>>. Acesso em 25 jun 2022.

SIGAL, L. **Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking**. Lexington: D. C. Heath, 1973.

SILVA, A. M.; ROCHA, L. V. A presença das dimensões convergentes no webjornalismo regional do Imirante.com. **CAMBIASSU: ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO (ONLINE)**, v. 13, p. 5-21, 2017.

SILVA, L. M. **Imprensa, discurso e interatividade**. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997, 1ª ed., p. 253-272.

SILVA, V. C. P. **DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES**. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. l.], v. 2, n. 03, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7582>>. Acesso em: 05 set. 2022.

SODRÉ, M. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SODRÉ, M. **Sobre imprensa negra**. Lumina, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 23-32, jul./dez. 1998.

SOLOSKY, J. **O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico**. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 133-145.

SOUSA, J. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: **Letras Contemporâneas**, p. 542, 2005.

SOUSA, J. P. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó (SC): Letras Contemporâneas, 2002.

SOUSA, L. S. C. S.; PINHO, S. R. **JORNALISMO, POLÍTICA E CORONELISMO: o uso do jornal O Estado do Maranhão como ferramenta de construção de capital político nas eleições para governo do Estado em 2014**. In: VI COMPOLÍTICA, 2015, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT2-Sousa-e-Pinho.pdf>>. Acesso em 15 de jul. 2021.

SOUZA, E. A. **Cobertura do desastre socioambiental em Mariana/MG pelo portal em.com.br: das fontes aos enunciadores**. 2019. 227f. (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SPONHOLZ, L. **Objetividade em jornalismo: Uma perspectiva da teoria do conhecimento**. **REVISTA FAMECOS (IMPRESSO)**, Porto Alegre, v. 21, p. 110-120, 2003.

STACCIARINI, I. C. **O WhatsApp como ferramenta de apuração: erros jornalísticos originados em grupos restritos a repórteres e fontes na área de segurança pública do DF**. 2019. 266 f. (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília.

TERRA. **Lei de São Luís sobre o Dia da Consciência Negra é ilegítima**. Brasil, 28 ago. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lei-de-sao-luis-sobre-o-dia-da-consciencia-negra-e-ilegitima_ef04b16c51e18410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em: 25 nov. 2021.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. **A objetividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

VIZEU, A. **O Newsmaking e o trabalho de campo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia da pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 223 - 236.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

YANES, R. **Géneros periodísticos y géneros anexos**: una propuesta metodológica para el estudio de los textos publicados en prensa. Madrid: Fragua, 2004.

ZILLER, J.; TEIXEIRA, N. **Instrumento de ação jornalística**: processos de pesquisa e apuração. In: LEAL, B. S. (org.). *Formação em Jornalismo: da prospecção dos acontecimentos à edição*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 41-48.

ZORZI, J. A. **A construção do feriado do Dia da Consciência Negra em Porto Alegre (2001-2019)**: luta e política do reconhecimento. 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2019.

APÊNDICE A — FORMULÁRIO DE MATÉRIAS

- Saiu em qual veículo do Grupo Mirante?
 - Imirante
 - O Estado

- Link da Matéria

- Título

- Fio

- Data

- Dia da Consciência Negra
 - Saiu na data - 20 de novembro
 - É sobre o Dia da Consciência Negra

- Autoria
 - Autoria própria do veículo
 - Reprodução

- Caso de reprodução - de onde é?

- Abrangência
 - Maranhão - (São Luís, Imperatriz, Caxias....)
 - Nacional
 - Internacional

- Quem escreve?

- Gênero
 - Nota

- Notícia
- Reportagem
- Entrevista
- Outro

- Tema

- Polícia/Segurança Pública
- Educação
- Saúde
- Infraestrutura
- Meio Ambiente
- Esporte
- Economia
- Variedade e Cultura
- Movimento Social/Minorias
- Acidente e Tragédia
- Política
- Outro

APÊNDICE B — FORMULÁRIO DA COLETA DAS FONTES ACIONADAS

- Data

- Tipo
 - Pessoa
 - Não-pessoa

- Créditos
 - Identificada
 - Sigilosa

- Nome

- Gênero da fonte
 - Mulher
 - Homem
 - Não identificado/outros

- Raça - se identificada

- Sexualidade - se sinalizada

- Profissão ou função

- Tipo de fonte
 - Oficial
 - Empresarial
 - Popular/testemunhal
 - Especialista
 - Institucional
 - Notável
 - Uso documental

- Jornalista como fonte
- Oficiosa

- Tipo de fala

- Citação
- Paráfrase

- Relação com a informação

- Ratifica
- Ilustra
- Agrega
- Refuta
- Opina